

# PROJETO JUVENTUDE

**DOCUMENTO DE CONCLUSÃO**

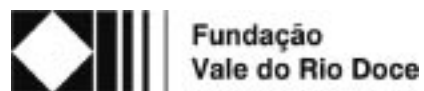
versão final



**INSTITUTO  
CIDADANIA**



O Instituto Cidadania agradece a colaboração das quatro empresas parceiras que garantiram o suporte financeiro necessário ao desenvolvimento do Projeto Juventude: CBMM, Vale do Rio Doce, Telemar e Usiminas.



Primeria redação - junho/2004  
Redação final - dezembro/2004

# Sumário

## 1 Apresentação • 7

## 2 Juventude brasileira: diagnóstico • 9

A condição juvenil e o contexto atual brasileiro • 10

Evolução das políticas de juventude no Brasil • 16

Avanços recentes • 17

## 3 Diretrizes gerais de uma política nacional de juventude • 19

Política estratégica de Estado • 19

Igualdade de direitos e fortalecimento dos segmentos vulneráveis • 19

Responsabilidade de distintos atores • 20

Eixos do novo enfoque: educação, trabalho, cultura e participação • 20

Programa nacional abrangente • 22

Novo desenho institucional • 24

## 4 Agenda para diferentes áreas • 25

Educação • 25

Trabalho • 28

Cultura • 33

Participação • 36

Esporte e Lazer • 39

Saúde • 40

Saúde mental • 41

Drogas • 42

Sexualidade • 43

Diversidade sexual • 44

Prevenção da violência • 45

Adolescentes e jovens em conflito com a lei • 47

Mulheres jovens • 48

Desigualdade Racial • 50

Meio ambiente • 52

Jovens na área rural • 54

Juventude indígena • 55

Espaços urbanos • 56

Desenvolvimento social • 57

Previdência Social • 59

Turismo • 60

Defesa • 61

Jovens com deficiência • 62

## 5 Sociedade civil • 65

ONGs - Organizações Não-Governamentais • 65

Sindicatos de trabalhadores • 68

Empresas privadas • 69

Partidos Políticos • 71

Universidade, ciência e tecnologia • 72

Igrejas e religiões • 73

Mídia e comunicação • 75

## 6 Institucionalidade • 77

Organismos gestores do Executivo • 77

Instâncias no Legislativo • 77

Legislação em debate • 78

Inserção internacional • 80

## 7 O que foi o Projeto Juventude • 83

Seminários, oficinas e encontros temáticos • 84

Site • 86

Mapeamento e rastreamento • 87

Pesquisa quantitativa nacional • 87

Pesquisa qualitativa • 87

Pesquisa participante • 87

Organização de três livros • 88

Publicações • 89

## 8 Créditos • 91

# 1 Apresentação

O Instituto Cidadania promoveu, entre agosto de 2003 e maio de 2004, um amplo programa de estudos, pesquisas, discussões e seminários em vários Estados sob o nome Projeto Juventude.

As conclusões desse trabalho estão reunidas no presente documento, entregue ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 16 de junho de 2004, como primeiro passo de uma divulgação nacional que inclui visitas ao Congresso Nacional, governadores de diferentes partidos, prefeitos de capitais e grandes cidades, autoridades do Judiciário e organizações representativas da sociedade civil brasileira.

A redação final, seguindo a metodologia dos projetos já desenvolvidos no Instituto, foi aperfeiçoada com as observações críticas oferecidas pelos movimentos de juventude, organizações não-governamentais (ONGs), especialistas, parlamentares e gestores públicos que contribuíram nas várias etapas do Projeto.

O Brasil vem adquirindo consciência mais acurada sobre a importância estratégica do tema juventude. Multiplicaram-se na última década as iniciativas – governamentais ou não – voltadas a esse segmento populacional que, no Censo de 2000, superou 34 milhões de pessoas se adotado o critério das Nações Unidas delimitando a faixa etária entre 15 e 24 anos.

Nesse avanço, merece reconhecimento, em primeiro lugar, a contribuição trazida pelos próprios jovens. Para enfrentar sérios problemas no mundo do trabalho e na esfera educacional, eles se agregam em número expressivo, organizando-se e passando a construir a própria identidade cidadã através de amplo leque de atividades participantes.

Nas práticas de cunho recreativo, cultural, esportivo e religioso, passando pelo envolvimento em ações comunitárias e de solidariedade, os próprios jovens descobrem saídas. As alternativas encontradas vão da atividade em âmbito local até a militância política nas mais diferentes siglas ou em movimentos sociais que tiveram destaque em nosso processo de reconstrução democrática, como o estudantil e o sindical.

Os jovens apóiam-se, muitas vezes, no valioso suporte oferecido por ONGs, entidades da sociedade civil, fundações empresariais e agências das Nações Unidas relacionadas com essa área, que oferecem programas de incentivo e recursos que são vitais para a participação juvenil em muitas regiões de nosso território.

Em avanço democrático, também o Estado brasileiro abriu espaços novos para essa mobilização e passou a construir instrumentos institucionais inovadores. Seja no âmbito federal, no estadual ou no plano dos municípios, vêm sendo criadas distintas modalidades de organismos gestores que se direcionam especificamente à juventude. Das Câmaras Municipais ao Congresso Nacional, o Poder Legislativo começa a se voltar para o tema com um grau inédito de interesse.

No entanto, esses aspectos positivos e registros otimistas não são os únicos. Ainda predomina em nosso país uma rotina de desconhecimento, desinteresse e descaso das autoridades frente à dimensão dos problemas que envolvem esse contingente populacional – um quinto da nação –, que vale como elo de ligação entre o Brasil que temos e aquele que devemos construir.

Neste momento especial da história republicana brasileira, em que o combate à fome e o enfrentamento das desigualdades sociais se converteram em pauta política de primeira grandeza, é preciso trazer também o tema juventude para o primeiro plano da agenda nacional.

Há pelo menos três razões para sustentar a importância dessa aposta: o peso numérico do segmento populacional envolvido; a gravidade dos problemas diferenciais enfrentados por ele; e ainda a reconhecida energia, a criatividade e o potencial de engajamento em mobilizações de cunho cidadão que a juventude já comprovou na história de nosso país e de outros povos.

Além de resumir o que foi o Projeto Juventude e explicar a metodologia adotada, este documento de conclusão oferece às autoridades públicas – nos diferentes níveis e nos três Poderes – bem como a todos os brasileiros convocados a trabalhar na realização dessa tarefa nacional, três elementos importantes:

a) um diagnóstico geral sobre a juventude brasileira hoje, que focaliza os dados econômicos e sociais mais importantes para se compreender sua realidade, analisa as políticas públicas vigentes e suas lacunas, questiona preceitos recorrentes e valoriza a diversidade de iniciativas já em curso;

b) um conjunto de diretrizes e orientações estratégicas que despontaram como forte consenso nos estudos e seminários do Projeto Juventude, para serem sugeridas às autoridades governantes e às organizações da sociedade civil, consideradas peças indispensáveis para que o Brasil assuma como prioridade a questão;

c) uma agenda detalhada de avaliações, recomendações e propostas específicas a serem consideradas em cada uma das áreas setoriais da ação governamental, no âmbito do Legislativo e da pluralidade de sujeitos institucionais que compõem a sociedade civil.

Levando em conta a vastidão dos temas debatidos, não seria viável – nem metodologicamente correto – afunilar as conclusões desse

programa de estudos em um texto com propostas fechadas, prazos rígidos e metas quantitativas inflexíveis.

Além de invadir a esfera de competência legítima que, na democracia, é conferida pelo voto popular aos mandatários do Executivo e do Legislativo, essa opção quebraria a lógica interna que presidiu o trabalho: construção de consensos gerais entre movimentos, instituições, ONGs, especialistas e lideranças políticas que guardam entre si nítidas divergências de ordem conceitual sobre a questão, bem como no que se refere aos alinhamentos ideológicos e afinidades partidárias.

A metodologia adotada no Projeto Juventude, seus vários eixos de trabalho (seminários, oficinas, acervo, pesquisas, site, livros etc) e as 11 publicações resultantes desse processo são apresentados no capítulo 7 do presente texto.

O Instituto Cidadania agradece a parceria e o suporte financeiro oferecidos à realização do Projeto Juventude pela Fundação Djalma Guimarães (ligada à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração), pela Fundação Vale do Rio Doce, pela Telemar e pela Usiminas. Gesto louvável de quatro importantes empresas brasileiras que, dessa forma, iniciam ou reforçam promissores compromissos com uma causa que é estratégica para o desenvolvimento nacional.

Agradecemos também a todos os ministros, governadores, prefeitos, parlamentares, gestores públicos, especialistas e visitantes estrangeiros que foram co-organizadores ou se dispuseram a contribuir nas dezenas de debates realizados em todas as regiões do Brasil.

Acima de tudo, dirigimos nossa gratidão ao empenho militante e à dedicação das centenas de jovens, mulheres e homens, que ajudaram a conceber todo o programa de discussão, participaram de reuniões exaustivas, fizeram longas viagens, dinamizaram os seminários e oficinas, escreveram textos e representaram com responsabilidade e disciplina seus movimentos, entidades, associações e ONGs na coordenação geral de todo esse trabalho.



# 2 Juventude brasileira: diagnóstico

O tema juventude adquiriu visibilidade crescente nos últimos anos no Brasil. Aumentou o peso relativo dessa categoria etária na população. Os brasileiros de 15 a 24 anos somam hoje 34 milhões, representando cerca de 20% da população brasileira.

Os jovens ocupam o centro de questões que comovem o país, tanto no que diz respeito aos problemas gerados pelo agravamento das desigualdades, como no que se refere à esperança de novos caminhos para nossa evolução social, com valores e padrões éticos superiores aos que predominam hoje.

É possível afirmar que os jovens são os brasileiros mais afetados pelo tipo de desenvolvimento econômico e social observado nas últimas décadas, que aprofundou os problemas da exclusão. Aumentou o desemprego e a precariedade da ocupação profissional nesse segmento. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 3,7 milhões de jovens estavam sem trabalho em 2001, representando 47% do total de desempregados do país. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 (PNAD 2001, do IBGE), a taxa de desemprego aberto para os jovens estava em torno de 18%, quando a média brasileira era de 9,4%.

Os dados estatísticos são eloqüentes também quando revelam o déficit educacional que atinge a juventude. Apesar de ter crescido o nível geral de escolaridade em comparação com as gerações anteriores, 17 milhões, isto é, mais de metade dos jovens brasileiros de 15 a 24 anos, não estudavam em 2001. E somente 42% da população nessa faixa etária chegaram ao ensino médio, hoje considerado nível básico de escolarização.

Outro indicador preocupante está nas estatísticas mostrando o crescimento da violência nos grandes centros urbanos, que envolve os jovens de forma acentuada como vítimas ou agressores. Pesquisa divulgada recentemente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil mostra que em 2002 a taxa de homicídios na população jovem foi de 54,5 para cada 100 mil, contra 21,7 para o restante da população. E o que é mais grave: enquanto as taxas referentes ao restante da população têm se mantido relativamente estáveis desde 1980, no segmento juvenil pulou de 30 naquele ano para 54,5 hoje.

A tendência histórica de elevação dos níveis educacionais a cada geração e a natural predisposição a mudanças que é própria da idade tornam os jovens aptos a assimilar as inovações trazidas pelas novas tecnologias informativas e produtivas. Essa vantagem comparativa faz deles atores privilegiados para o desenvolvimento nacional em bases sustentáveis e mais equitativas.

Pesquisas e estudos recentes têm revelado grande abertura aos valores de solidariedade social e responsabilidade ambiental entre os jovens brasileiros. Em significativa proporção, envolveram-se em movimentos por mudanças éticas, sociais e políticas, como atestou a forte presença da juventude na campanha pelas Diretas Já, em 1984, na luta pelo impeachment, de 1992, e nas várias edições do Fórum Social Mundial, a partir de 2001.

Juventude pode parecer, à primeira vista, um tema óbvio, assim como o diagnóstico de seus problemas, uma vez que todos partilhamos uma noção social sobre a questão, to-

dos convivemos com jovens e temos opiniões a respeito de suas características, problemas e virtudes. Afinal, os jovens são pauta constante na mídia, na publicidade e nos produtos da indústria cultural, havendo uma produção incessante de imagens a seu respeito.

No entanto, com elevada frequência essas imagens remetem a estereótipos que não correspondem aos jovens reais, à diversidade de suas realidades e à complexidade das formas que configuram suas vidas e seu posicionamento frente ao mundo. Nesse sentido, compreender a juventude exige indagações que contribuam para questionar mitos recorrentes e o senso comum.

De um lado, os jovens aparecem na mídia como personagens de publicidade e novelas – bonitos, saudáveis, alegres e despreocupados – que se oferecem como modelos de um tipo de consumo e de um estilo de vida ao qual poucos têm acesso na vida real. De outro, aparecem como tema dos noticiários, envolvidos em graves problemas de violência ou comportamentos de risco. Na maior parte das vezes, neste caso, são jovens dos setores populares.

Essas imagens correspondem a algumas das percepções correntes baseadas em estereótipos não fundamentados por dados reais, ou pouco balizados pela diversidade existente. As duas mais conhecidas: a) os jovens da geração atual se caracterizam por um acentuado individualismo, consumismo, pragmatismo, alienação, desinteresse político, e acomodação frente ao estado das coisas; b) seriam eles vetores de disseminação da violência, desagregação da família e desestruturação dos vínculos societários.

Para elaborar um diagnóstico rigoroso e sugerir possíveis respostas do ponto de vista das políticas públicas, é preciso ir além de estereótipos desse tipo. A compreensão adequada do que é a condição juvenil e o que a torna singular em relação a outros segmentos populacionais é um ponto de partida fundamental. E isso implica em responder algumas questões básicas: quais são as realidades, as demandas, os problemas, os desafios, os limites e as possibilidades vividas pelos jovens neste momento da nossa história, ou seja, no contexto social vivido hoje

pelo país. Mas, principalmente, requer clareza sobre por que e de que forma tais questões devem ser alvo de políticas públicas.

## 2.1 – A condição juvenil e o contexto atual brasileiro

A condição juvenil é dada pelo fato de os indivíduos estarem vivendo um período específico do ciclo de vida, num determinado momento histórico e cenário cultural. Este período corresponde, idealmente, ao tempo em que se completa a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural, processando-se a passagem da condição de dependência para a de autonomia em relação à família de origem. A pessoa torna-se capaz de produzir (trabalhar), reproduzir-se (ter filhos e criá-los), manter-se e prover a outros, participar plenamente da vida social, com todos os direitos e responsabilidades.

Trata-se, portanto, de uma fase marcada centralmente por processos de desenvolvimento, inserção social e definição de identidades, o que exige experimentação intensa em diferentes esferas da vida.

Essa fase do ciclo de vida não pode mais ser considerada, como em outros tempos, uma breve passagem da infância para a maturidade, de isolamento e suspensão da vida social, com a “tarefa” quase exclusiva de preparação para a vida adulta. Nos tempos atuais, esse período se alongou e se transformou, ganhando maior complexidade e significação social, trazendo novas questões para as quais a sociedade ainda não tem respostas integralmente formuladas.

Tal prolongamento se deve, em parte, à necessidade de estender o tempo de formação, de escolaridade e de capacitação profissional, mas também às dificuldades de inserção que caracterizam, hoje, o tornar-se adulto. Além disso, as experiências das gerações juvenis anteriores alargaram a vivência dos jovens com novas dimensões no campo do lazer, da cultura, da sexualidade e da sociabilidade.

A condição juvenil se desenvolve em múltiplas dimensões. Os jovens são sujeitos com necessidades, potencialidades e demandas singulares em relação a outros segmentos etários. Requerem estruturas de suporte adequadas para desenvolver sua formação integral e também para processar suas buscas, para construir seus projetos e ampliar sua inserção na vida social.

Os processos constitutivos da condição juvenil se fazem de modo diferenciado segundo as desigualdades de classe, renda familiar, região do país, condição de moradia rural ou urbana, no centro ou na periferia, de etnia, gênero etc. Essas diferenças resultam em chances muito distintas de desenvolvimento e inserção.

O reconhecimento da especificidade da juventude tem de ser feito num duplo registro: o da sua singularidade com relação a outros momentos da vida; e da sua diversidade interna, que faz com que a condição juvenil assuma diferentes contornos.

A juventude vive, hoje, por um lado, possibilidades ampliadas no que diz respeito à liberdade de escolhas e práticas comportamentais, potencializando os processos de experimentação e definições próprios dessa idade. No caso brasileiro, ela conta também com maior liberdade de participação cultural e política após a restauração da normalidade democrática.

Por outro lado, além dos problemas já referidos a respeito da inserção social, profissional e educacional, a juventude se depara com outro tipo de dificuldade: raramente é considerada, ouvida, respeitada e levada a sério na expressão de suas opiniões e necessidades. Muitos se queixam de serem discriminados nos espaços públicos somente pelo fato de serem jovens. Os adultos com os quais mantêm contato, pais e professores especificamente, muitas vezes adotam uma atitude de julgamento, de censura, omitindo-se em acompanhar seus percursos e ouvir suas demandas.

Esse quadro compõe uma série de paradoxos para a atual geração juvenil, dos quais emergem as dificuldades, os dilemas, os desafios e também as possibilidades que os jovens têm à sua frente.

Os dados estatísticos anteriormente disponíveis e os coletados nas pesquisas quantitativa e qualitativa do Projeto Juventude indicam a amplitude dessa diversidade, a gravidade das desigualdades, a complexidade das questões colocadas. Abrem portas, também, para a procura de respostas e soluções.

## 2.1.1 – Quem são os jovens

Os 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos que vivem hoje no Brasil se dividem igualmente entre homens e mulheres. No último Censo do IBGE, em 2000, 50% dos jovens se declararam brancos e 48% negros ou pardos.

Em números aproximados, 10,7 milhões – 31% – compunham o grupo abaixo de 18 anos; 7,2 milhões – 21% – tinham 18 ou 19 anos e faixa seguinte somava 16,1 milhões, ou 48%.

Aquele recenseamento indicou que a grande maioria (84%, ou 28,4 milhões) vive no meio urbano, sendo que 10,4 milhões (ou 31% do total), em regiões metropolitanas. Apenas 16% vivem em áreas rurais, mas cabe ressaltar que esse percentual equivale a 5,5 milhões de jovens.

Os dados a respeito da renda mostram acentuada desigualdade e indicam a condição de pobreza em que vive a maioria dos jovens brasileiros. Apenas 41,3% dos jovens viviam em famílias com renda familiar per capita de mais de um salário mínimo, sendo que 12,2% (4,2 milhões) viviam em famílias com renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

As taxas de participação no sistema de ensino e no mercado de trabalho revelam um quadro muito variado de situações de ocupação. Esses dois elementos estão no centro dos interesses e preocupações dos jovens, conforme foi ratificado pelos dados coletados nas pesquisas desenvolvidas pelo Projeto Juventude.

A PNAD de 2001 mostrou que, dos jovens de 16 a 24 anos: 21% apenas estudam; 5% estudam e procuram emprego; 19% estudam e trabalham; 35% apenas trabalham; 6% não estudam e procuram emprego; e 14% não estudam, não trabalham e nem procuram em-

prego. Menos da metade (45%) dos jovens estuda, enquanto 65% estão no mercado de trabalho, ocupados (54%) ou procurando emprego (11%); sendo que apenas um quarto deles (24%) na interseção: estuda e trabalha ou procura emprego.

Considerados no seu conjunto, esses dados acusam que os jovens brasileiros enfrentam graves problemas de exclusão escolar, assim como necessidades e dificuldades frente ao mercado de trabalho. Cabe salientar que o mais alto grau de exclusão social se expressa na situação dos jovens que não estudam e não trabalham nem procuram emprego, representando 14% do total, ou seja, um número próximo a 5 milhões.

## 2.1.2 – Educação e trabalho

Os dados mudam bastante segundo as variáveis de renda, sexo, idade e região. Considerados apenas os adolescentes (faixa entre 15 e 17 anos), a maioria ainda está na escola (83%), e, embora menor que a taxa geral, é grande a proporção daqueles que fazem parte da população economicamente ativa: 40,2%.

Os fatores econômicos são contundentes na exclusão escolar: pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) realizada em 2000 mostra que praticamente dobra a porcentagem daqueles que já abandonaram a escola, quando comparados os adolescentes da classe de renda mais alta e os da classe de renda mais baixa.

Entre os jovens de 20 a 24 anos, 75% já estão no mercado de trabalho, e apenas 28% ainda estudam. Uma pequena parte, porém, sai da escola por ter concluído os graus considerados básicos ou desejados de formação escolar. Apenas 36,4% concluíram o ensino médio, e 3,6% chegaram à universidade. Constatam-se diferenças regionais muito grandes nesses dados relativos ao afastamento do sistema escolar, que também é mais intenso entre os homens que entre as mulheres.

Mesmo decrescente, o analfabetismo ainda atinge 3,8% da população juvenil, o que significa 1,1 milhão de pessoas. A maior parte desses jovens – 70% – está na região Nordeste, e quase

a metade vive em áreas rurais (43%). Os negros representam 75% dos jovens não alfabetizados.

As condições que os jovens enfrentam no mercado de trabalho também são muito diversas e, para a grande maioria, adversas. Assim como as taxas de desemprego, as de trabalho precário também são maiores entre os jovens.

Ainda segundo a PNAD de 2001, dos 65% de jovens de 16 a 24 anos que estavam na condição economicamente ativa, quase 18% não tinham emprego, o que significava 3,5 milhões de pessoas, ou quase a metade dos desempregados do país.

O desemprego também se distribui desigualmente: é maior para jovens negros (23,8%) que para brancos (16,4%); para moças (22,2%) que para rapazes (14,5%); é também superior entre os jovens das famílias mais pobres (26,8% na faixa de rendimento familiar per capita inferior a meio salário mínimo).

Entre os jovens que trabalham, 78% são assalariados, mas a maioria em situação de informalidade (40,5%). Um número grande de jovens trabalha sem receber nada: 16,3%. Também os dados relativos à carga horária média e nível de remuneração lhes são nitidamente desfavoráveis.

## 2.1.3 – Integração simbólica, exclusão e violência

A juventude é a fase da vida em que se tornam mais evidentes as ambigüidades e contradições. Mas é também quando se está mais predisposto a questionar a realidade e experimentar mudanças. Os jovens contemporâneos vivem uma constante tensão entre a busca de emancipação pessoal e a subordinação aos ditames da sociedade de consumo e das imagens da juventude veiculadas pela mídia.

A mídia exerce um papel crucial na atribuição de sentidos e na formação da opinião pública desta geração, embora o público jovem receptor dos meios de comunicação seja constituído por uma massa heterogênea, bastante diferenciada. Mesmo entre os jovens da mesma idade e com

condições socioeconômicas semelhantes, são muitas as possibilidades de recepção de uma mesma mensagem divulgada pela mídia.

Contudo, não há dúvida de que o imaginário dos jovens está impregnado das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Imagens fortes, produzidas e reproduzidas muitas vezes, incorporam-se fundo na percepção que os jovens configuram de si e do mundo.

Dessa forma, são assimiladas muitas das aspirações de consumo e estilos de vida estimulados pela mídia. Na pesquisa quantitativa nacional organizada pelo Projeto Juventude, verificou-se que 91% dos jovens entrevistados costumam assistir televisão durante os dias da semana e 87% disseram fazer o mesmo nos finais de semana.

Ocorre que as dificuldades de inserção remunerada no mercado de trabalho dificultam o acesso à renda, bloqueando ou dificultando para a maioria dos jovens a realização das aspirações incorporadas. O choque entre os horizontes oferecidos pela mídia e as limitações concretas de renda e condições sociais, bem como a inexistência de políticas públicas satisfatórias de inserção juvenil, estão entre os fatores básicos a serem considerados para explicar os crescentes riscos de envolvimento com o narcotráfico e outras modalidades de delinquência.

A juventude, com poucos instrumentos de mediação da informação e da cultura ao seu alcance, dispondo de limitadas oportunidades profissionais e vivendo a necessidade de compor o orçamento familiar, torna-se um grupo muito vulnerável à ação de criminosos, sobretudo traficantes.

Expostos à ação desses grupos, os jovens buscam no crime a oportunidade de sustento próprio e, muitas vezes, do resto da sua família. São os “soldados”, “vapores”, “aviões” que, em busca de renda e reconhecimento social, associam-se em torno de práticas criminosas.

A aproximação entre a juventude e a marginalidade traz, por sua vez, um reforço considerável à cultura da intolerância e da violência, uma vez que a impulsividade e o espontaneísmo próprios da juventude se misturam ao sentimento de poder e onipotência

ocasionado pelo porte de arma de fogo. E isso contribui para a proliferação de situações marcadas pela intransigência, onde a própria juventude se converte em vítima maior.

A violência atinge a juventude também na medida em que esse cenário produz um estigma muito forte: a sensação de que todo jovem pobre, morador dos espaços de exclusão, é potencialmente vítima ou promotor de violência. Gera-se um novo fator de exclusão: morar em certos bairros das grandes metrópoles acarreta dificuldades adicionais para obtenção de trabalho.

A pesquisa do Projeto Juventude revelou que 11% dos jovens já sofreram diferentes tipos de violência física, sendo que a maior ocorrência se deu em casa ou na vizinhança, cometida por familiares, parentes, namorados ou conhecidos. Cerca de 20% dos jovens entrevistados já foram assaltados, enquanto 46% perderam algum parente ou amigo de forma violenta. Como resultado, a violência aparece como um dos principais fatores de preocupação dos jovens na referida pesquisa, sem alta variação por renda, escolaridade, gênero e cor.

## 2.1.4 – Família

A maior parte dos jovens ainda mora com os pais. Segundo o IBGE, apenas 12,5% já formaram família. A pesquisa do Projeto Juventude mostrou que 78% dos jovens são solteiros e, dos casados, só 7% o são oficialmente. A idade média com que saem da casa dos pais ou parentes para iniciar nova unidade familiar é de 22 anos.

No entanto, é elevado o número de jovens, principalmente do sexo feminino, que já têm filhos. Entre as adolescentes de 15 a 17 anos, 7,2% já são mães, e entre as jovens de 18 e 19 anos, 22,4%. Esses percentuais são mais altos nas regiões Norte e Nordeste. Ainda segundo a pesquisa, 22 % dos jovens do sexo masculino já têm pelo menos um filho e, desses, um terço ainda mora com os pais ou outros parentes. Conclui-se que a maternidade, e mais ainda, a paternidade, não indicam, necessariamente, o abandono da condição juvenil e de dependência em relação aos pais.

Há também uma correlação forte entre as taxas de gravidez juvenil e baixas taxas de escolarização e de renda. Em 2001, entre os jovens de 11 a 19 anos que tiveram filhos, 81,2% estavam fora da escola e sua renda familiar per capita era de meio salário mínimo, enquanto para as que não tiveram filho, a renda era de 1,21 salário mínimo. Na pesquisa do Projeto Juventude, a taxa de jovens com filhos ficou acima de 30% nos níveis de escolaridade até o ensino fundamental. Para jovens com ensino superior essa taxa cai a 9%.

No processo de construção de autonomia e individuação frente à família, além da conquista de independência econômica, o jovem busca um progressivo desligamento da autoridade dos pais, estabelecendo confronto entre valores e idéias a partir de novas fontes de referência, até chegar a um modo próprio de ser e de enxergar o mundo.

Decorrem disso conflitos inevitáveis. Na maior parte das vezes, entretanto, a família permanece como fonte de referência fundamental para os jovens, significando apoio e solidariedade no enfrentamento das dificuldades externas. A pesquisa do Projeto Juventude confirmou estudos anteriores mostrando que a família aparece como a instituição em que os jovens mais confiam.

É preciso levar em conta, no entanto, que a sociedade atual está desafiada a redefinir culturalmente essa categoria chave na vida e na formação dos jovens. Algumas dessas mudanças já se expressam no aspecto religioso, na composição do núcleo familiar, nas novas formas de estabelecer vínculos de parentesco.

No Brasil, cresce a cada dia o pluralismo religioso no interior de uma família. Também já é muito significativo o número de famílias chefiadas por mulheres, o que altera as definições de papéis sociais das mães e dos pais. Mudanças também se evidenciam na composição da família nuclear, formada a partir de sucessivos casamentos dos pais, que acarretam a convivência entre filhos ou filhas de apenas um dos cônjuges.

Ainda assim, uma concepção idealizada e nostálgica resiste ao tempo e tenta simplificar a questão recorrendo à fórmula “família desestruc-

turada”, subjacente em comentários da mídia e em análises de alguns formuladores de políticas públicas, em especial quando se tenta explicar desvios sociais e a criminalidade juvenil.

Por conta da complexidade das mudanças vividas hoje na estrutura familiar, é preciso ouvir o que os próprios jovens têm a dizer sobre a família. No que diz respeito às políticas públicas de juventude, que devem combinar mecanismos de participação, ampliação de direitos e garantia de proteção social, torna-se importante uma reflexão mais profunda e atualizada com vistas a definir por que, quando e como ações voltadas para os jovens devem – ou não – se ancorar no núcleo familiar. Não no sentido de rejeitar a idéia da família harmoniosa como fator favorável à formação dos filhos, mas no sentido de ampliar a caracterização da família dos jovens envolvidos em cada programa.

## 2.1.5 – Cultura e participação

As atividades de fruição e produção de cultura, assim como as de recreação e esporte, são campos centrais para a vivência da condição juvenil. Valem como espaços para construção de identidades e sociabilidade, incluindo a criação de linguagens e códigos próprios. Possibilitam experimentação, troca de informações, ampliação de referências, elaboração e confronto de valores. Permitem que os jovens se encontrem com outros jovens em espaços menos controlados e regrados por adultos, ou pelo menos por adultos exercendo tutela.

Todas as pesquisas recentes apontam a importância atribuída pelos jovens a essas atividades. A dimensão da “diversão” aparece como um dos elementos constitutivos mais fortes da identidade do “ser jovem” nas pesquisas realizadas pelo Projeto Juventude. Cultura e esporte aparecem como a terceira ordem de interesse dos jovens, depois de educação e trabalho.

Os jovens denunciam, de modo insistente, a falta de equipamentos e mecanismos que propiciem o acesso a atividades desse tipo, principalmente nas regiões mais pobres e periféricas das metrópoles, assim como nas pequenas cidades e na área rural.

Uma das marcas da geração atual tem sido a proliferação de grupos juvenis – principalmente entre os setores populares – que se configuram como espaços de criação cultural e se tornam verdadeiros canais de articulação de identidades coletivas. Transformam-se em referência para além dos participantes diretos do grupo, sinalizando comportamentos e posturas éticas para grandes contingentes de jovens, em escala nacional.

Os resultados da pesquisa quantitativa referida mostram que 15% dos jovens brasileiros participam diretamente de algum grupo, sendo que mais da metade deles (54%) conhece grupos culturais do seu bairro ou comunidade: grupos de música em primeiro lugar, mas também de teatro, dança, rádio comunitária etc, além de grupos ligados a esportes radicais como o skate. Em São Paulo, apenas para citarmos um exemplo, um mapa realizado pela prefeitura do município em 2003 identificou na cidade mais de 1600 grupos juvenis dos mais variados tipos, sendo a maior parte deles (35,8%) ligada à cultura.

## 2.1.6 – Participação política

A percepção de que os jovens da geração atual estão mais distanciados da política, frequente na mídia, pode não passar de mais um estereótipo ou mito que exige leitura crítica.

Em primeiro lugar, não é possível comparar dados estatísticos de hoje, que medem taxas de participação, com registros genéricos de movimentos ou com o impacto da ação política de décadas passadas. Em segundo lugar, é necessário verificar com mais atenção a hipótese de que o interesse em participar se manifesta em canais diferentes dos tradicionais.

O descrédito nas instituições políticas e nos partidos é um elemento apontado em todas as pesquisas a respeito de comportamento e valores dos jovens. Mas é bom lembrar que o fenômeno não se refere unicamente aos jovens. Essa desvalorização se apóia na percepção da corrupção e da prevalência de interesses escusos em muitas instituições.

Tal desqualificação não significa, porém, que a juventude esteja desligada do assunto. A pesquisa quantitativa do Projeto Juventude revelou que 85% dos jovens entrevistados consideram que a política é importante e sabem que ela influi diretamente em suas vidas (65%). O que parece forte, de fato, é a distância que sentem dos mecanismos de participação e interferência. Menos da metade (43%) avalia que consegue influir na política e isso certamente reflete a dificuldade de os jovens se sentirem incorporados e legitimados nesses mecanismos.

Se as taxas que medem a participação em entidades de ação e/ou representação política são baixas – mas sem destoar muito das taxas da população em geral – isso não significa necessariamente desinteresse ou falta de vontade de participar. Em proporções que variam entre 40 e 60%, expressiva fatia dos entrevistados manifestou o desejo de vir a fazê-lo, principalmente em associações comunitárias ou profissionais, em entidades ligadas à defesa do meio ambiente, em ações contra o racismo, de assistência social ou ainda nos conselhos ligados à educação e à saúde.

A mesma disposição para atuar pode ser verificada também na alta porcentagem (84%) de jovens que afirmam poder transformar o mundo. É possível, então, suspeitar que haja mais entraves para a participação do que desinteresse em fazê-lo.

Essa interpretação pode ser corroborada pela constatação de que existe uma ampla diversidade de formas de atuação coletiva entre os jovens, com diferentes raios de abrangência: os grupos culturais já citados, as equipes de ação comunitária ou de trabalho voluntário, as entidades estudantis, as ONGs, os movimentos sociais gerais, as mobilizações de contestação antiglobalização, as redes de solidariedade ou campanhas libertárias etc.

Essa presença participante se tem feito notar no cotidiano de muitas comunidades, nos momentos de decisão coletiva a respeito de gastos públicos (como em alguns processos de Orçamento Participativo), nas grandes mobilizações e acontecimentos políticos do país, nos

encontros e fóruns onde se buscam desenhar os traços de um outro mundo possível, e nos espaços em que se inicia o debate a respeito das políticas de juventude.

Desse modo, o desafio que se coloca é a criação de mecanismos de apoio e reconhecimento da diversidade de formas de atuação dos jovens, abrindo espaços para a sua efetiva participação na definição e implantação das políticas públicas.

## 2.2 – Evolução das políticas de juventude no Brasil

As políticas públicas para os jovens no Brasil foram desenvolvidas, até pouco tempo atrás, com uma dualidade que reproduzia desigualdades pré-existentes. De um lado, políticas de educação, ainda longe de se concretizarem como universais, que se tornaram acessíveis, nos seus graus mais avançados, apenas aos jovens de classes médias e altas. De outro, políticas de assistência, para jovens em situações especiais de “abandono”, desvio e marginalidade, quase sempre das classes populares.

Nos anos 70 e 80, quando o país vivia sob regime ditatorial, cresceram as mobilizações em defesa dos direitos da criança e do adolescente, exigindo que estes passassem a ser tratados como sujeitos de direitos. Era uma maneira de se contrapor a uma onda de violência contra os “menores de idade” em situações diversas de desvio, como os meninos de rua.

Essa luta colocou o tema da infância na agenda pública, suscitou o desenvolvimento de políticas e programas e resultou no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marco importante para o estabelecimento de nova noção de cidadania para esses segmentos.

A conquista do ECA impulsionou, por sua vez, a criação do sistema de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que resultou em fóruns específicos nos Estados e municípios e

garantiu o debate e a intervenção dos poderes públicos nas próprias localidades.

Nos últimos quinze anos, cresceram as ações, tanto do Estado como de diversos setores da sociedade, na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, ainda que a distância entre o estabelecido por lei e a realidade concreta permaneça grande.

As questões atinentes aos jovens com mais de 18 anos continuaram sendo descon sideradas como foco de ação pública e social até meados dos anos 90, quando eclodiu um novo ciclo de interesse pelo tema, provocado pelo agravamento dos problemas de exclusão já mencionados.

A questão ganhou visibilidade também pela intensificação da presença de atores juvenis, principalmente dos setores populares. Com linguagens e comportamentos variados no plano da cultura, do lazer e da vida comunitária, eles vieram a público cobrar respostas para os problemas que os afetam e preocupam.

Ao mesmo tempo, atores juvenis tradicionais no âmbito político brasileiro, como as entidades estudantis e as juventudes partidárias, além de manterem na ordem do dia suas pautas relacionadas com a educação, passaram a demandar respostas institucionais por parte dos poderes públicos, como a criação de organismos gestores para a formulação e execução de políticas específicas para a juventude.

Começaram a se construir, então, programas sociais – governamentais ou não – apoiados por organismos de cooperação internacional, agências das Nações Unidas e fundações empresariais, merecendo destaque o importante papel desempenhado por várias ONGs. Esses programas, em geral, detectavam os problemas mais graves vividos pelos jovens e buscavam contribuir para a supressão ou diminuição de certas marcas da exclusão.

Aumento da escolaridade, desenvolvimento do potencial criativo na produção cultural, elevação da consciência étnica, de gênero e de pertencimento comunitário foram alguns elementos centrais dessas ações. Multiplicaram-se tam-



bém os programas na área da saúde, buscando enfrentar, com ações de prevenção e educação, problemas de gravidez precoce, de doenças sexualmente transmissíveis e de drogadição.

Cresceram também os programas de prevenção à violência, buscando mesclar a reinserção escolar, o fortalecimento da auto-estima e dos vínculos comunitários, através de atividades ligadas a cultura, esporte e lazer; ou através de programas de capacitação profissional e geração de renda.

Finalmente, em anos mais recentes, nasceram diferentes tipos de organismos com a função de coordenar políticas ou programas específicos para jovens nas estruturas do Poder Executivo; principalmente nas prefeituras, mas também em alguns Estados. Embora representem um importante passo adiante, essas assessorias (ou coordenadorias, secretarias, conselhos) têm enfrentado dificuldades para se consolidar, por limitação de recursos orçamentários, falta de pessoal e carência de equipamentos.

Do mesmo modo, no âmbito do Poder Legislativo o ambiente também começou a mudar. Cresce o interesse parlamentar pela elaboração de projetos de lei dirigidos a demandas apresentadas pelos jovens. Algumas casas legislativas vêm estruturando espaços de debate, temporários ou permanentes, como comissões de juventude e parlamentos jovens. O tema se transforma em matéria de debate parlamentar e a participação direta dos jovens começa a ser assimilada e estimulada.

No âmbito do governo federal, programas importantes foram desenvolvidos nesta última década. Careciam, contudo – como ainda ocorre hoje –, de maior coordenação entre eles e, sobretudo, de uma definição conceitual clara a respeito da juventude, que apontasse para uma estratégia de abordagem integrada, inovadora e abrangente.

De certa forma, a juventude foi considerada quase exclusivamente no segmento relativo à adolescência, e com um foco muito acentuado nas situações de risco. Priorizou-se o estabelecimento de parcerias, principalmente com ONGs e fundações empresariais, em torno de projetos

dirigido aos jovens. Mas não foram estabelecidos canais formais de diálogo e definição de diagnósticos, nem diretrizes e prioridades para a formulação das políticas.

Ao Estado restou um papel relativamente distanciado, de quem reconhece a importância da questão e apóia iniciativas objetivando maior inclusão, mas se exime de assumir o tema juventude como assunto de interesse estratégico nacional.

## 2.3 – Avanços recentes

As experiências desenvolvidas nestes últimos anos são muito ricas. O debate público a respeito do tema vem se avolumando de modo acelerado. Há, certamente, muitas visões, diferentes e divergentes, a respeito da juventude. Mas alguns consensos estão sendo produzidos e podem servir de base para uma elaboração coletiva e acordada entre os diferentes atores envolvidos na questão, fixando diretrizes e estabelecendo definições transparentes sobre investimento de recursos sociais, rumo a uma inédita política nacional de juventude em nosso país.

Esses consensos envolvem a compreensão da juventude como uma condição singular em relação a outros segmentos populacionais; a noção de que os jovens são sujeitos de direitos, com múltiplas dimensões a serem consideradas; que a realidade dos jovens é marcada por ampla diversidade; que as diferentes situações exigem respostas diferenciadas, porém referidas à igualdade de direitos que são universais.

Aponta-se a necessidade de políticas específicas, articuladas e transversais, coordenadas por uma instância gestora do poder público, envolvendo a ação de diferentes setores da sociedade – governamentais e não-governamentais – e que tais políticas devem se basear na participação ativa dos jovens, considerados como protagonistas das ações que dizem respeito a si mesmos e à sociedade em que estão inseridos.

Os programas até aqui desenvolvidos ajudaram a produzir informações e acumular ex-

perícia para a composição de diagnósticos mais precisos. Testaram caminhos, levantaram pistas a respeito do que fazer e também do que não fazer. Apontaram soluções e novas demandas que precisam ser avaliadas, confrontadas e, principalmente articuladas numa perspectiva mais integrada.

Seminários e pesquisas realizados por universidades, ONGs, centros de estudo e entidades como a Unesco e outras instituições conseguiram refinar o campo de conhecimentos a respeito dos jovens e seus dilemas, compondo um importante acervo para a elaboração das políticas públicas de juventude, embora falte ainda maior articulação entre os pesquisadores, os formuladores dessas políticas e os próprios movimentos e grupos de participação juvenis.

As conferências municipais realizadas nas cidades onde há organismos gestores específicos para juventude, as demandas apresentadas pelos jovens nos processos democráticos de debate –como o Orçamento Participativo– e, principalmente, a participação dos grupos juvenis nesses espaços, têm viabilizado um saudável confronto entre as demandas dos jovens e as possibilidades de respostas por parte dos poderes públicos.

Falta, porém, construir canais mais articulados e institucionalizados de coordenação, discussão e acompanhamento da implementação das políticas de juventude, com capacidade de abarcar a rica diversidade das formas de participação dos jovens e de garantir um diálogo de compromisso entre gerações.

A recente iniciativa do presidente da República de constituir um grupo interministerial, sob responsabilidade da Secretaria Geral da Presidência, articulando 19 ministérios para elaborar um diagnóstico das dezenas

de ações voltadas à juventude no âmbito do Executivo Federal, representou um passo bastante promissor. Cabe ressaltar o ineditismo desse procedimento e propor aos demais entes federativos que repitam a experiência em seus respectivos âmbitos de autoridade.

Reúnem-se, assim, as condições para viabilizar o lançamento de uma abrangente política nacional de juventude, que por sua vez poderá induzir as 27 unidades da Federação a se articularem com os programas federais voltados à juventude e multiplicarem iniciativas na esfera estadual, valendo o mesmo raciocínio para boa parcela das cidades brasileiras de grande e médio porte.

A criação da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude da Câmara Federal em 2003 e a realização de audiências em todos os Estados da Federação para preparar a Conferência Nacional e acumular elementos para elaboração de um Plano Nacional de Juventude representaram também um impulso fundamental para viabilizar o salto que se faz necessário.

A confluência de todos esses processos, cada um no seu âmbito e com resoluções de natureza distinta, cria, por sua vez, um clima favorável, inédito no país, para que se multipliquem na sociedade civil – empresas, sindicatos de trabalhadores, meios de comunicação de massa, igrejas, movimentos sociais, instituições de ensino e pesquisa – iniciativas e programas na mesma direção.

A magnitude dos desafios presentes no tema juventude ultrapassa todas as possibilidades de resolução exclusivamente por parte do Estado. É indispensável que a sociedade civil brasileira tome em suas mãos uma parcela substantiva dessa tarefa.

# 3 Diretrizes gerais de uma política nacional de juventude

## 3.1 – Política estratégica de Estado

Reafirmando o papel indutor do Estado Republicano na condução de um projeto de desenvolvimento nacional consistente, democrático e soberano, cabe aos governos do país a responsabilidade de equacionar as demandas, oferecer perspectivas de futuro e propiciar amplos direitos de cidadania aos milhões de brasileiros que compõem sua população juvenil.

Frente ao contexto de exclusão social que afeta a maior parcela desse contingente, as políticas públicas de juventude devem ter caráter redistributivo. Porém, não terão efeito duradouro se forem pensadas apenas como políticas sociais compensatórias.

Afirmar a necessidade de uma política nacional de juventude em nosso país, de alcance estratégico, significa reconhecer que as diretrizes do Estado não podem ser pensadas apenas como um somatório do que já existe – ou venha a existir – para os jovens em cada ministério e nas diferentes áreas e secretarias dos demais entes federados.

A integração e a transversalidade devem ser assumidas e praticadas como elementos fundamentais de todas as políticas públicas de juventude, exigindo um novo amálgama de sentidos, enfoque geracional e meios apropriados de validação, implementação, gestão e avaliação.

Os eixos centrais de uma inovadora política nacional de juventude devem combinar mecanismos de proteção social, expedientes que gerem novas oportunidades de inserção profissional e sociocultural e incentivem a participação.

## 3.2 – Igualdade de direitos e fortalecimento dos segmentos vulneráveis

A implantação de políticas democráticas e inclusivas de juventude deve levar em conta a variedade de demandas da população juvenil e propiciar a convivência das multiplicidades étnicas, religiosas, de tradições, gostos e sensibilidades, combatendo todas as formas de discriminação social e política.

Todos os jovens brasileiros devem ser potencialmente beneficiários das políticas públicas de juventude. Políticas universais devem procurar garantir acesso à saúde, à educação de qualidade e aos espaços públicos para o tempo livre, além de oportunidades de inserção no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, é necessário desenvolver ações focalizadas para segmentos mais vulneráveis, com mecanismos de transferência de renda que garantam escolaridade e educação para a cidadania, bem como reforcem as identidades associadas ao local de moradia, gênero, raça e orientação sexual.

### 3.3 – Responsabilidade de distintos atores

Toda a política nacional de juventude deve ser pensada a partir da idéia de direitos sociais, pertencimento cultural e construção de valores de cidadania participativa, traduzindo a complexidade de fatores envolvidos na condição juvenil contemporânea. Para potencializar a capacidade de discernimento crítico e promover desenvolvimento social, é importante garantir a presença dos distintos atores sociais em suas diferentes etapas de realização.

Se ao Estado cabe legislar, administrar e implementar políticas públicas de juventude, é imprescindível convocar, valorizar e estimular as iniciativas e mobilizações no âmbito da sociedade civil. O desafio é garantir a participação da sociedade civil sem minimizar o papel do Estado, assegurando complementaridade e maximizando os recursos disponíveis.

Uma idéia-chave é promover a participação dos próprios jovens no desenho, na implementação, na gestão, no monitoramento e na avaliação crítica de todas as políticas, programas, projetos e ações. Ao criar mecanismos que reafirmem os direitos dos jovens, torna-se necessário capacitá-los, com metodologia apropriada, para observar, criticar, propor correções e maneiras de aperfeiçoar as políticas implementadas. Isto significa democratizar o acesso dos jovens a conhecimentos sobre formulação, gestão, acompanhamento e avaliação. Significa também reconhecer novas modalidades de participação juvenil.

Aos pesquisadores e especialistas de diferentes áreas de conhecimento cabe desenvolver estudos e pesquisas, assumindo papel ativo na elaboração de diagnósticos qualificados que orientem a formulação de políticas, bem como no desenvolvimento de metodologia com indicadores de monitoramento e avaliação permanente.

As ONGs e várias outras instituições da sociedade civil podem contribuir no desenho e implementação das políticas públicas de ju-

ventude em vários níveis: estabelecendo parcerias com órgãos gestores, contribuindo nos diagnósticos e avaliações, capacitando jovens para uma presença mais eficaz nos espaços públicos de participação.

As políticas públicas de juventude devem investir também na formação de adultos que trabalhem com jovens na família, na escola, no mundo do trabalho, nos espaços públicos de cultura ou lazer, nas instituições de abrigo e carcerárias; adultos que acompanhem seus percursos de experimentação, de busca, de definição de identidade e projetos de vida; adultos que estejam disponíveis para a escuta ativa e o diálogo aberto.

Implementa-se, dessa forma, um processo de educação recíproca que exige reflexões novas sobre conceitos e preconceitos a respeito da sexualidade, direitos reprodutivos, drogas lícitas e ilícitas, e também sobre os clássicos paradigmas que definem família, escola e trabalho.

A colaboração entre gerações é fundamental para a consecução dos objetivos de políticas públicas voltadas à juventude.

### 3.4 – Eixos do novo enfoque: educação, trabalho, cultura e participação

As políticas públicas de juventude devem ser concebidas buscando um novo paradigma, que atualize e renove os sentidos fundamentais da educação e do trabalho, ampliando a compreensão da dimensão cultural e da participação na vida dos jovens do século que se inicia.

Políticas, programas, projetos e ações destinados à juventude devem ser pensados sem a reprodução dos estereótipos e preconceitos projetados sobre os próprios jovens. Precisam levar em conta o contexto histórico, social e cultural em que os diferentes segmentos juvenis estão inseridos, considerando-os em todas as suas desigualdades e diversidades.

A cultura assume nova estatura e forte centralidade nesse caminho, numa inter-relação estruturante com educação e trabalho, pressupondo um processo de mudança de mentalidade, afirmação de novos valores, reconhecimento de linguagens, símbolos e signos inovadores.

No que diz respeito à educação, são muitas as mudanças em curso. A revolução científica e tecnológica, as transformações nas formas de emprego e ocupação, as mudanças nas carreiras profissionais são incessantes. Frente ao duplo fenômeno da disponibilidade ilimitada de informações e da obsolescência rápida dos conhecimentos, o objetivo primeiro dos processos educativos passa a ser aprender a aprender. As noções de reciclagem e requalificação profissional tornam-se exigências permanentes.

Hoje, a educação se dá em múltiplos contextos e, cada vez mais, há necessidade de construção de novas articulações entre a escola e os demais processos formativos aos quais estão submetidos os jovens. A multiplicação dos canais de transmissão de conhecimentos e informações permite, por outro lado, a transformação de espaços sociais, como associações comunitárias, clubes, hospitais e prisões em ambientes educativos.

Novas definições e finalidades da educação se apresentam e devem ser consideradas na elaboração de estratégias educacionais voltadas para os jovens a partir da indagação: que escola e para quais jovens? Para responder tal pergunta, surge a necessidade de uma reformulação do sentido geral das relações entre escolaridade, educação e inserção social.

No que diz respeito ao mundo do trabalho, o maior desafio da contemporaneidade é a convivência do paradigma do emprego estável com a diversidade e descontinuidade das formas recentes de inserção produtiva. As restrições e possibilidades de inclusão no mercado de trabalho revelam e ratificam desigualdades sociais pré-existentes entre os jovens.

Torna-se obrigatório rever o papel do Estado, seja em suas relações com a sociedade, seja em suas responsabilidades frente à indução econômica. O foco da ação do Estado deve

recair sobre a implantação ou fortalecimento de programas geradores de emprego, que modifiquem o atual cenário de exclusão dos jovens e precariedade nas relações de trabalho.

Caminhos novos devem ser abertos através da desconcentração de poder econômico e de incentivos para descentralização espacial das atividades produtivas, com vistas à criação de novos postos de trabalho. Ações públicas podem promover ampliação da agricultura familiar e da participação dos jovens nas atividades rurais não-agrícolas.

Cabe reforçar também o acesso dos jovens do campo e das cidades aos sistemas de microcrédito e aos diferentes projetos que envolvem educação para o empreendedorismo, assim como às novas formas de trabalho social visando cuidado com a questão ambiental e a solidariedade social.

Por tudo isto, trata-se de promover uma nova cultura do trabalho. Os jovens são os mais atingidos pelo desemprego e certamente poderão ser os agentes mais importantes na experimentação de novas formas de inserção produtiva (cooperativas, grupos de produção, autogestão, trabalho social) e na difusão dos valores que podem fomentar uma cultura da economia solidária.

No que diz respeito à cultura, vale registrar as várias dimensões desse conceito. A mais geral encerra a idéia de produção de sentidos que norteiam e valoram a vida em sociedade. Outra pressupõe a constante invenção e reinvenção de formas e canais de comunicação entre diferentes atores e instituições sociais. Finalmente, a mais corriqueira se refere à existência de múltiplas manifestações culturais expressas sob forma de arte.

Em todas essas dimensões, a cultura é dinâmica e não monolítica. Pressupõe a constante articulação entre o reconhecimento das diversidades culturais e a construção da identidade nacional. No contexto da discussão sobre políticas públicas de juventude, falar em cultura é integrar os três conceitos: disputa de sentidos, comunicação de imagens, valores e vínculos societários; e atribuição de importância às manifestações artísticas produzidas ou apreciadas pelos jovens.

No que diz respeito à participação, como já enfatizado na descrição dos diferentes atores envolvidos no processo de construção de políticas públicas de juventude, o ponto de partida é o jovem como sujeito ativo na relação com sua vida e com os outros. Ou seja, as características, demandas e potencialidades dos jovens têm de ser incorporadas e valorizadas na definição de políticas, programas e ações.

Essa premissa geral contemplando as diferentes realidades dos jovens brasileiros pode ser levada à prática de diferentes maneiras. Em nosso país, há múltiplos agrupamentos juvenis que podem ser convocados imediatamente para participar no desenho de programas e também na deliberação sobre os conteúdos das políticas. Mas há outros que ainda não tiveram oportunidade de experimentar espaços de construção de identidades coletivas. No caso destes, a participação deve ser pensada como um recurso pedagógico eficaz na educação para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, a participação em programas e ações voltados para a juventude será uma via promissora para a formação de jovens mais autônomos e críticos. Por meio de expedientes e métodos participativos, é possível potencializar a energia juvenil para o enfrentamento de problemas sociais imediatos que interferem em suas trajetórias pessoais, e também para interagir nas questões da cidadania.

Para fortalecer as possibilidades de participação dos jovens no âmbito das políticas públicas de juventude, é preciso ampliar o acesso a informações qualificadas, a conhecimentos apropriados, a recursos materiais e simbólicos, a canais de expressão e comunicação.

Estas são condições fundamentais para que amplos segmentos juvenis sejam considerados não só como interlocutores legítimos, mas como agentes fundamentais na definição de indicadores para monitoramento e na avaliação das políticas públicas de juventude.

## 3.5 – Programa nacional abrangente

Para tornar visível a nova atenção que o país dedica à sua juventude, torna-se urgente construir um programa nacional de larga escala, em cujo âmbito se interliguem educação, trabalho, cultura e participação, e cuja gestão seja marcada pela integração e pela transversalidade aqui propostas.

Esse programa abrangente pode ser concebido prevendo distintos mecanismos de cooperação entre União, Estados e municípios, tendo como pressuposto, ainda, múltiplas iniciativas de parceria com instâncias da sociedade civil, sejam elas vinculadas ao terceiro setor, empresas privadas, sindicatos de trabalhadores ou organizações de cunho religioso, cultural e de representação de segmentos populares.

Os programas existentes dirigidos à juventude fixam, em geral, os 18 anos como idade-teto. Apesar disso, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 (PNAD 2001) indica que 11 milhões de jovens brasileiros de 18 a 24 anos – excluídos, portanto, desses programas – não terminaram o ensino médio e estão fora da escola. Há ainda 4,5 milhões de jovens de 18 a 24 anos com defasagem entre idade e série escolar. As estatísticas demonstram que são justamente esses jovens os que estão mais expostos à violência e às debilidades das políticas de segurança pública.

O programa sugerido, ancorado em uma nova visão sobre o nexo entre educação, trabalho, cultura e participação, deverá ser dirigido inicialmente aos jovens de 18 a 24 anos que estão fora da escola ou em situações de atraso escolar.

Propõe-se que seja iniciado com escala reduzida, a partir de experiências-piloto, para então crescer de modo sustentável através de ampliações sucessivas. Sua meta será abarcar, no prazo máximo de uma década, o maior percentual possível dos jovens que estão hoje duplamente expostos à exclusão escolar e ao desemprego.

Para tanto, competirá aos poderes públicos definir um adequado cronograma de ampliação dos recursos orçamentários previstos para sua implementação, consignando esse planejamento nos respectivos orçamentos anuais e plurianuais e indicando-se metas precisas a serem atingidas no transcurso de até um decênio.

Além de frisar o conteúdo estratégico do programa em questão, a definição de um intervalo mais largo busca impedir sua interrupção ou abandono com a alternância de partidos no poder, natural na vida democrática.

Ao Executivo federal compete desenhar com precisão o início, os prazos, o formato e o alcance desse novo programa, oferecendo alternativas de parceria ou entrosamento a todas as instâncias estaduais e municipais de governo, podendo partir das regiões ou áreas onde os problemas que cercam a juventude assumem dimensões mais agudas.

Aos governos estaduais e municipais cabe o desafio de integrar-se ao programa sugerido e/ou construir alternativas que, dentro de cada realidade específica, possam ampliar, complementar e mesmo ultrapassar as metas definidas pela União, em correspondência com o grau de compromisso assumido frente ao desafio em questão.

É desejável que a participação dos jovens no programa tenha a duração de pelo menos dois anos, tendo em vista que já existe no Brasil uma reivindicação generalizada de prolongamento dos programas sociais em curso no âmbito federal, estadual e municipal, que oscilam hoje entre o exíguo prazo de quatro e doze meses.

É recomendável que o novo programa integre de maneira inédita: ampliação da escolaridade; capacitação profissional voltada para novas formas de inserção produtiva; e engajamento em ocupações sociais através de trabalho comunitário, cuidados ambientais, alfabetização, campanhas de saúde e inúmeras modalidades de convivência solidária que

resultem na ampliação do acesso ao esporte, lazer e aos bens culturais.

Os dados disponíveis demonstram que esse programa, mesmo sem ter um recorte específico de renda ou etnia, atingirá os jovens mais pobres e os negros. É preciso observar, no entanto, que embora compartilhem uma situação socioeconômica semelhante, tais jovens não possuem necessariamente as mesmas experiências com a escola e com o mundo do trabalho, não têm gostos idênticos ou vocações homogêneas, tornando-se imprescindível conhecer essa ampla diversidade antes de passar à formulação concreta do programa.

Os programas sociais costumam tratar de maneira homogênea trajetórias juvenis que são profundamente heterogêneas. Daí a recorrência da crítica formulada por seu público-alvo ao caráter restrito das possibilidades de escolha oferecidas. Ampliando as possibilidades de escolha de cada jovem, o novo programa incentivará participação maior dos jovens e desenvolverá seu senso de responsabilidade. A participação favorece tanto o aprendizado de conteúdos da educação para a cidadania quanto incentiva o engajamento social e comunitário.

Não é recomendável que o programa centralize todo o leque de ações hoje dirigidas à juventude, pois isso resultaria em gigantismo, morosidade burocrática e provável engessamento em uma questão que tem na diversidade seu elemento central. Mas ele deverá valer como uma espécie de carro-chefe interligando todas as iniciativas com sinergia, complementaridade, flexibilidade e conexões dinâmicas.

Nesse sentido, é preciso que determinados programas em andamento, como Primeiro Emprego, Segundo Tempo, Agente Jovem, Soldado Cidadão, Primeira Terra e vários outros incorporem mudanças e aperfeiçoamentos que se fazem indispensáveis para estabelecer sintonia com a fundamentação conceitual que orienta a política nacional de juventude.

## 3.6 – Novo desenho institucional

A materialização da política nacional de juventude aqui proposta exigirá a construção de novos mecanismos institucionais de gestão. A eles caberá a responsabilidade de implementar o programa abrangente e articular as diferentes ações setoriais de juventude, zelando pela transversalidade, integração e complementaridade.

Deixar à mercê de cada área ministerial – ou secretaria no caso dos Estados e municípios – a condução dessa política envolve alto risco de dispersão, fragmentação, competição estéril, resultados decepcionantes e, finalmente, abandono da idéia.

O Projeto Juventude não se propôs, como já foi alertado, desenhar cada proposta até o nível dos detalhes institucionais e das previsões financeiras. O Poder Executivo de cada ente federado, dentro das suas condições concretas, poderá concluir esse desenho com a indispensável participação dos próprios jovens.

Mas as discussões e estudos desenvolvidos no Projeto Juventude apontaram um claro consenso em torno da proposta de vincular os organismos gestores o mais diretamente possível ao chefe de cada Executivo, evitando-se a incorporação do tema juventude a quaisquer outras áreas de governo, por mais diretos que sejam os nexos com elas, como é o caso de Educação, Esportes, Cultura, Trabalho, Desenvolvimento Social e outras.

A vinculação direta com as instâncias centrais de governo é indispensável para as-

segurar o caráter intersetorial e, conseqüentemente, a transversalidade postulada.

Por outro lado, no cenário atual de estrangulamento fiscal que envolve o Estado brasileiro – da União aos municípios –, cabe frisar que a construção desses novos organismos dispensa estruturas burocráticas pesadas e onerosas. No lugar de se pensar em um novo ministério ou secretarias inchadas, é preferível conceber, como ponto de partida, um organismo central ágil, que se apóie na autoridade política do chefe do Executivo em questão e utilize ao máximo os equipamentos, o pessoal, os centros de comunicação e os institutos de pesquisa já existentes na estrutura governamental de cada nível federado.

Após alguns anos de implementação da política nacional de juventude aqui proposta, e na medida em que se reúnam condições orçamentárias de maior equilíbrio, será preciso ampliar também os instrumentos de gestão para ela voltados. O passo seguinte será estender as várias ações e o programa principal ao maior percentual possível dos milhões de jovens em condições de vulnerabilidade ou submetidos a dificuldades incompatíveis com os ideais de cidadania.

Como advertência, vale reiterar que nenhum organismo institucional voltado para a juventude será capaz de coordenar uma nova política de conteúdo estratégico se persistirem os níveis asfixiantes de dotação orçamentária e de equipe funcional, que foram descritos durante os debates do Projeto Juventude por dezenas de gestores federais, estaduais e municipais convidados a expor suas experiências e propostas.



# 4 Agenda para diferentes áreas

## 4.1 - Educação

A educação de qualidade como direito fundamental para todos é um eixo estratégico para a construção de um projeto de nação. No Brasil, esse direito ainda não está garantido para toda a população. Embora a expansão do sistema educacional tenha levado à quase universalização do acesso ao ensino fundamental e tenha resultado em aumento significativo da escolaridade média dos segmentos juvenis em relação à população total, a situação educacional da juventude ainda é grave e alarmante.

Significativos contingentes de jovens estão excluídos do sistema escolar. O Brasil tem hoje 16,2 milhões de estudantes na faixa dos 15 aos 24 anos, o que equivale a menos da metade da população juvenil total.

Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, é maior a proporção de estudantes (83% deles estão na escola), embora metade (52,4%) ainda esteja matriculada no ensino fundamental, e apenas 46,4% no ensino médio, que seria o grau considerado adequado para a idade. Ou seja, mesmo tendo crescido muito nos últimos anos o número de matrículas no ensino médio, a estrutura existente ainda é insuficiente para responder à demanda potencial.

A partir dos 18 anos, cai muito a presença na escola. Metade dos jovens de 18 e 19 anos está estudando, mas, desses, apenas 13,5% estão no ensino superior (56,8% no ensino médio, 29,7% no fundamental).

A expansão do sistema educacional brasileiro também não foi acompanhada de um aumento proporcional no padrão de qualidade. Escolas particulares bem estruturadas e equipadas não são acessíveis à grande maioria dos jovens. Nas escolas públicas, a precariedade material, os baixos salários e a formação inadequada dos professores dificultam a manutenção de um corpo docente integrado e a consolidação de um projeto pedagógico consistente.

Esses problemas se agravam no ensino noturno, onde estão, sobretudo, jovens que trabalham ou que buscam emprego. Pesquisas geralmente apontam que as classes escolares noturnas sofrem problemas mais graves de infra-estrutura que a média das escolas públicas.

A expansão do sistema educacional também não diminuiu as desigualdades resultantes de nossa herança histórica e dos padrões recentes de desenvolvimento econômico. Jovens das classes trabalhadoras, jovens negros e jovens moradores das grandes periferias urbanas ou das zonas rurais encontram maiores dificuldades de acesso, permanência e continuidade no sistema escolar.

Disparidades regionais se refletem nos dados sobre educação: enquanto um jovem nordestino de 15 a 24 anos tem em média 5,9 anos de estudo, no Sul e no Sudeste essa escolaridade chega a 8,1 e 8,3 anos, respectivamente, para a mesma faixa etária.

Nesse aspecto, os dados de analfabetismo são eloqüentes: embora em decréscimo, ainda atinge 3,8% dos jovens, sendo que boa parte deles (43%) mora em áreas rurais ou áreas urbanas não metropolitanas (45%) e a grande maioria no Nordeste (70%). Os ne-

gros e pardos correspondem a 67% dos analfabetos e os brancos a 32%. Dos concluintes do ensino médio, apenas 3% são negros.

Dos 3,2 milhões de estudantes que terminaram o ensino médio em 2000, apenas 1,2 milhão chegou à universidade, sendo 274 mil em instituições públicas federais, estaduais e municipais. À grande maioria coube o caminho das faculdades particulares. Destes últimos, muitos são obrigados a abandonar os estudos por falta de recursos para pagar as mensalidades.

Além dos casos graves de exclusão escolar, que revelam contextos de negação quase absoluta de cidadania e contribuem para a composição de situações de vulnerabilidade, há uma gama muito diferenciada de defasagens ou dificuldades de permanência e continuidade, que precisa ser levada em conta na elaboração de políticas que visem escolaridade para todos.

Outro mecanismo que faz o sistema escolar funcionar como indutor das desigualdades, em vez de redutor, é a separação entre formação propedêutica, visando a continuação de estudos superiores para jovens das classes médias e altas, e formação para o trabalho para jovens de famílias mais pobres. Aspectos históricos e culturais contribuem para explicar a dificuldade do ensino médio em conciliar essas duas perspectivas.

### **4.1.1 – A escola e o trabalho: transformações para o jovem do século XXI**

A concepção moderna de juventude – surgida de profundas transformações a partir do século XVIII e consolidada após a Segunda Guerra Mundial – tornou a escolaridade uma etapa intrínseca à passagem para a maturidade. “Estar na escola” passou a definir a condição juvenil. Idealmente, isso pressupunha o retardamento da entrada dos jovens no mundo do trabalho, o que não aconteceu de maneira homogênea nos diferentes países nem dentro de um mesmo país.

No Brasil, como revelam os números já citados, diferenças de classe retroalimenta-

das por desigualdades sociais resultam em altos índices de defasagem, abandono escolar e entrada precoce e precária dos jovens no mercado de trabalho.

Porém, na geração atual, não são apenas os jovens em situações de vulnerabilidade social que aspiram a combinar estudo e trabalho. A mesma sociedade que estabelece a equação do aumento do tempo na escola e postergação da entrada no mercado de trabalho produz apelos de consumo e de produção cultural endereçados à juventude.

Como desdobramento, para viver a almejada condição juvenil, os jovens de hoje precisam não só de tempo livre para a cultura e o lazer, mas também de dinheiro para consumir, experimentar, exercitar sua autonomia. Resulta daí que também os jovens de classe média aspiram – nos moldes de seu horizonte social – a encontrar atividades remuneradas que lhes permitam combinar estudo e trabalho.

Entre muitos jovens, hoje, percebe-se uma certa pressa para trabalhar mais cedo. Para a grande maioria, essa pressa está ligada às necessidades básicas de sobrevivência pessoal e familiar. Para outros, a urgência está relacionada também com a busca de emancipação financeira, mesmo que parcial, que possibilite acesso a consumo e lazer. Finalmente, e sempre nas devidas proporções, para os jovens de todas as classes e situações sociais a pressa está relacionada à consciência de que estão submetidos a um mercado de trabalho restritivo e mutante.

Os jovens sabem que os certificados escolares são imprescindíveis. Mas sabem também que eles não representam garantia de inserção no mercado de trabalho em nível condizente com a escolaridade atingida. Rápidas transformações econômicas e tecnológicas se refletem no mercado de trabalho, tornando-o mais precário, modificando especializações e sepultando carreiras profissionais.

Nesse cenário, compreende-se por que os jovens consideram e buscam várias possibilidades de combinar estudo e trabalho, atitude congruente com as exigências da realidade atual, em que aperfeiçoamento, reciclagem

e re-qualificação profissional tornaram-se necessidades permanentes. Todas as informações disponíveis indicam que é preciso superar a dicotomia entre escola para a profissionalização imediata e escola como etapa para se chegar à universidade.

Não existem contradições intransponíveis entre educação propedêutica e educação para o trabalho. Ambas as possibilidades devem estar ao alcance de todos os jovens para que escolhas pessoais e circunstanciais possam ser feitas. O sistema educacional pode oferecer respostas diferenciadas para permitir distintos modos de acesso e continuidade na formação escolar.

Uma nova visão pedagógica deve buscar superar os dualismos expressos nas oposições entre geral e específico ou entre técnico e propedêutico, estabelecendo nexos dinâmicos entre a teoria e a prática, o pensar e o agir.

A escola deve ser pensada como espaço público democrático onde estejam fortemente presentes a ciência, a cultura e o esporte, bem como a promoção da solidariedade e do convívio inter-pessoal e social. Não pode ser compreendida apenas como local de adestramento da força de trabalho, nem pode ignorar a importância da inserção social e econômica dos jovens. Para dar conta da complexidade das mudanças vividas por esta geração, é fundamental incluir o tema juventude nos cursos de formação de professores, coordenadores e diretores.

É verdade que a família, a escola e os espaços de trabalho não são as únicas agências socializadoras das novas gerações. Mas a escola continua sendo imprescindível para transmitir conhecimento, democratizar o patrimônio social e cultural, apoiar e orientar os jovens na elaboração de seus projetos de vida pessoal e profissional, assim como para o exercício da cidadania.

Por fim, vale salientar que a falta de investimento nas universidades públicas resultou em deterioração do ensino superior. A expansão nesse nível de ensino se fez principalmente no campo privado, gerando um problema grave de acesso e permanência em razão dos custos.

No Brasil, as universidades públicas são as principais responsáveis pela produção científica, destacando-se pela capacidade de produção de conhecimento e tecnologia e pelo seu papel crítico diante da sociedade. Seu enfraquecimento compromete conquistas sociais e o avanço tecnológico. Torna-se urgente revalorizar, recuperar e integrar ao processo de desenvolvimento nacional a universidade pública, os cursos de graduação e pós-graduação e os institutos de pesquisa.

A política nacional de juventude deve contemplar medidas para aumentar o número de vagas e implementar ações afirmativas que ampliem o acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade. Ao mesmo tempo, deve também criar canais para que os estudantes universitários venham a participar de programas e atividades ligadas à redução das desigualdades sociais.

Quando pensada como um vetor básico e fundamental do desenvolvimento, a educação assegura o fortalecimento da democracia e a redução das desigualdades sociais, regionais, étnicas e de gênero.

#### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

- Garantir a implementação das indicações previstas nos Parâmetros Curriculares Nacionais como a flexibilização curricular, interdisciplinaridade e os temas transversais.
- Superar a atual dualidade do sistema escolar por meio de um ensino médio integrado, que ofereça educação básica de qualidade e formação técnica profissional.
- Reverter o quadro de municipalização predatória da escola pública e estabelecer um novo marco de cooperação entre os entes federados para assegurar a universalização básica e o resgate da qualidade de ensino em todos os níveis.

- Valorizar os professores, garantindo remuneração adequada, formação, reciclagem e condições adequadas de trabalho.
- Dialogar com as linguagens e culturas juvenis, revendo metodologias para tornar a escola mais atraente ao jovem.
- Melhorar a infra-estrutura e os equipamentos escolares: quadras, laboratórios, bibliotecas, equipamento de informática e espaços para atividades.
- Articular a escola com outras instituições e grupos que atuem na mesma área temática e/ou geográfica, constituindo-a como espaço público democrático, aberto à população do entorno.
- Desenvolver pedagogias específicas para os jovens do meio rural, inclusive para escolas técnicas e de nível superior, dialogando com experiências dos movimentos sociais como a Pedagogia da Terra e a Pedagogia da Alternância.
- Implantar um programa de educação supletiva que responda às especificidades da condição juvenil, em diálogo com os movimentos e instâncias voltados para a Educação de Jovens e Adultos.
- Conceber um plano nacional de erradicação do analfabetismo entre os jovens, que estabeleça metas e prazos, mobilizando não apenas as redes públicas de educação e equipamentos do Sistema S<sup>1</sup>, mas também a rica rede de experiências para-escolares que desenvolve trabalho de alfabetização em várias regiões do país.
- Implementar programas que combinem escolaridade, capacitação para o trabalho e inserção em atividades comunitárias para jovens que estão fora da escola ou em defasagem idade/série, sempre levando em conta a diversidade de situações. Esses programas devem garantir apoio financeiro para os jovens, com

contrapartida em trabalho social, visando alavancar sua autonomia em relação à família. Variantes do programa devem ser desenvolvidas para jovens do meio rural, das comunidades quilombolas, aldeias indígenas e periferias das metrópoles.

- Dirigir o mesmo tipo de iniciativa aos jovens deficientes, uma vez que existem poucos programas e poucas escolas a eles destinados ou que consideram suas demandas de integração nos diferentes espaços da sociedade.
- Desenvolver programas educacionais para jovens que vivem nas ruas ou em abrigos, para jovens em conflito com a lei e para populações carcerárias jovens.
- Universalizar o sistema de cotas, como forma de assegurar aos afrodescendentes e aos jovens de baixa renda a igualdade de direitos registrada na letra de nossa Constituição Federal.

## 4.2 – Trabalho

Os indicadores sobre mercado de trabalho no Brasil revelam um quadro muito grave. O desemprego entre os jovens de 16 a 24 anos ocupa o topo da escala e representa praticamente o dobro do verificado na População Economicamente Ativa (PEA) total. Mais que o dobro, se comparado com as taxas aferidas apenas para os contingentes acima de 24 anos.

Segundo os dados relativos a abril de 2003 da Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas, enquanto para os adultos presentes no mercado de trabalho, 9 em cada 100 se encontravam desempregados, no caso dos jovens calcula-se que essa cifra saltava para cerca de 26,5 em cada 100. Ou seja, três vezes mais.

<sup>1</sup> Sistema que reúne as seguintes entidades: Serviço Social da Indústria (Sesi), Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), Sesc (Serviço Social do Comércio), Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), Sest (Serviço Social do Transporte), Senat (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Todos os indicadores disponíveis evidenciam forte pressão dos jovens na procura por ocupação, denotando que as taxas de desemprego cairiam substancialmente se eles estivessem apenas se dedicando à escolarização e à aprendizagem profissional, uma vez que seu ingresso na força de trabalho estaria adiado.

Além disso, os jovens poderiam adquirir melhor preparo educacional e profissional, requisitos indispensáveis para enfrentar com maiores chances os obstáculos colocados por um mercado de trabalho cada vez mais excludente e competitivo.

Nesse cenário, e levando em consideração a diversidade e a desigualdade entre trajetórias juvenis, uma dúvida torna-se central: devemos retardar o quanto possível a entrada dos jovens no mercado de trabalho, priorizando a elevação da sua escolaridade e reservando os escassos empregos para os adultos? Ou devemos facilitar esse ingresso, que por sua vez permite o necessário reforço do orçamento familiar nas camadas de baixa renda?

Há argumentos consistentes em ambos os lados dessa contenda, mas existe também um ponto de consenso: tanto a política de subsidiar a contratação de jovens, quanto os programas de renda destinados a postergar sua entrada no mercado de trabalho requerem recursos financeiros indisponíveis no contexto de aperto orçamentário que hoje estrangula o Estado brasileiro, da União aos municípios.

Outro consenso se constrói frente à idéia de buscar soluções inovadoras, que escapem da alternativa rígida entre postergação com programas de renda ou subsídio às empresas para contratação de jovens.

É necessário ter em vista que as dificuldades do jovem em relação ao trabalho decor-

rem, em grande parte, de gargalos estruturais impostos por um padrão de crescimento econômico pouco generoso na geração de oportunidades, em especial para as frações da PEA sem experiência anterior de trabalho e, muitas vezes, com escolaridade inferior à requerida.

Até 2003, a economia brasileira vem ostentando taxas de crescimento inferiores aos níveis exigidos para a criação de empregos capazes de absorver os novos ingressantes no mercado de trabalho<sup>2</sup>. Isso acarreta uma expansão preocupante no contingente de desempregados, tornando urgente a adoção de políticas destinadas a gerar novas vagas e diminuir progressivamente o elevado estoque de desempregados que compõem a mão-de-obra adulta com experiência anterior de trabalho.<sup>3</sup>

As cifras mencionadas são suficientes para demonstrar as dificuldades que se contrapõem às políticas públicas que busquem a geração de empregos para os jovens. Trabalhadores adultos desempregados acabam com grande frequência preenchendo as vagas disponíveis, antes mesmo de elas serem conhecidas pelos jovens.

Uma alteração estrutural nesse quadro dependerá de o país ingressar numa rota de crescimento sustentado, de longo curso. O padrão que vigorou durante as duas últimas décadas, em que as taxas médias de expansão do PIB, ao redor de 2,1% ao ano, mal ultrapassaram o crescimento populacional do período (de aproximadamente 1,6% ao ano) deve ser substituído por outro, capaz de gerar novas vagas e reduzir o contingente atual de desempregados.<sup>4</sup>

A título de ilustração, para se reduzir, num período de quatro anos, em 25% os estoques acima estimados e absorver os cerca de 2 milhões de novos ingressantes (incluindo aí 1,5

<sup>2</sup> Estima-se que, a cada ano, apenas para acolher os que completam a idade mínima para legalmente trabalhar, ou iniciam a procura em meio ou após completarem os ciclos educacionais médio ou universitário, seria necessária a criação de pelo menos 1,5 milhão de novos empregos. Algumas estimativas chegam a 1,8 milhão. Essa forte pressão é decorrente do padrão de crescimento populacional que seguirá demarcando a demografia brasileira durante a presente década, para só então ingressar num período de declínio e começar a refletir as mais recentes quedas ocorridas nas taxas de fecundidade que marcaram o último decênio.

<sup>3</sup> A se manterem as taxas de expansão da PEA nacional informadas pelas quatro últimas PNADs, quando a força de trabalho cresceu à razão de mais 2,07 milhões de pessoas ao ano, seria necessária a criação de mais cerca de meio milhão de empregos, além daqueles 1,5 milhão, apenas para se evitar que o estoque total de desempregados continuasse a crescer em termos absolutos.

<sup>4</sup> A despeito das estatísticas incompletas, os desempregados brasileiros podem ser estimados entre 8 milhões e 11,4 milhões de pessoas.

milhão de empregos para os jovens em busca da primeira ocupação), ter-se-ia que gerar entre 2,5 e 2,7 milhões de vagas ao ano.

Tais expectativas, admitindo-se uma elasticidade-emprego do PIB de 0,4 sobre a PEA<sup>5</sup>, exigiriam uma taxa de crescimento anual do PIB entre 7,3% e 7,9% – número inatingível sob as restrições estruturais e macroeconômicas de hoje.

É por esta razão que, além de se perseguir uma taxa de crescimento do PIB superior a 5% ao ano, ainda seriam necessárias políticas vigorosas de geração de empregos, que

incluíssem redução da jornada de trabalho e das horas extras, e mudanças profundas no padrão de gastos públicos, priorizando-se os investimentos que tenham efeito multiplicador sobre a ocupação.

A tabela abaixo exibe um exercício hipotético onde, sob algumas premissas, são cogitadas taxas de crescimento do PIB necessárias para, mantidas as demais condições estruturais, alcançar resultados significativos em prazos relativamente curtos – até 5 anos –, fazendo declinar o estoque atual de desempregados.

TABELA					
<u>PREMISSAS HIPOTÉTICAS ADOTADAS</u>					
■ Crescimento de 1% no PIB gera 340.000 empregos					
■ Há 9 milhões de desempregados					
■ A demanda anual por novos empregos é de 2 milhões de postos					
CASO I					
	Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05
<i>Inventário Inicial de desempregados</i>	9.000.000	9.810.000	10.620.000	11.430.000	12.240.000
Crescimento do PIB %	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Empregos gerados	1.190.000	1.190.000	1.190.000	1.190.000	1.190.000
Demanda anual	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
<i>Inventário final de desempregados</i>	9.810.000	10.620.000	11.430.000	12.240.000	13.050.000
CASO II					
	Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05
<i>Inventário Inicial de desempregados</i>	9.000.000	9.300.000	9.600.000	9.900.000	10.200.000
Crescimento do PIB %	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
Empregos gerados	1.700.000	1.700.000	1.700.000	1.700.000	1.700.000
Demanda anual	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
<i>Inventário final de desempregados</i>	9.300.000	9.600.000	9.900.000	10.200.000	10.500.000
CASO III					
	Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05
<i>Inventário Inicial de desempregados</i>	9.000.000	8.620.000	8.240.000	7.860.000	7.480.000
Crescimento do PIB %	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0
Empregos gerados	2.380.000	2.380.000	2.380.000	2.380.000	2.380.000
Demanda anual	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
<i>Inventário final de desempregados</i>	8.620.000	8.240.000	7.860.000	7.480.000	7.100.000

<sup>5</sup> Significa dizer que, a cada ponto percentual de expansão do PIB, ter-se-ia, em decorrência, a geração de um volume adicional de vagas equivalente a 0,4% da PEA, estimada em 85,4 milhões de pessoas em 2002. Sob tal elasticidade ter-se-ia a criação de aproximadamente 340 mil empregos por ano para cada 1% de elevação do PIB. Considerando-se a necessidade de se criarem entre 2,5 milhões e 2,7 milhões de vagas anuais, as taxas de crescimento do PIB deveriam alcançar, nesses cálculos hipotéticos, entre 7,3% e 7,9%.

Apenas no Caso III, sob uma taxa de crescimento do PIB de 7,0% anuais, se reduziria o nível absoluto de desemprego. Daí a importância de combinar diferentes ações que, ao lado da expansão sustentada da economia a taxas elevadas, contribuam para reduzir as dimensões da procura por trabalho, notadamente no que se refere aos novos ingressantes.

Nas circunstâncias atuais, é preciso perseguir dois objetivos: de um lado, criar vagas que interrompam a expansão do desemprego; de outro, elaborar políticas públicas que conjuguem escolarização, qualificação técnica, aprendizado profissional e trabalho social ou comunitário propiciador de auto-sustentação.

Nos debates do Projeto Juventude, foi enfatizada a relevância da esfera do trabalho entre os jovens, seja em relação aos aspectos materiais (inserção ocupacional e renda), seja no tocante aos atributos subjetivos (espaço para o desenvolvimento de habilidades e auto-conhecimento, construção da autonomia em relação à família, sociabilidade, realização pessoal e vivência da própria condição juvenil).

Emergiram outras possibilidades ligadas ao trabalho associativo; o trabalho social em áreas como saúde, educação, cultura, lazer, esporte, turismo, comunicação; o estímulo a iniciativas empreendedoras com acesso ao microcrédito e à capacitação específica para isso; o apoio a práticas de economia solidária e cooperativas urbanas e, no meio rural, além do acesso à terra, o apoio à agricultura familiar, à produção artesanal local e regional, ao turismo rural, dentre outras alternativas não restritas ao trabalho agrícola.

Alertou-se, no entanto, que o encaminhamento dessas alternativas não deveria ser entendido como negação ou burla dos direitos conquistados no campo das relações trabalhistas e sindicais. Além disso, cabe assinalar que nenhuma dessas alternativas, tomada de modo isolado, será suficiente para abarcar a diversidade existente entre regiões e entre jovens no país.

Em todas as perspectivas colocadas não se poderá descuidar da elevação da escolaridade,

quer pela continuidade dos estudos, quer pelo fornecimento de oportunidades de qualificação profissional.

A combinação entre escolarização e inserção dos jovens no trabalho impõe a discussão de novos parâmetros para a jornada de trabalho, no sentido de flexibilizá-la e reduzi-la; exige fiscalização e controle nos ambientes de trabalho; requer instrumentos mais efetivos de acompanhamento e apoio aos jovens na construção de suas trajetórias nas esferas do trabalho e da educação.

### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

- Combater e erradicar todas as formas de trabalho infantil e de adolescentes até os 16 anos.
- Assegurar o direito ao trabalho de adolescentes e jovens a partir dos 16 anos, ressalvadas as especificidades da condição juvenil.
- Assegurar o direito à educação básica, à formação e educação profissional de caráter complementar e não substitutivo, à elevação da escolaridade e o direito à cultura e ao lazer.
- Construir condições de igualdade de oportunidades para atender à diversidade juvenil – de classe, gênero, raça e portadores de deficiência – e aos jovens de grupos em situação de vulnerabilidade e risco social.
- Regulamentar a jornada de trabalho para não comprometer o acesso à educação básica, à educação e formação profissional, à cultura, ao esporte e ao lazer.
- Construir instrumentos de regulação, orientação e acompanhamento dos jovens em sua trajetória no mundo do trabalho e da educação.
- Criar ou aperfeiçoar mecanismos de fiscalização e acompanhamento das condições de trabalho, jornada e salários de jovens.

- Articular políticas de educação e formação profissionais com aquelas voltadas à geração de trabalho e renda.
- Elaborar, de maneira contínua, diagnósticos sobre a situação dos jovens no mundo do trabalho, envolvendo os próprios jovens e outros atores.
- Construir redes e fóruns juvenis para debater a geração de trabalho e renda para jovens, bem como contribuir na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.
- Incentivar a elevação da escolaridade por meio da transferência de renda e a realização de atividades sociais e comunitárias relacionadas aos interesses dos jovens em cada localidade, privilegiando os de baixa escolaridade e baixa renda.
- Promover a inserção de jovens no mercado formal de trabalho, introduzindo ou dinamizando:
  - a) necessários ajustes e aperfeiçoamento do Programa Primeiro Emprego, já em curso, reafirmando a implantação dos consórcios entre entidades da sociedade civil, governos, sindicatos e empresários;
  - b) maior articulação entre educação profissional e locais de trabalho, buscando elevação do nível de escolaridade e concebendo a educação profissional como formação complementar à educação básica;
  - c) urgente debate sobre a legislação de aprendizagem e estágios, revendo a permissão para jornadas de trabalho de oito horas diárias, o tipo de trabalho realizado e incluindo a obrigatoriedade de frequência à escola, seja no ensino fundamental, seja no ensino médio;
  - d) a mobilização proposta pela Fundação Abrinq e pelo Instituto Ethos, que busca regulamentar e divulgar a Lei de Aprendizagem, já em vigor, mas

praticamente ignorada por todos, no sentido de que empresas e governo passem a cumprir a lei e contratem jovens nos termos nela prescritos.

- e) amplo debate sobre o Sistema S, as escolas técnicas federais, estaduais e municipais e seus papéis nas políticas de trabalho para jovens;
  - f) o envolvimento das empresas nas ações de formação profissional, visando à geração de oportunidades de trabalho aos adolescentes;
  - g) rediscussão abrangente sobre o papel do Sistema Nacional de Emprego (SINE).
- Fomentar e apoiar empreendimentos e cooperativas de jovens, considerando a necessidade de:
    - a) constituir programas de formação para o empreendedorismo e cooperativismo vinculados à elevação da escolaridade;
    - b) criar linhas de financiamento específicas para empreendimentos e cooperativas de jovens, combinadas com capacitação para elaboração de planos de negócios, gestão de recursos e acompanhamento permanente;
    - c) acesso a crédito (micro-crédito especialmente) e à possibilidade de constituir empreendimentos individuais e coletivos a partir dos 16 anos;
    - d) dar visibilidade aos empreendimentos e cooperativas de jovens, assim como às incubadoras que apoiam cooperativas com participação de jovens;
    - e) incluir no currículo escolar (fundamental, médio e superior) estudos sobre o mundo do trabalho (formal e informal), economia solidária e empreendedorismo, através do oferecimento – obrigatório para as escolas –, de disciplinas sobre estes temas, opcionais aos alunos.



- Fomentar e apoiar a construção de alternativas ocupacionais na área social, considerando a necessidade de:
  - a) criar linhas especiais de financiamento para projetos comunitários desenvolvidos por jovens;
  - b) estimular, remunerar e dar visibilidade a trabalhos sociais desenvolvidos por jovens;
  - c) ampliar as alternativas de geração de trabalho e renda a partir de atividades já desenvolvidas por jovens, grupos ou organizações juvenis em áreas como educação, comunicação, cultura, lazer, esporte, saúde, meio ambiente e outras.
- Reformular e ampliar o programa Nossa Primeira Terra.
- Incentivar atividades agrícolas e não agrícolas como turismo, ecoturismo, artesanato, música, trabalho autônomo, no comércio ou na indústria ligados à produção rural.
- Desenvolver política de geração de trabalho e renda no campo, com incentivo às cooperativas e agroindústrias nos assentamentos, além de fortalecer a agricultura familiar.
- Fornecer linha de crédito subsidiado e seguro agrícola para o jovem rural até os 35 anos.
- Estimular o trabalho social remunerado como alternativa de trabalho e formação para as juventudes no campo.
- No plano macroeconômico, buscar uma trajetória de crescimento sustentado, que possibilite o equacionamento, ainda que gradual, do problema do desemprego.

## 4.3 – Cultura

Cultura é uma palavra-chave que se relaciona com diferentes planos da vida dos jovens. Interfere na sua formação e informação, incidindo na produção e disputa de sentidos e valores. Influi na constituição de identidades e sociabilidades pessoais e coletivas, incidindo nos modos como se estruturam seus vínculos e confrontos societários. Oferece-se como diversão e fruição, incidindo no uso do tempo livre e no modo de relação com os espaços públicos e territórios sociais. Está presente na criação e expressão de arte, incidindo nos modos como manifestam suas visões de mundo.

Uma dimensão inovadora constatada em várias pesquisas sobre as práticas juvenis na década de 90 se refere à importância da esfera cultural e do lazer como espaço produtor de sociabilidade. Nos espaços de lazer os jovens encontram possibilidades de experimentação de sua individualidade e das múltiplas identidades necessárias ao convívio cidadão. Práticas de ação coletiva em espaços públicos de cultura e lazer existentes nas cidades podem ser consideradas como laboratórios onde se processam experiências e se enriquecem as subjetividades.

Os espaços de cultura e lazer podem ser, com todas as suas potencialidades, discutidos e focalizados na perspectiva de um direito. Falar em direito cultural implica em possibilitar o acesso aos produtos culturais, às informações e aos meios de difusão. Envolve também garantir a liberdade de criação e produção cultural, bem como valorizar a memória coletiva.

Uma política pública democrática nesse âmbito deve se revelar capaz de ampliar a capacidade crítica – e de resistência – dos jovens frente à tendência uniformizadora e padronizadora da indústria cultural.

Os contrastes socioeconômicos do Brasil se manifestam com nitidez na desigualdade de acesso, dentro da população juvenil, a bens, serviços e espaços públicos de cultura e lazer. Políticas orientadas para esse setor da vida social devem intervir sobre as condições de-

iguais, favorecendo a constituição de esferas públicas no âmbito da cultura e do lazer. As políticas públicas precisam favorecer o acesso a espaços, equipamentos, instituições e serviços que elevem a qualidade de vida nas diferentes localidades do país.

A liberdade desfrutada pelo jovem em suas horas e em seus espaços de lazer faz com que as gerações adultas cultivem certas desconfianças sobre a capacidade de utilização sadia do tempo livre e sobre a validade da produção cultural como expressão dos grupos juvenis.

Políticas equivocadas planejam atividades de preenchimento do tempo livre seguindo enfoque de instrumentalizar a cultura e exercer controle social, como forma de combate ao tempo ocioso ou tentativa de afastar os jovens do mundo do crime. Dessa forma, em última instância, inibem a potencialidade de criação e expressão cultural que agrega e sociabiliza os jovens, desenvolvendo sua auto-formação em múltiplas dimensões.

Uma consistente política pública de juventude precisa levar em conta a realidade concreta dos atores a quem se dirige, os diversos modos de ser jovem, suas formas próprias de lazer, e considerar que eles são capazes de produzir autonomamente expressões culturais criativas. O pertencimento a grupos possibilita a criação de relações de confiança, a construção de identidades coletivas e individuais, a expressão e atuação no espaço público.

Aliando criatividade e capacidade de pensar criticamente o mundo, nos últimos anos surgiram novos tipos de ocupação, geração de renda e postos de trabalho que se apresentam na área da cultura, esporte e lazer. Um dos eixos da política de cultura para jovens deve ser a de potencializar esses processos.

## **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

### Garantia de acessos

Considerando que o uso do tempo livre depende de condições sociais que ampliam ou restringem as alternativas de lazer e de fruição artística e cultural, as políticas públicas de juventude devem garantir o acesso dos jovens aos bens culturais disponíveis na sociedade.

Trata-se de ampliar as possibilidades de escolha de estilos, gêneros, expressões artísticas e culturais; de ampliar a informação e formação cultural; de estimular o pensamento crítico e a capacidade de assimilar e valorizar as diferentes formas e linguagens culturais; de favorecer também a sociabilidade juvenil em contextos e ambientes culturais públicos. Para tanto, é preciso:

- Dotar os municípios de espaços culturais de lazer tais como parques, complexos esportivos e praças com equipamentos adequados às especificidades culturais juvenis de cada região e orientados para a prática de múltiplas expressões (artísticas, lúdicas e esportivas). Estimular nesses espaços a realização de eventos sociais, tais como bailes, shows, concertos e recitais como forma de estímulo à convivência coletiva de múltiplos grupos. Devem ser priorizadas as áreas de maior densidade populacional e de infra-estrutura urbana precária.
- Desenvolver novo modelo de biblioteca pública que ofereça aos jovens novos espaços, serviços e programas (informação, multimídia, campanhas de promoção cultural) para além da função estritamente escolar. Priorizar os municípios que não dispõem deste equipamento.
- Articular convênios com os principais espaços culturais como museus, salas de concerto, teatros e cinemas, entre outros, que permitam ampliar as oportunidades

de acesso juvenil a esses serviços, inclusive para não estudantes.

- Garantir o direito de ir e vir aos jovens, criando condições para o seu deslocamento municipal e intermunicipal, estudando a implantação de passe livre para seus momentos de estudo e lazer, com prioridade aos jovens de baixa renda.
- Estabelecer política nacional de estímulo ao hábito da leitura, garantindo o acesso a títulos de qualidade literária a baixo custo.
- Estimular a criação de uma área de informação sobre serviços culturais para jovens nas instâncias públicas municipais relacionadas com a cultura, em parceria com instituições e grupos culturais locais.
- Apoiar o turismo social juvenil, preferencialmente em grupos, como atividade formativa e recreativa, possibilitando aos jovens a realização de viagens temáticas em que possam conhecer, a baixo custo, novos lugares, ambientes naturais, costumes e culturas.

#### Estímulo à criação e difusão cultural juvenil

- Reconhecer e valorizar os jovens e grupos juvenis como criadores de cultura, apoiando o desenvolvimento de suas habilidades e capacidades de criação e expressão crítica.
- Impulsionar a profissionalização dos jovens criadores através da capacitação em metodologias para a elaboração, avaliação, gestão e comercialização de projetos culturais na perspectiva da produção juvenil associada.
- Possibilitar o intercâmbio e a discussão entre representantes juvenis de diversas correntes culturais através de encontros locais, regionais, nacionais e internacionais.

■ Promover caravanas de grupos culturais pelo país para a realização de apresentações, oficinas e trocas de experiências com outros grupos como forma de estimular o diálogo entre a diversidade cultural brasileira.

- Promover a participação de criadores e artistas juvenis em festivais, encontros e eventos culturais e esportivos.
- Desenhar programa de concursos para jovens criadores nas diferentes linguagens culturais, que permitam aos vencedores desenvolver suas propostas e participar de eventos dentro e fora do país.
- Apoiar a realização de eventos juvenis artístico-culturais em escolas e outros espaços.
- Criar fundos municipais de apoio a projetos culturais e de lazer apresentados e geridos por grupos e associações juvenis.
- Criar núcleos de cultura juvenis como equipamentos públicos que promovam a articulação da política nacional de cultura e lazer para os jovens brasileiros, valendo-se da infra-estrutura local instalada em cada região – em especial as escolas públicas, clubes civis e centros comunitários – e garantindo a existência de uma sede administrativa capaz de coordenar a realização de atividades culturais por regiões de intervenção.

#### Formação e capacitação na área cultural

- Incluir disciplina de Arte e Cultura nos currículos escolares.
- Promover políticas de formação e aperfeiçoamento de jovens produtores e animadores culturais, em diferentes linguagens e expressões artístico-culturais, buscando ampliar sua área de atuação social, inclusive no que se refere à geração de novas ocupações remuneradas e desenvolvimento de projetos culturais e de lazer destinados a jovens.

- Criar espaços de formação continuada de jovens, em caráter presencial e à distância, em diferentes linguagens artístico-culturais, buscando a sensibilização e expressividade pessoal e coletiva.
- Desenvolver um sistema nacional de formação de educadores sociais coordenados por universidades públicas, capacitando-os para a atuação com jovens em contextos de ação cultural nos tempos e espaços de lazer.
- Criar núcleos de comunicação comunitária dotados de equipamentos de multimídia e informática, que possibilitem o letramento digital por intermédio de projetos de formação de jovens comunicadores em rede.
- Fomentar redes de pesquisadores universitários voltadas para o desenvolvimento de investigações em torno das culturas juvenis.

#### Eqüidade para jovens em situação de desvantagem social

- Apoiar as ações de investigação e difusão cultural das expressões juvenis de natureza étnica, priorizando as comunidades indígenas e quilombolas.
- Incentivar a participação de jovens em situação de desvantagem social em projetos e iniciativas culturais específicos.
- Estimular o desenvolvimento de projetos culturais e de lazer específicos para jovens em situação de rua e em conflito com a lei.
- Estabelecer um programa nacional, em parceria com os Estados, de promoção cultural dos jovens presidiários.
- Desenvolver um programa nacional voltado para jovens deficientes, visando ao desenvolvimento pessoal e à inserção na vida social através de atividades culturais e de lazer.

## 4.4 – Participação

Em diferentes momentos da história do país, segmentos da juventude marcaram presença em mobilizações sociais e acontecimentos políticos. Atenta às grandes questões sociais e trazendo a público suas demandas, a juventude deve ser vista como parte integrante dos processos de mudança e de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social para o Brasil.

Toda experiência geracional é inédita. Cada geração pode ser caracterizada pelas formas próprias e diversas com que os jovens se expressam e participam da construção do sentido da vida e do imaginário coletivo.

No âmbito das políticas públicas de juventude, falar em participação implica, em primeiro lugar, assumir a importância de estimular e garantir o protagonismo dos jovens.

É fundamental vincular o apoio a seus processos de desenvolvimento pessoal à possibilidade de participação e interferência no seu meio social, seja a escola, a comunidade, o bairro, a cidade, a região ou o país. É nesse sentido que programas governamentais e não-governamentais vêm sendo desenvolvidos – principalmente aqueles dirigidos a setores de maior vulnerabilidade – vinculando ações de formação e proteção com as de solidariedade e intervenção social.

Uma política que favoreça a participação não deve assumir apenas o papel regulador, mas também o de propiciar uma agenda de oportunidades que incorpore especificidades da condição juvenil, ancoradas na diversidade espacial, étnica, cultural e regional.

A educação para a cidadania deve ser um dos eixos para o estímulo à participação. A informação sobre os direitos e a aprendizagem das práticas democráticas devem integrar todos os processos educativos.

Cabe garantir espaços de participação e interferência efetiva dos jovens nas instituições em que estejam envolvidos, como escolas, organizações sociais e instâncias de governo.

Por outro lado, é necessário reconhecer as diferentes maneiras como os jovens se estruturam como sujeitos e se organizam para expressar demandas, necessidades, desejos e visões de mundo, agindo no espaço público sem visar explicitamente a objetivos políticos.

Os jovens diversificaram suas formas, espaços e alvos de atuação, e mesmo a face social com que se mobilizam e constituem ações coletivas. Além dos estudantes, jovens trabalhadores, jovens do campo, jovens mulheres e os mais variados setores populares urbanos se agrupam, constroem identidades coletivas e formas distintas de atuação. Entre elas:

- a) militância em partidos políticos;
- b) engajamento em diferentes espaços do movimento estudantil (grêmios, diretórios, União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES), União Nacional dos Estudantes (UNE), e outros);
- c) atuação em entidades sindicais ou associações profissionais;
- d) presença em grupos que atuam para transformar material e culturalmente o espaço local, nos bairros, favelas e periferias;
- e) participação inovadora nos espaços de cultura e lazer: bandas musicais, grupos de teatro e dança, associações esportivas, grupos de skatistas, grafiteiros, torcidas organizadas etc;
- f) mobilização em torno de uma causa ou campanhas (grupos ecológicos, grupos contra a violência e pela paz, comitês da Ação da Cidadania, Acampamento Internacional da Juventude etc);
- g) participação em grupos de jovens que se propõem a atuar no espaço público sob a forma de pastorais, redes, movimentos etc;
- h) intervenção em grupos reunidos em torno de identidades específicas (mulheres, negros, homossexuais);
- i) atuação em ONGs formadas por jovens que desenvolvem projetos de atuação social e comunitária etc.

Tais possibilidades não se excluem mutuamente. Um jovem, ao longo de sua trajetória, ou mesmo simultaneamente, pode participar em várias dessas modalidades, que também se entrecruzam: grupos organizados por identidades podem ter recorte cultural, partidário ou comunitário. Certos grupos ou ONGs podem ter sua origem vinculada a temas específicos, ou se envolver em campanhas e mobilizações.

Também é importante lembrar que grupos ligados à Igreja Católica, a determinadas denominações evangélicas e a centros espíritas oferecem espaços de aprendizado, participação e formação de militantes.

Algumas dessas organizações são mais formalizadas, outras menos; algumas buscam ter caráter de representação, outras não; são distintos os modos de impacto que buscam ter sobre a esfera pública e a condição juvenil. Algumas delas têm procurado se encontrar em diferentes tipos de fóruns e redes, embora ainda esteja em processo a busca de linguagens comuns para o estabelecimento de demandas conjuntas.

Tais organizações devem ser valorizadas como canais de enriquecimento da vida pública e democrática do país, garantindo-se apoio a sua existência. Cabe desenvolver estratégias para torná-las visíveis e incorporar suas contribuições aos processos sociais e políticos do país.

Preservando a indispensável autonomia das organizações juvenis, cabe estimular a participação política coletiva da juventude e criar mecanismos transparentes, desvinculados dos interesses imediatos dos governos e partidos.

A diversidade de situações deve ser considerada na definição dos instrumentos de intervenção e de participação. O desafio está em desenvolver suportes metodológicos e meios operativos para produzir consultas mútuas pelo quais o senso comum se modifique e novas formas de pensar e de agir se imponham.

Para isso, devem ser criados canais de interlocução suficientemente abertos para garantir a participação do maior leque possível de jovens. É preciso construir formas de representação que contemplem a diversidade

dos sujeitos e das modalidades de organização juvenis, bem como definir canais de participação nas estruturas de governo que assegurem a presença ampla e plural das juventudes.

Não há como estabelecer de maneira vertical as formas de participação e querer que os jovens se encaixem nelas. Assim sendo, os únicos requisitos obrigatórios para o reconhecimento das distintas formas de participação são: respeitar princípios éticos da convivência social e ter disponibilidade para a o diálogo com outros atores sociais.

É importante valorizar a experiência recente dos gestores locais de políticas de juventude e dos espaços institucionais municipais e estaduais – conferências, conselhos, coordenadorias e secretarias de juventude – que se propõem a conectar diferentes redes e organizações juvenis, estruturando um diálogo destas com o poder público. Tais experiências servem de base para a consolidação de propostas de estruturação de canais formais de participação dos jovens na definição das políticas públicas.

Ao construir espaços de interlocução entre os atores da sociedade, é preciso garantir o diálogo, a cooperação e a solidariedade entre gerações. Participação significa conquistar poder, redistribuir poder, o que inevitavelmente gera conflitos. São necessários, portanto, espaços de negociação de interesses e construção de consensos. É importante estimular também a presença de jovens nos espaços gerais de decisão política.

Os jovens devem participar de todas as etapas da constituição de políticas públicas, desde a elaboração e proposição, até a sua implementação, execução e avaliação. Essa diretriz garante um conteúdo democrático e educativo, contribuindo para que exista maior identidade entre as políticas públicas e o próprio jovem, requisito para que elas tenham eficácia.

**Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

- Fortalecer as ações já desenvolvidas por jovens na busca de soluções para as ques-

tões comunitárias e da sociedade brasileira (como os projetos de ação social e os grupos de extensão universitária), apoiando a implementação de suas propostas.

- Desenvolver ações de educação para a cidadania nas instituições e programas dirigidos aos jovens.
- Apoiar sistemas de informação e formação política dos grupos e movimentos juvenis.
- Promover espaços de capacitação de jovens para a elaboração, desenho, implementação e execução de projetos de intervenção social e de políticas públicas.
- Incentivar a participação e a organização juvenis (fundos de apoio, assessorias técnicas). Abrir espaços de interlocução, de expressão das demandas, de diálogo e negociação entre diferentes atores sociais (rodas de diálogo, fóruns mistos etc).
- Garantir espaços de autogestão, valorizando e fortalecendo as capacidades dos jovens; e espaços de expressão e criação, laboratórios de experimentação de possibilidades e capacidades, de construção de formas alternativas de fazer política, e de produção autônoma de serviços de interesse coletivo (centros de juventude).
- Definir espaços e canais permanentes, legitimados e garantidos por lei, para a discussão e definição de políticas públicas: fóruns, conferências, conselhos etc.
- Realizar conferências municipais ou microrregionais que definam diretrizes e elejam delegados para as conferências estaduais e regionais – e que estas, por sua vez, definam diretrizes e elejam delegados para a conferência nacional.
- Constituir conselhos paritários para controlar e fiscalizar a implementação das políticas públicas de juventude.
- Construir ou fortalecer mecanismos locais de planejamento social e ambiental participativo, articulando ações de inte-

resse coletivo que garantam a redistribuição dos recursos materiais e simbólicos, bem como a melhoria das condições de vida da população jovem.

- Fortalecer a presença dos jovens nos processos de orçamento participativo, congressos das cidades, conferências e fóruns municipais.
- Fornecer subsídios, informações e instrumentos de análise que possibilitem uma eficiente presença nas disputas políticas e partidárias do país – do nível municipal ao federal –, favorecendo a capacidade dos jovens de distinguirem programas e candidaturas comprometidos com o fortalecimento das instituições democráticas, com o combate à corrupção, com a defesa da soberania nacional e com a promoção da justiça social pela via da redistribuição da renda e do combate à pobreza.

## 4.5 – Esporte e Lazer

As práticas esportivas e de lazer estimulam valores como a importância do trabalho em equipe, a dedicação, a autoconfiança e a confiança no próximo, podendo ainda ser compreendidas como meio de inclusão social. Fortalecem também a idéia de protagonismo juvenil, na medida em que os jovens podem e devem assumir o papel de agentes no processo de universalização do acesso ao esporte e ao lazer, o que eleva a qualidade de vida da população, e abre novas perspectivas de emprego.

A atividade intergeracional e a vida comunitária também são favorecidos pela prática esportiva, especialmente quando ela é feita em espaços democráticos como quadras poliesportivas, praças, piscinas públicas, pistas de skate, campinhos de várzea e escolas, integrando os jovens de maneira construtiva e criativa.

Nas escolas, a educação física deve promover o resgate e fortalecimento da cultura,

incluindo no currículo tanto as manifestações esportivas clássicas do futebol, voleibol e basquete, quanto a dança, os jogos, os diversos tipos de ginástica, as práticas circenses, as artes marciais e a capoeira.

### Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude

- Estimular as redes esportivas no ensino médio e superior, especialmente as iniciativas dos Jogos Escolares e dos Jogos Universitários Brasileiros.
- Considerar, nos programas de difusão esportiva, esportes não-olímpicos de grande apelo entre os jovens, como a prática do skate.
- Vincular os programas de difusão de esporte e lazer comunitários aos programas sociais voltados para a juventude.
- Promover a concessão de bolsas para os jovens atletas, combinando a profissionalização esportiva do jovem com sua escolarização e formação.
- Aperfeiçoar e ampliar programas do governo federal como o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade.
- Generalizar a abertura das escolas nos finais de semana para a realização de práticas recreativas e esportivas.
- Incentivar o trabalho voluntário, ou remunerado, de estudantes de educação física no treinamento de jovens monitores e multiplicadores.
- Qualificar a formação de estudantes universitários e educadores sociais para atuar em programas voltados para a juventude no campo do esporte e do lazer.
- Fortalecer a prática esportiva e de lazer nos assentamentos rurais, comunidades indígenas, agrícolas, quilombolas, ribeirinhas e em todas as variedades de organização popular e comunitária.

## 4.6 – Saúde

Há dois eixos principais na abordagem do tema: a) interdependência entre as diferentes dimensões que incidem na qualidade de vida dos jovens e sua saúde; b) necessidade de desenhar políticas específicas de atenção à saúde dos jovens.

Os jovens possuem necessidades particulares no campo da saúde, envolvendo o conteúdo, a forma e a própria linguagem da atenção a que têm direito. Tais necessidades ocorrem num momento do ciclo de vida que é particularmente saudável do ponto de vista da constituição biológica. Nessa etapa, grande parte dos problemas de saúde decorre dos modos de viver a vida, dos hábitos e comportamentos dos jovens em sua busca de identidade e de satisfação pessoal.

Assim, a especificidade da juventude no campo da saúde não se dá somente – nem prioritariamente – por força da biologia e da psicologia particulares da puberdade e da adolescência. Está ligada à particular inserção dos jovens no mundo social, que determina adoção de práticas cotidianas distintas das de outros grupos etários.

Obstáculos enfrentados em suas vidas provocam comportamentos que muitas vezes correspondem a uma estratégia de resistência e desembocam em situações de risco e vulnerabilidade. Os jovens aparecem, então, ligados a temas como gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, abuso de drogas, acidentes de trânsito, homicídios e agressões resultantes do envolvimento em situações de violência.

É preciso alargar a compreensão desse contexto peculiar da vida juvenil para não limitar a abordagem de saúde às ações de caráter preventivo que são propostas contra eventuais comportamentos de risco, numa perspectiva de controle social. É preciso abrir um novo horizonte de promoção da saúde, ofertando suporte social à realização de seus projetos de vida.

Nesse sentido, os profissionais de saúde devem ser vistos como agentes que podem

contribuir significativamente com os jovens na construção da possibilidade de intensificar sua participação no mundo. Tal compreensão do papel das políticas públicas de saúde e da ação dos seus profissionais sugere a demanda por políticas articuladas de promoção da qualidade de vida dos jovens e de sua saúde em dois campos convergentes de ação: políticas intersetoriais articuladas de juventude e políticas específicas de atenção à saúde dos jovens.

### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

#### Políticas intersetoriais

- Desenvolver um novo paradigma de trabalho intersetorial tendo por base o território local.
- Construir redes de compromisso, articulando agentes de setores como saúde, educação, trabalho, cultura, esportes, justiça, segurança, etc, para o desenvolvimento de propostas articuladas de ação.
- Na construção dessas redes, avançar em relação às propostas já usuais, embora nem sempre efetivadas, de articulação entre saúde e educação (os dois principais pilares locais do desenvolvimento de políticas públicas no território), considerando que parte significativa dos jovens da população de 15 a 24 anos já não frequenta a escola.
- Implementar políticas de formação de recursos humanos para o trabalho com juventude (para os agentes locais) e implantar equipamentos múltiplos como os centros de juventude, espaços para convivência dos jovens – entre si e com os agentes públicos –, onde informações podem ser disseminadas, demandas podem ser acolhidas, e ações podem ser formuladas, debatidas e programadas.



**Políticas específicas**

- Transformar e adequar os serviços de atendimento para acolher os jovens e suas demandas.
- Ampliar a educação em saúde através da abordagem de jovens por outros jovens, conhecida como educação por pares.
- Criar um sistema de informação sobre serviços voltados aos jovens e promover a divulgação de experiências bem sucedidas.
- Propiciar formação mais universalizada de profissionais de saúde para a atenção a adolescentes e jovens.

## 4.7 – Saúde mental

Pesquisas e estudos epidemiológicos recentes revelam dados preocupantes a respeito da saúde mental das populações no mundo. Estima-se que uma em cada quatro pessoas padece de algum tipo de transtorno mental. Entre as crianças, adolescentes e jovens, as taxas variam de 13 a 22,5% e a eles destina-se pouca importância nos sistemas de saúde de todo mundo.<sup>6</sup>

Também no Brasil algumas avaliações estimam em aproximadamente 25% o percentual de jovens com algum grau de comprometimento da ordem das neuroses, psicoses, adições de diferentes espécies etc. Trata-se de um número suficientemente expressivo para expor a magnitude do problema.

Nas discussões desenvolvidas no âmbito do Projeto Juventude predominou a idéia de que os paradigmas norteadores da atenção integral à saúde mental dos jovens devem ser: a) trabalho com a subjetividade e não com o sintoma (a doença); b) foco na produção de saúde com a ferramenta da clínica ampliada.

Um pressuposto é a necessidade de olhar cada jovem em sua singularidade, especificidade, história de vida e, também, olhá-lo en-

quanto sujeito de um coletivo. Outro é reconhecer que há múltiplos fatores na geração do adoecimento: precárias condições de vida, trabalho, cultura e lazer; exclusão social que nega o acesso aos direitos fundamentais de cidadania; padrão vigente de subjetivação, calcado nos imperativos de sucesso e prazer a qualquer custo, induzindo aos sintomas da dependência generalizada (consumo abusivo de objetos de todas as ordens: psicofármacos, drogas lícitas ou ilícitas, musculação, sexo, grifes, imagens etc); solidão, desamparo e a ausência de espaços coletivos de significação e de práticas solidárias de ampliação da potência de vida.

Frente a isso, é importante estabelecer alguns eixos de atuação para a atenção à saúde mental, na perspectiva da promoção da saúde integral dos jovens, em consonância com o item anterior deste documento de conclusão.

Não cabe patologizar os sinais de rebeldia, contestação, desobediências. Os serviços de saúde mental devem respeitar a especificidade do jovem e sua condição peculiar de constituição de seus próprios mundos e territórios.

É preciso dar atenção à questão epidemiológica, introduzindo permanentemente a análise deste recorte etário nas políticas de saúde mental, de forma a identificar as demandas singulares deste campo (uma vez que historicamente os serviços de saúde mental para adolescentes e jovens foram escassos ou inexistentes).

Em todo e qualquer serviço de atendimento, é de fundamental importância a criação de grupos de usuários que tenham participação ativa na elaboração, implementação e avaliação das ações de saúde com a juventude. Reconhecer, promover e fortalecer o protagonismo juvenil é, em si mesmo, uma ação de saúde.

**Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

- Implementar as políticas de saúde mental em estreita ligação com as políticas de

<sup>6</sup> "Política de Saúde Mental para a Infância e Adolescência", Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, 2003).

cultura e de educação, pautadas pela integração, pela intersectorialidade das ações e pelo investimento na família como importante dispositivo de pertinência, continuidade e referência do jovem.

- Criar, ampliar ou otimizar centros de juventude como espaços específicos para encontros dos jovens entre si e dos jovens com profissionais de saúde mental e de outras áreas. Esses centros devem ser pensados como equipamentos de passagem e de referência para o jovem, onde existam diferentes meios de acesso, não ao sintoma, mas à subjetividade, e onde se possa ofertar diferentes modalidades de atenção. Devem ser espaços mais livres de manifestação das suas potencialidades de vida e da sua criatividade.
- Investir na atenção ao adoecimento mental já instalado, em graus diferenciados, segundo diretrizes definidas nas Conferências Nacionais de Saúde – em especial nas de Saúde Mental –, que se apóiam na visão ético-política presente na Reforma Psiquiátrica brasileira, com destaque para a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em suas várias modalidades.
- Fomentar a ampliação e humanização dessa rede de atenção, trabalhando para que as famílias possam descriminalizar as condutas juvenis e contribuir com o acolhimento de suas manifestações sintomáticas, etapa importante da atenção em saúde mental.
- Garantir pronto acolhimento dos sinais importantes de sofrimento psíquico na juventude. Esta atenção deve pautar-se numa visão integral da saúde, evitar internações desnecessárias, e priorizar o trabalho pós-crise (inserção em rede), para evitar processos de cronificação. Em caso de necessidade de internação, recomenda-se que sejam feitas nos Hospitais Gerais, que devem possuir espaços específicos para atendimento dos pacientes da área da saúde mental.

- Propiciar a formação permanente de profissionais para o atendimento das especificidades da juventude.
- Fazer vigorar os princípios da universalidade, integralidade e equidade, preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS):
  - Universalidade: todo jovem que necessite de diagnóstico e/ou tratamento deve ter acesso a eles.
  - Integralidade: o sistema deve ser organizado de forma a oferecer ações em todos os níveis de assistência, desde promoção e prevenção até internações efetivas nas áreas de diagnóstico, tratamento, reabilitação e inclusão sociais.
  - Equidade: capacidade de detectar e intervir, priorizando os pacientes mais vulneráveis ou com necessidades mais prementes.

## 4.8 – Drogas

Três são as considerações principais quando se pensa em drogas e juventude hoje: prevenção (ao uso indevido, ao abuso, à violência e outros problemas decorrentes do consumo de drogas ilícitas e lícitas), tratamento e a questão da legislação.

Nas discussões desenvolvidas, prevaleceu amplo consenso em favor da linha de abordagem conhecida como viés de “redução de danos”, ou seja, reconhecer o uso de drogas para minimizar suas conseqüências.

### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

#### Prevenção

- Produzir campanhas educativas nas mais diversas mídias para veiculação em casas noturnas, bares, escolas, faculdades, postos de saúde, estádios de

futebol, clubes, associações de bairros, ONGs, parques, redações de jornais e revistas, delegacias etc.

- Compor equipe multidisciplinar para produzir campanhas realistas, sem ameaças exageradas ou caricaturas de usuários, mas com informações francas e diretas. A informação deve ser prática, com dicas simples sobre os direitos dos usuários (em casos de blitz da polícia, de necessidade de atendimento médico, de sanções na escola e no trabalho etc) e maneiras de reduzir danos, numa linguagem que fale diretamente aos jovens, e não a seus pais.
- Reconhecer os diversos tipos de uso (recreativo, abusivo, eventual, compulsivo) e identificar quais as melhores maneiras de lidar com os problemas decorrentes desses usos. Mostrar claramente nas campanhas as diferenças entre os efeitos causados pelas diversas drogas, incluindo o álcool, o tabaco, antidepressivos e emagrecedores.
- Promover a cidadania e o desenvolvimento social, com investimentos em urbanização, educação, saúde, geração e redistribuição de renda, atendimento de qualidade no serviço público e equipamentos de esporte, lazer e cultura dirigidos aos jovens.

#### Tratamento

- Investir na capacitação de profissionais não apenas da área de saúde, mas também de educação, assistência social e segurança pública. Capacitar policiais para lidar com usuários, orientando sobre a legislação e o modo de agir em situações emergenciais (desmaios, vômitos, overdoses etc).
- Criar novos postos de atendimento, com ações voltadas especificamente aos jovens.
- Investir prioritariamente em serviços de reabilitação psicossocial de base comunitária, com atendimento multidisciplinar, respeitando as especificidades de cada caso.

- Garantir, de modo responsável, a eficácia e continuidade dos serviços de atendimento e reabilitação, assim como o acesso universal aos mesmos.

#### Legislação

- Analisar de maneira responsável a possibilidade de descriminalização do uso de drogas. A violência desencadeada pelo comércio ilegal tem causado muito mais prejuízos à sociedade do que as drogas em si.
- Eximir de penalidades os veículos que divulguem informações relativas à redução de danos no consumo de drogas ilícitas.
- Tornar mais rigorosos, os limites para a publicidade de drogas lícitas como o álcool e o tabaco.
- Retirar do Gabinete de Segurança Institucional (ex-Gabinete Militar) da Presidência da República o organismo federal voltado à questão, alterando seu nome e sua filosofia de trabalho e deslocando-o para uma área administrativa mais compatível com uma abordagem na perspectiva da redução de danos.

## 4.9 – Sexualidade

A dificuldade em encarar o exercício da sexualidade de jovens como um fato tem valido como obstáculo para a implantação de programas de educação sexual e de serviços de saúde reprodutiva para esse público. Nossa cultura e nossa organização social e política acabam funcionando como barreira à prevenção e ao auto-cuidado. Nem todos os jovens têm acesso à informação e a serviços de saúde específicos para as diferentes faixas etárias.

As mulheres adolescentes, ainda que sejam foco de vários programas de prevenção, são as mais afetadas por esse quadro. É notório, por exemplo, que os índices de gravidez na adolescência vêm crescendo nos últimos anos,

a despeito do acesso à informação. Embora a taxa de crescimento populacional no Brasil venha caindo, continuam existindo áreas onde o número de filhos chega a ser o dobro ou o triplo da média nacional, agravando ainda mais as dificuldades vividas por famílias de baixa renda.

É preciso ouvir e conhecer o mundo dos adolescentes e dos jovens. Pressões e constrangimentos sofridos por eles podem oferecer pistas das dificuldades que enfrentam na hora de optar por uma atitude ou outra no que se refere à sexualidade. Os programas existentes no país, que se limitam a focalizar somente a informação sobre reprodução, têm sido insatisfatórios frente à necessidade de uma abordagem que inclua enfoques sociais, diversidade sexual e questões de gênero e etnia, além dos inúmeros aspectos psicológicos vinculados ao exercício sadio da sexualidade.

A inserção dos homens nas políticas voltadas para a saúde reprodutiva beneficiaria mulheres e homens de todas as idades e ampliaria a responsabilidade masculina com as preocupações de planejamento familiar e com o autocuidado no exercício da vida sexual.

É necessário, portanto, implementar programas para jovens abordando a sexualidade, a saúde reprodutiva, a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e a Aids, levando em conta os aspectos sociais, culturais e econômicos do país.

#### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

- Criar espaços específicos para atendimento de adolescentes e jovens dentro dos serviços de saúde relacionados com saúde sexual e reprodutiva, onde a prevenção e o acolhimento sejam condizentes com a realidade desse público.
- Formar profissionais na área da saúde, educação e direitos com relação à saúde sexual e reprodutiva, relações de gênero e diversidade sexual, racial e étnica.

- Estimular um trabalho efetivo entre escolas e unidades de saúde com relação aos temas ligados à sexualidade;
- Implementar na política pedagógica escolar o tema educação sexual de forma continuada.
- Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas da área da sexualidade e saúde reprodutiva.

## **4.10 – Diversidade sexual**

Neste documento já foi reiterado que a juventude é uma fase marcada por processos de definição e inserção social com intensa experimentação. O jovem deve ter a liberdade de experimentar a vida e é necessário garantir a livre orientação sexual como direito.

A sexualidade, no entanto, é socialmente cercada de tabus morais. As diferenças sexuais e a liberdade de vivenciá-las sempre foram tolhidas ou negligenciadas. O preconceito contra os não-heterossexuais persiste apesar de alguns avanços observados. O Conselho Federal de Medicina, por exemplo, retirou a homossexualidade da lista de doenças e o Conselho Federal de Psicologia desaconselha qualquer tipo de tratamento no sentido de reorientar homossexuais.

Nos estudos e debates organizados pelo Projeto Juventude emergiram dezenas de propostas no sentido de que políticas públicas e iniciativas na sociedade civil contribuam para a superação de mais esse tipo de exclusão a que está submetida considerável parcela da juventude brasileira.

#### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

- Incluir nos meios de comunicação, com maior intensidade, a temática homossexual, buscando romper tabus e preconceitos.

- Desenvolver projetos com professores, pedagogos e orientadores educacionais, nas escolas federais, estaduais e municipais, que esclareçam sobre a questão da diversidade sexual.
- Estimular a produção cultural e artística com temática homossexual, por parte, inclusive, dos próprios homossexuais.
- Defender a proposta de Parceria Civil Registrada entre parceiros do mesmo sexo, que busca assegurar às parcerias homossexuais direitos como herança, sucessão, benefícios previdenciários e outros.
- Apoiar o projeto de lei que tramita na Câmara Federal autorizando os hospitais conveniados com o Serviço Único de Saúde (SUS) a realizarem, gratuitamente, cirurgias de mudança de sexo para os transexuais, com o devido acompanhamento psicológico.
- Construir, em todo o país, mais Centros de Referência LGBTT (sigla utilizada para mencionar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais).
- Qualificar profissionais da saúde para se relacionarem adequadamente com homossexuais.
- Desenvolver projetos de capacitação das polícias (federal, civis, militares e guardas municipais) para a abordagem dos homossexuais.
- Criminalizar ações homofóbicas e combater toda forma de opressão e discriminação aos jovens homossexuais.
- Reafirmando seu compromisso com a luta internacional contra a homofobia, o governo federal deve reapresentar a proposta de resolução em favor dos direitos relativos à livre orientação sexual ante a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

## 4.11 – Prevenção da violência

A taxa de homicídios no país – hoje de 27/100 mil habitantes a cada ano – encontra cerca de 70% de suas vítimas na faixa etária que vai dos 15 aos 29 anos. Entre homens de 15 a 24 anos, a taxa sobe para 95,6/100 mil habitantes, segundo o IBGE.

O cenário de exposição cotidiana dos jovens a riscos que exigem respostas específicas sob a forma de políticas públicas e ação coletiva da sociedade – organizações juvenis em primeiro lugar – inclui principalmente o recrutamento para o varejo do tráfico de armas e drogas ilícitas; a dependência e abuso em face destas últimas e do álcool; a vitimização no ambiente doméstico, no trânsito ou na relação com as instituições responsáveis pela segurança e pela justiça.

Para amplos setores da sociedade e da mídia, falar em políticas públicas de juventude é pensar em estratégias de controle ou, quando menos, em algum pacote de iniciativas que supostamente deveria desestimular o jovem ao envolvimento criminal. Determinados projetos sociais, esportivos ou culturais são apresentados como sendo importantes para a juventude simplesmente porque podem “mantê-la ocupada”, desconsiderando os direitos do jovem à cultura, ao esporte e à rede de proteção social.

Essa dinâmica só pode levar à rejeição, por parte da juventude, das soluções que lhe são propostas pela sociedade política e adulta, ampliando seu distanciamento e suas dificuldades de inserção e participação social positivas.

Por isso, as políticas específicas para enfrentamento da violência cometida e sofrida por jovens devem se inserir no marco maior da inclusão e da universalização de direitos. Isto significa, antes de tudo, concebê-las e implementá-las não como medidas de controle (estratégias para conter e inibir agressividades e ameaças supostamente representadas pelos jovens), mas sim como iniciativas de promoção e garantia de direitos (vida, integridade física, liberdade).

A violência e a criminalidade não se distribuem de maneira uniforme no território e nos segmentos populacionais. Apenas 27 municípios brasileiros dentre os mais urbanizados e populosos concentraram 50% dos homicídios cometidos no país em 2000. As taxas de homicídios dentro da cidade de São Paulo podem variar conforme o bairro de 6 /100 mil a cada ano a mais de 100 /100 mil.

Entre 60 e 80% dos homicídios dolosos no país são cometidos com o uso de armas de fogo. São conhecidas a concentração das bases varejistas do tráfico de armas e drogas em zonas urbanas de exclusão social, assim como o direcionamento preferencial da violência policial sobre jovens nelas residentes, principalmente quando não-brancos e do sexo masculino.

A elaboração de planos locais de ação para reduzir a violência juvenil demandará análises adequadas dos diferentes contextos, além de monitoramento continuado. É preciso ter em vista o caráter fundamentalmente urbano e armado dos fenômenos e a sua vitimização preferencial sobre homens, não-brancos, social e territorialmente excluídos ou marginalizados, bem como direcionar e integrar ações particularmente nas áreas mais afetadas pelos problemas.

As políticas públicas nessa área devem eleger como temas prioritários os homicídios e a violência armada em geral; a cooptação e submissão de jovens pelo comércio criminoso de armas e drogas ilícitas; e a violência institucional (discriminação, arbítrio e agressão física e psicológica por parte dos agentes do Estado em geral, com especial atenção às polícias).

É urgente delinear uma agenda profunda de reforma, aperfeiçoamento técnico e gerencial e de democratização e humanização das instituições policiais, judiciais e penitenciárias. Mas este não constitui o único componente da estratégia preventiva aqui proposta. Ações focalizadas, de cunho social, urbanístico, cultural e comunitário, bem planejadas e direcionadas, e políticas universais de educação, saúde, cultura, trabalho, emprego e renda, esporte e lazer devem combinar-se e convergir para um verdadeiro equacionamento estratégico da questão.

## **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

### Medidas institucionais e gerenciais

- Definir o sujeito de gestão da prevenção à violência juvenil nas várias esferas de governo.
- Estruturar sistema de gestão para a adoção transversal de ações específicas nas diversas áreas.
- Aperfeiçoar sistemas de informação.
- Garantir a participação de jovens na elaboração, implantação e avaliação das políticas.
- Definir orçamentos próprios para a implementação dos programas e ações previstos.

### Atividades finalísticas primárias

- Implementar programas de geração de trabalho, emprego e renda e redução do desemprego.
- Adotar programas de inclusão e aperfeiçoamento educacional, assim como programas de acesso à prática e equipamentos esportivos, especialmente os chamados radicais.
- Adotar programas de cultura, participação, associativismo e cultura cidadã.
- Realizar campanhas orientadas à não estigmatização social dos jovens e da sua condição juvenil.

### Atividades finalísticas secundárias

- Promover ações de desarmamento civil.
- Implantar programas direcionados à reinserção de jovens envolvidos na violência armada e comércio varejista de armas e drogas ilícitas.
- Estimular o aperfeiçoamento da cobertura e veiculação de informações sobre

a criminalidade pelos veículos de comunicação.

- Desenvolver programas específicos de educação de jovens adultos egressos dos sistemas de ensino fundamental e médio.
- Adotar programas de prevenção e redução da violência, do uso e abuso de álcool e drogas ilícitas.
- Criar programas de atendimento a vítimas de violência.

#### Atividades finalísticas terciárias

- Capacitar policiais para lidar com a população jovem
- Criar programas de apoio à resolução pacífica de conflitos e de desenvolvimento de habilidades neste sentido.
- Desenvolver programas de atenção à juventude encarcerada e de apoio à sua reinserção na comunidade.
- Aperfeiçoar todo o sistema socioeducativo (ver item a seguir).

## 4.12 – Adolescentes e jovens em conflito com a lei

Adolescentes e jovens em conflito com a lei têm sido alvo sistemático da violação de direitos, maus tratos e torturas praticadas pela polícia e instituições de internação. Ou de extermínio puro e simples. Tem-se, assim, um paradigma analisador da situação geral da juventude brasileira, revelando a falência completa do sistema Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor).

Pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo, traçando o perfil social dos jovens infratores e da participação juvenil na criminalidade urbana na cidade de São Paulo, entre

1993 e 1996, registrou um agravamento efetivo do problema, mas alertou também para a crescente vitimização da própria juventude.

Constrói-se socialmente, entretanto, uma imputação sistemática da violência à juventude, que incide não só sobre os jovens infratores, mas resulta em estigmatização dos movimentos juvenis populares e condena-os à invisibilidade ou à proscrição, reduzindo-os à imagem ameaçadora do crime e da delinquência, como é o caso dos bailes funk e do rap.

As incessantes rebeliões nas unidades de internação, principalmente no Estado de São Paulo, as denúncias de desrespeito aos direitos dos jovens ali internados e a inconsistência do projeto socioeducativo desenvolvido no sistema Febem, produziram as seguintes indicações consensuais entre diferentes setores da sociedade:

- a) é necessário implementar e ampliar medidas socioeducativas em meio aberto, que se constituam, efetivamente, em alternativas à privação de liberdade;
- b) as propostas de atendimento a esses adolescentes devem fazer parte do conjunto das propostas para a juventude em geral (educação, lazer, cultura, saúde, participação política etc.) e, ao mesmo tempo, deve-se criar e consolidar equipamentos que atendam sua especificidade;
- c) uma política consistente nas áreas de educação, profissionalização, esporte, cultura e saúde contribui para a construção de laços de participação comunitária e projetos de vida, com horizontes e perspectivas de futuro, e previne trajetórias de delinquência;
- d) é importante ver o adolescente que pratica delitos não exclusivamente como autor de ato infracional, mas como adolescente com inúmeras características e possibilidades;
- e) as medidas socioeducativas de reparação do dano e prestação de serviços à comunidade são importantes instrumentos pedagógicos. Podem constituir-se em âmbitos exemplares para a experimentação da construção da solidariedade e do pertencimento sob um duplo ângulo: do lado do jovem, que se sente repa-

rando a conduta violenta, e do lado da sociedade, que pode desconstruir seus preconceitos e oferecer chances concretas para trilhar com estes jovens um caminho de responsabilização coletiva e de aposta na ação educativa;

- f) cabe sensibilizar a opinião pública e trabalhar na direção de uma responsabilização coletiva no que diz respeito às políticas dirigidas aos jovens em conflito com a lei;
- g) um projeto socioeducativo precisa ser entendido como garantia de direitos e como ampliação do convívio e do espaço de participação cívica dos jovens na construção de acordos coletivos. Só a esperança compartilhada de futuro faz mudar comportamentos, seguir ideais ou regras coletivas.

### Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude

- Trabalhar para assegurar a inclusão do jovem em conflito com a lei nos serviços e equipamentos públicos municipais, estaduais e federais de saúde, educação, cultura e lazer, numa perspectiva de ruptura do distanciamento e do preconceito que têm, cada vez mais, fomentado a violência e a marginalização desses jovens.
- Trabalhar na implantação de uma rede de serviços articulada com os serviços de liberdade assistida, semiliberdade e internação que promovam essa inclusão.
- Apoiar os municípios na implementação de programas de medidas socioeducativas em meio aberto.
- Criar ou ampliar os serviços de saúde mental para os adolescentes em conflito com a lei, principalmente na interface com o uso abusivo de drogas.
- Construir projetos específicos de moradia e apoio (república e pensionato) para os jovens que concluem o cumprimento de medida socioeducativa e não podem retornar às suas casas.
- Criar ou ampliar programas de apoio, orien-

tação e retaguarda às famílias, dirigidos principalmente às populações vulneráveis.

- Qualificar as medidas socioeducativas, principalmente as de internação, na sua dimensão pedagógica. A recente proposta do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) de um projeto pedagógico para os 45 dias da internação provisória é exemplar nesse sentido e pode ser disseminada em âmbito nacional.
- Garantir acesso à defensoria pública e criar delegacias especializadas trabalhando de modo integrado com o Ministério Público e o Poder Judiciário, de forma a agilizar os encaminhamentos e as decisões, assegurando todos os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no período de averiguação. A experiência da Justiça Instantânea no Rio Grande do Sul aponta caminhos nessa direção.
- Sensibilizar o empresariado para quebrar preconceitos na contratação de mão-de-obra de jovens ex-detentos ou que cumprem medidas socioeducativas.

## 4.13 – Mulheres jovens

As relações de gênero, construídas historicamente, remetem às relações sociais, constituindo padrões de masculinidade e feminilidade que implicam em acessos diferenciados a bens materiais e simbólicos por homens e mulheres.

Já há algum tempo, os movimentos de mulheres e feministas conseguiram introduzir a meta da igualdade entre os gêneros na agenda das políticas públicas. A discussão sobre políticas para jovens mulheres é, no entanto, muito recente, e seu acúmulo, até agora, se limita a programas de prevenção à gravidez na adolescência, que acabam por reforçar a concepção da juventude como “problema social”. Por isso,



discutir o recorte específico de gênero dentro do tema juventude é fundamental para tornar visíveis as questões desta parcela da população.

Embora as mulheres representem pouco mais de 50% da população juvenil do país, as políticas públicas de juventude focam, em geral, o universo masculino – e urbano. É preciso garantir que a parcela feminina seja considerada com suas especificidades nos desenhos das políticas universais, incorporando-se suas questões e garantindo-se sua participação em todos os programas propostos.

Os gestores e formuladores de políticas, assim como os que pressionam por sua execução, devem valorizar as jovens como sujeito na articulação das políticas específicas, criando cotas para que estejam nos espaços de elaboração e articulação. Por outro lado, as mulheres jovens, organizadas de múltiplos modos, devem procurar contato permanente com as instâncias responsáveis pela formulação das políticas, para garantir a validade deste enfoque.

Há cerca de 17 milhões de mulheres jovens de 15 a 24 anos no Brasil, pessoas que se encontram num momento bastante específico de suas vidas. As mulheres jovens encontram grande dificuldade para inserção no mundo do trabalho; estão bastante vulneráveis a situações de violência doméstica; têm sua saúde sexual e reprodutiva manipuladas segundo uma lógica de controle; e têm suas imagens amplamente divulgadas pela mídia como objeto e mercadoria.

Por isso, cabe oferecer uma educação não sexista, com reorientação de educadores e educadoras das redes pública e privada de ensino para que sejam promotores da igualdade entre os gêneros. Deve-se garantir a igualdade de oportunidades entre os gêneros no acesso à educação profissionalizante, dado que algumas áreas, sobretudo as de tecnologia, ainda excluem as jovens mulheres devido a supostas aptidões naturais. Cabe desenvolver, também, políticas específicas para a geração de trabalho e renda para as mulheres jovens, numa perspectiva de construção de sua autonomia, consolidando e ampliando os direitos trabalhistas já firmados em lei.

Muitas jovens enfrentam uma tripla jornada de trabalho, com estudos, emprego e trabalho doméstico. No caso das jovens mães, a jornada pode ser quádrupla, ou muitas vezes o estudo é abandonado. São necessárias políticas específicas para tal situação, como a garantia de creches nos bairros, no trabalho, nas escolas e nas universidades –noturnas, inclusive – para que as jovens não abandonem seus estudos e seu trabalho ao se tornarem mães.

As políticas de saúde – outra área fundamental para as mulheres jovens – devem estar apoiadas numa concepção de direito ao corpo, na perspectiva da promoção da saúde integral. O sistema de saúde deve priorizar a prevenção, garantindo às mulheres jovens amplo atendimento ginecológico. As políticas de saúde e direitos sexuais devem trazer informações suficientes para que a jovem possa conhecer o funcionamento de seu corpo e fazer livremente suas escolhas, inclusive de orientação.

Merece atenção também o cruzamento de condições que acumulam discriminações, como é o caso das jovens negras, que enfrentam ataques a sua auto-estima pela vigência de um padrão de beleza branco, juntamente com uma mistificação baseada na erotização exagerada de seu corpo. Neste sentido, é fundamental, através de meios de educação e campanhas na mídia, garantir condições para a construção e valorização da identidade da mulher negra jovem na sociedade, rompendo com o conceito de “anti-musa” e, ao mesmo tempo, com o estereótipo da sexualidade exagerada.

#### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

- Incluir disciplina que aborde a igualdade entre os gêneros no currículo dos cursos de pedagogia.
- Reformular os Parâmetros Curriculares Nacionais para contemplar efetivamente as relações de gênero, para além da sexualidade.
- Oferecer, nas escolas, informação para orientação sexual, saúde e direitos repro-

ativos nas diversas esferas da vida sexual das jovens e dos jovens, com esclarecimento sobre a diversidade sexual.

- Programas como o Nossa Primeira Terra e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) devem considerar a reivindicação das jovens do meio rural, de acesso e titularidade da terra, como direito de permanecer no campo e exercer com dignidade a profissão de agricultora.
- Elaborar programas que incentivem o empreendedorismo das jovens, capacitando-as para exercer atividades que vão além das supostas aptidões femininas.
- Garantir direitos trabalhistas previstos em lei para as jovens mães, hoje mais vulneráveis ao desemprego por essa condição.
- Garantir a integridade física e psicológica das jovens no sistema socioeducativo (como a Febem), onde têm sido vítimas de abuso sexual e não têm acesso a produtos básicos como calcinhas e absorventes. Devem ser desenvolvidos programas de reinserção social para essas jovens, com educação profissional diversificada.
- Da mesma forma que são fundamentais o acompanhamento pré-natal, o parto humanizado e o atendimento pós-parto, é necessário promover a educação sexual como forma de prevenir a gravidez, garantir acesso a contraceptivos para evitar o aborto e garantir o aborto legal para evitar risco de morte e a divulgação dos serviços de saúde que realizam as intervenções previstas em lei. Ao mesmo tempo, é necessário desbloquear e intensificar o debate nacional sobre legalização do direito ao aborto e sua realização pela rede pública de saúde.
- Garantir a formação de gestores e profissionais de saúde para que o atendimento às adolescentes jovens seja diferenciado, livre da interferência familiar e governamental, e considerando os direitos sexu-

ais e reprodutivos dos/das jovens como direitos humanos. Nesse sentido, é fundamental garantir a confidencialidade do atendimento às mulheres, em especial as jovens e adolescentes.

- Capacitar servidores no sistema público de saúde para o atendimento adequado e não discriminatório a jovens lésbicas e transexuais.
- Proporcionar informação sobre danos causados por medicamentos difundidos e consumidos na busca pelo “corpo perfeito”, que decorre das estratégias de mercantilização das mulheres jovens na mídia. Deve-se pensar na saúde mental dessas jovens, com atendimento psicológico e esclarecimento adequado.
- Assegurar atendimento com servidores preparados para lidar com jovens mulheres nas áreas rurais. Os serviços no campo também devem difundir todas as informações sobre os direitos já mencionados.
- Promover campanha nacional pela paternidade jovem responsável e a discussão desse tema desde o âmbito escolar.
- Oferecer atendimento psicossocial diferenciado para vítimas de violência contra a mulher – em suas diferentes formas –, em especial para as menores de 18 anos.
- Garantir equipamentos públicos de assistência e prevenção às jovens vítimas de violência sexual, seja estupro ou qualquer outra modalidade.

## 4.14 – Desigualdade Racial

A questão da desigualdade racial no Brasil ainda figura entre os desafios a serem transpostos para a organização de um país efetivamente democrático. O mito da democracia racial não resiste à análise dos dados relativos à pobreza, concentração de renda e acesso à educação nas últimas décadas. Pode-se afirmar que, se uma

parcela significativa da população está excluída dos direitos básicos de cidadania e exposta aos riscos da desestruturação familiar, do desemprego e da violência, essa desigualdade aparece em níveis bem mais acentuados entre a população negra e afro-descendente.

Perpetuou-se no Brasil uma lógica que omite as manifestações de racismo, ora negando sua existência, ora recorrendo aos dados gerais sobre a exclusão para refutar a necessidade de políticas públicas focadas na inclusão dessa parcela da população. Esse discurso tenta desqualificar as propostas de ação afirmativa, classificando-as como paternalismo ou privilégio.

Análise mais séria da situação deixa patente que, para alcançar a igualdade racial, serão necessárias, dentro de uma estratégia global responsável, medidas para compensar as distâncias existentes entre os excluídos brancos e negros e para inserir a todos, com igualdade de condições e oportunidades, no contexto de uma cidadania plena. Por outro lado, esse racismo envernizado de tolerância se consolida através dos meios de comunicação e relega ao campo do exotismo as identidades culturais e religiosas da população negra.

Alguns dados do IBGE, com sua terminologia específica (pretos e pardos), demonstram a maior vulnerabilidade da população jovem negra em relação ao mercado de trabalho e educação. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 8,2% só trabalham. Considerando separadamente, este número sobe para 9,3% entre os pretos/pardos, e desce para 7,2 entre os brancos. Essa relação varia nas unidades da Federação, destacando-se as maiores taxas entre pretos e pardos de 15 a 17 anos no Espírito Santo (19,7% contra 8,1% entre brancos), no Acre (18,8% contra 12,5% entre os brancos) e no Mato Grosso do Sul (18,3% contra 12,2%, na mesma ordem).

Da faixa dos 18 e 19 anos para a de 20 a 24 anos, tanto entre brancos quanto entre pretos e pardos diminui o número de jovens só estudantes ou de estudantes-trabalhadores em razão do mercado de trabalho, subindo o índice dos que só trabalham.

Nessa última faixa etária, a maioria dos jovens que permanecem no sistema de ensino é branca em grande parte das unidades federativas. A essa desigualdade se acrescenta, assim como na faixa de 18 e 19 anos, o desnível entre os anos de estudo cursados, especialmente nas regiões mais pobres.

Os pretos e pardos na faixa de 20 a 24 anos obtêm proporções superiores às dos brancos na categoria dos que só trabalham. Mas, considerando o mesmo fator, ou seja, menores médias de anos de estudo e níveis de renda mais baixos, pode-se notar entre pretos e pardos maior exposição ao subemprego e a remunerações inferiores. Isso é facilmente verificável a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001.

Os jovens brancos que trabalham ganham, em média, 54,7% a mais que os jovens pretos e pardos na mesma situação. A tendência a um maior nível de exclusão dos pretos e pardos confirma-se na proeminência do contingente de jovens sem atividades nesse segmento (29,1% entre pretos e pardos contra 23,5% entre os brancos).

O nível educacional influencia de forma decisiva as possibilidades de inserção no mundo do trabalho. Para comprovar isso, cabe tomar como foco a população de 25 anos e mais, por já apresentar uma situação definida no campo educacional. Entre os que não têm instrução, só 46,1% desse segmento se encontravam trabalhando no levantamento da PNAD de 2001.

Essa proporção vai se elevando gradualmente até a faixa dos 15 anos e mais de estudo, onde esse percentual era de 81,3%. Isso significa que cada ano de estudo agrega aproximadamente 2,2% de chances de trabalho remunerado.

A questão racial, o gênero e a classe social constituem os elementos que determinam opções, situações e condições ao longo da vida, devendo ser considerados elementos estruturantes das políticas públicas de juventude.

### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

- Implantar o sistema de cotas como passo importante na geração de oportunidades de igualdade, e como elemento de uma política mais ampla de democratização do acesso à educação de qualidade. O mérito das cotas está no reconhecimento da existência das desigualdades e no empenho da sociedade, como um todo, para eliminá-las.
- Fiscalizar o mercado de trabalho para garantir a igualdade de direitos e oportunidades, bem como políticas contra a discriminação na busca, acesso, permanência e promoção dos jovens no mercado de trabalho.
- Promover o respeito às expressões culturais de inspiração africana como forma de preservação da história do povo brasileiro, necessárias à construção da identidade juvenil.
- Propiciar, nos ensinos fundamental, médio e superior, formas de promoção da tolerância religiosa, étnica, à orientação sexual e origem regional.
- Promover, através do Estado, a titulação das terras à população quilombola, garantindo o desenvolvimento sustentável destas regiões e assegurando o desenvolvimento da população juvenil destas comunidades.
- Mobilizar os meios de comunicação, em especial a televisão, para que deixem de corroborar preconceitos reproduzindo um padrão de beleza branco e ridicularizando o diferente; exigir a presença dos afro-descendentes em novelas, noticiários e demais programas, bem como na produção cinematográfica, em níveis condizentes com a força populacional dos negros no Brasil.
- Capacitar os funcionários públicos dedicados a tarefas de segurança pública em

matéria de direitos humanos e respeito à diversidade racial, de gênero e etária, incluindo a participação da sociedade civil nesse processo.

- Estimular políticas destinadas ao anti-racismo para corrigir seus efeitos perversos. O oferecimento de oportunidades é o primeiro passo nessa caminhada direcionada na perspectiva das chamadas políticas afirmativas.
- Ampliar a discussão sobre saúde com enfoque racial, em razão da existência de doenças de incidência maior na população afro-descendente – como hipertensão, diabetes, miomas intra-uterinos e anemia falciforme –, cuja prevenção e atenção desde a juventude alteram brutalmente os prognósticos médicos.
- Capacitar os agentes de saúde, bem como os gestores públicos para o atendimento e atenção à população afro-descendente.
- Ampliar o diálogo com os movimentos a respeito da desigualdade estrutural presente na figura da mulher negra, que desde a infância sente os efeitos múltiplos da discriminação racial e de gênero, como forma de combater os mecanismos que provocam a invisibilidade, com a falta de oportunidades e a desvalorização. Isso deve permear a construção de uma agenda nacional para combater esses problemas.

## **4.15 – Meio ambiente**

Os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável vêm sendo utilizados de forma ampla por segmentos da sociedade e agregados a diversos temas, assuntos e slogans. Nem sempre, contudo, se estabelece o nexo com o modelo de crescimento econômico que, por um lado, legou às novas gerações um mundo de fartura nunca vista, e por outro, gerou miséria, degradação ambiental e poluição crescentes.

A questão ambiental tem alcançado um lugar destacado nos embates sobre a construção social do futuro da comunidade humana, vinculando as atuais e as novas gerações numa esfera de negociação de projetos de sociedade e modos de engajamento político. Pode-se dizer que o fato de ser socialmente reconhecido como jovem favorece certa afinidade com as preocupações ecológicas no presente e no futuro.

A preocupação ambiental no Brasil e no mundo tem se constituído como aglutinadora de participação juvenil. Destacando o marco geracional na análise do engajamento político, encontramos na juventude brasileira uma geração que, em seu percurso de sociabilidade, vive um contexto onde as fronteiras entre o público e o privado são redefinidas, valorizando-se as questões da cultura, das identidades e do meio ambiente como novos espaços de expressão política.

A preservação da natureza e a preocupação com o futuro do planeta têm se mostrado particularmente atrativas para a formação de grupos jovens voltados à ação ambiental, como se pode ver por sua forte presença entre voluntários e ativistas de ONGs ambientalistas como o Greenpeace e a Amigos da Terra, entre outras.

A questão ecológica oferece também novas chaves de leitura para temas que a precedem. Para a geração atual, defender a pequena produção agrícola é falar em agroecologia. Grupos de jovens no campo se articulam em torno de um ideário ecológico e passam a reler problemas ligados à agricultura agregando novos valores e quebrando um certo isolamento das lutas do campo, que se incorporam de modo crescente em outras redes nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, jovens moradores das favelas tratam questões básicas de infra-estrutura urbana, como água, saneamento básico e o lixo através de palavras-chave no ideário ecológico.

No decorrer das atividades do Projeto Juventude, a questão ambiental foi tratada com propostas de ações específicas focadas na preservação ambiental, na conscientização do uso responsável dos recursos naturais, do direito dos jovens aos espaços urbanos e também ligada a temas como desenvolvimento social e econômico.

Os participantes dos encontros, ambientalistas ou não, enfatizaram a idéia de que a resolução da questão ambiental requer a participação dos atores juvenis desde a gênese das políticas públicas até a execução das ações propostas por elas.

Reconhecendo-se que certos segmentos juvenis têm ousadia para propor soluções e novos nexos entre temas, além de revelarem alta capacidade de mobilização de seus pares, conclui-se que a união entre as questões juventude e meio ambiente pode facilitar os desdobramentos das ações articuladas entre o poder público e a sociedade civil.

### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

- Reconhecer a relação entre juventude e meio ambiente como fator estratégico para o desenvolvimento de uma política pública de juventude no nível nacional. Das iniciativas que se conhece, observa-se que a temática ambiental constitui-se num dos grandes provocadores da participação da juventude brasileira, configurando-se numa grande bandeira de luta, mobilização e motivação.
- Considerar a questão ambiental em projetos que têm a juventude como interesse ou que são de interesse da juventude. Trata-se de uma área relativamente nova no país e que obviamente vai avançando na medida em que novas adesões são conquistadas. Para tanto, é necessário que o poder público e os atores da sociedade civil envolvidos na elaboração das políticas consolidem a ampliação do conceito de sustentabilidade, concebendo-a sempre em articulação com as questões sociais e mecanismos de reprodução de desigualdades sócio-ambientais.
- Mobilizar grupos juvenis para campanhas evocando distintos graus de responsabilidade frente aos problemas sócio-ambientais atuais, quer se apresentem no

nível global ou local. Isso significa permitir que a sociedade tenha melhor entendimento sobre quem degrada, polui e consome, bem como maior responsabilidade no enfrentamento e reversão desses processos.

- Desenvolver ações que promovam o intercâmbio entre os jovens do país, considerando as especificidades das diferentes juventudes em relação à questão ambiental. Como exemplo, na Amazônia brasileira podemos citar a juventude da floresta, com suas peculiaridades e demandas específicas; nas periferias das cidades temos outras pautas urgentes.
- Elaborar propostas de capacitação dos jovens para atividades de geração de renda ligadas ao meio ambiente, como a preservação, o turismo e mesmo a exploração sustentada dos recursos naturais.
- Propor conteúdos para uma disciplina de educação ambiental, sob a ótica da juventude, a ser ministrada nas escolas do país.
- Estimular o contato entre as juventudes e as tradições locais. Os jovens podem, assim, apropriar-se do patrimônio histórico de seu povo, o que se reflete também positivamente na preservação ambiental.

## 4.16 – Jovens na área rural

Segundo dados do IBGE (Censo 2000), existem cerca de 14,5 milhões de pessoas de 12 a 34 anos no meio rural, sendo 6,8 milhões do sexo feminino e 7,7 milhões do sexo masculino. A juventude rural vem ampliando sua participação social e suas responsabilidades com a manutenção familiar.

As dificuldades enfrentadas por esses jovens se assentam, em primeiro lugar, na falta de um modelo agrícola voltado para os pequenos agricultores, como o agricultor familiar e o assentado de reforma agrária, que ficam cada dia mais pobres por conta do modelo econômico vigente. A diminuição da renda no

campo faz com que grande parte da população camponesa abandone a área rural e dirija-se aos grandes centros urbanos.

A juventude rural sofre profundamente as conseqüências desse modelo e não conta com possibilidades mínimas na área da educação e da ocupação produtiva, além de carecer também de alternativas básicas em equipamentos de lazer, cultura e saúde.

Diante desse quadro, apresenta-se um conjunto de propostas que objetivam a recuperação da renda agrícola e uma política de reforma agrária por meio da distribuição massiva da terra, do crédito subsidiado e implementação de políticas públicas dirigidas à população rural brasileira, em especial o segmento jovem.

### Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude

- Universalizar o acesso à escola para as juventudes do campo, com uma educação diferenciada e de qualidade, que envolva os níveis fundamental, médio, superior e escolas técnicas. Introduzir metodologias que atendam às especificidades do campo, como por exemplo a Pedagogia da Terra, em que os ritmos e conteúdos escolares atendem às necessidades dos jovens agricultores.
- Promover uma política de geração de trabalho e renda no campo, com incentivo às cooperativas e agroindústrias – inclusive nos assentamentos –, além do fortalecimento da agricultura familiar.
- Oferecer linhas de crédito subsidiado e seguro agrícola para o jovem agricultor.
- Garantir acesso à cultura, esporte e tempo livre, com a estruturação de centros esportivos e culturais nos assentamentos e comunidades rurais.
- Garantir acesso à informação e à comunicação através da criação e legalização de rádios comunitárias nos assentamentos e comunidades rurais.
- Promover a inclusão digital dos jovens do campo.

- Incentivar a integração entre as juventudes do campo e da cidade.
- Estimular o trabalho social remunerado como alternativa de trabalho e formação para as juventudes do campo.
- Implantar programas e subsídios de incentivo à agroecologia, à produção orgânica e à diversificação produtiva.
- Implementar políticas de atendimento à saúde mental e de prevenção e cura de doenças, assim como elaborar um plano nacional de saúde sexual e reprodutiva para as juventudes do campo.
- Assegurar permanentemente a emissão de documentação pessoal e trabalhista, vinculada à seguridade e previdência social.
- Constituir um organismo nacional da juventude rural, na perspectiva de promover debates e definir propostas para superar os problemas que atingem os jovens do campo
- Ampliar as ações de fiscalização das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) para o meio rural, realizando-as de forma permanente para evitar infrações aos direitos dos trabalhadores previstos em lei, acordos e convenções coletivas. Promover intensiva fiscalização para combater o trabalho infantil e escravo.
- Promover a participação sistemática do movimento sindical dos trabalhadores rurais, do MST, da Contag, Fetraf e demais organizações de trabalhadores do campo na elaboração e implementação do programa Primeiro Emprego no campo.
- Mudar o modelo de reforma agrária para fazer com que seja adequado à realidade das regiões e considere os jovens e as mulheres como público prioritário, facilitando-lhes o acesso à terra. Esse novo modelo deve ser construído com a participação dos movimentos sociais e deve proporcionar condições reais para a permanência das pessoas na terra.

## 4.17 – Juventude indígena

Para falar de juventude entre os povos indígenas deve-se levar em conta a sociodiversidade nativa do Brasil. São 220 povos – mais de 180 línguas diferentes – que ocupam 614 Terras Indígenas espalhadas pelo país, somando algo em torno de 370 mil indivíduos. Este número não inclui aqueles que habitam as cidades, o que dificulta a abordagem do tema.

O movimento de deixar a terra indígena em direção às cidades está geralmente vinculado à busca do ensino de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio ou, de maneira secundária, ao acesso regular a bens manufaturados de primeira necessidade que não chegam às comunidades.

O que se verifica, nesse processo de urbanização, é o mecanismo usual de marginalidade espacial, social e econômica: alcoolismo, drogas e prostituição, agravados pela marca discriminatória tradicionalmente atribuída aos povos indígenas – a sua incapacidade para o exercício e usufruto da cidadania – e que sustenta o conceito de tutela praticado até hoje pela política indigenista oficial.

Soma-se a essa complexidade a inexistência de um levantamento rigoroso do número de índios nas cidades e a ausência de pesquisas a respeito da categoria “juventude indígena”, seja no interior das aldeias ou fora delas. Esta lacuna pode indicar uma negação da existência de fenômenos relacionados ao pertencimento a essa categoria.

Políticas públicas que tratem da juventude indígena deverão levar em consideração as diferentes áreas culturais nas quais cada povo se insere, sua história de contato com a sociedade nacional e, necessariamente, a natureza deste contato.

### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

#### Programas educacionais

- Implantar escolas de ensino fundamen-

tal e médio nas comunidades indígenas. Já existem legislação adequada e diretrizes conceituais traçadas e acordadas entre Estado e populações indígenas. Para a implementação, é necessário acelerar e ampliar para todo o país os processos específicos de formação de professores indígenas. Com raras exceções, isto não vem sendo assumido como política pública e as iniciativas isoladas estão a cargo de ONGs que dependem de financiamentos do exterior para realizar o compromisso legalmente atribuído ao Estado.

- Criar regras de acesso de índios a universidades, relacionadas a uma política de fomento para sua manutenção nos cursos – bolsas de estudo e programas de acompanhamento acadêmico.
- Aprovar, reconhecer oficialmente e implantar currículos adequados às expectativas de cada povo em relação ao acesso a conhecimentos, técnicas e tecnologias do mundo não-indígena.
- Associar conhecimento tradicional com conhecimento técnico não-indígena, o que pressupõe maior envolvimento das universidades brasileiras na produção e reflexão sobre etno-conhecimentos e a aplicação instrumental de saberes ocidentais na realidade de cada povo indígena.

#### Programas de fomento econômico

- Promover políticas de produção, escoamento e comercialização de produtos indígenas, que facilitem a monetarização desses povos e seu acesso a bens manufaturados.
- Promover políticas de crédito para que grupos ou associações indígenas possam aplicar em projetos de economia sustentável em suas terras.
- Promover programas de reconhecimento de cidadania indígena por meio de emissão simplificada de documentos básicos como RG e CPF.

## 4.18 – Espaços urbanos

Levando em consideração o predomínio estatístico da população urbana sobre a rural, bem como a elevada concentração observada nas grandes metrópoles, é preciso que uma grande parcela das políticas públicas direcionadas à juventude seja elaborada em sua inter-relação com a cidade. A organização e a gestão das cidades devem possibilitar – e não dificultar – os direitos juvenis à cultura, ao lazer, à educação, ao trabalho e outros bens sociais.

A luta pelo passe livre, importante bandeira do movimento estudantil, simboliza a insurgência contra os limites que a cidade impõe ao jovem no exercício de seus direitos. A dificuldade de transporte, que atinge todos os jovens, estudantes ou não, deve ser levada em conta quando da formulação das políticas. Muitas vezes há um subaproveitamento das ações do Estado por não se planejar o acesso dos jovens aos equipamentos e eventos públicos.

Quando estão à procura de trabalho, os jovens da periferia das médias e grandes cidades enfrentam a barreira da distância física das empresas. Na desigual competição com os jovens das áreas centrais, o jovem da periferia tem ainda de superar o estigma que associa os bairros onde mora à criminalidade e ao tráfico de drogas.

Além disso, muitos empregadores deixam de contratar quando consideram os possíveis atrasos causados pelos rotineiros congestionamentos de trânsito. O mesmo ocorre com grande parte da juventude que trabalha de dia e estuda à noite. O desgaste físico e mental dessa dupla ou tripla jornada de trabalho é aumentado pelas dificuldades no transporte. Essa exclusão territorial precisa ser urgentemente enfrentada.

A construção de equipamentos públicos é bastante dificultada em áreas de ocupação irregular, como os loteamentos clandestinos e favelas. A ocupação não planejada do terreno urbano faz com que os locais próprios para o convívio coletivo e o aprimoramento da sociabilidade fiquem em segundo plano. É preciso que haja uma forte ação do Estado em prol de



uma ocupação planejada do solo, que se articule à criação de ambientes propícios às necessidades da juventude.

Os jovens devem tomar para si a gestão dos equipamentos públicos a eles direcionados. Inúmeras experiências alcançaram êxito na missão de atrair os jovens para atividades de exercício de cidadania quando passaram a ser geridas pelos próprios jovens. Os governos devem ter programas de capacitação juvenil para a gestão pública e saber aproveitar as habilidades dos jovens gestores para que o Estado se aproxime mais da população.

#### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

- Indicar, nos planos diretores dos municípios, mecanismos para diminuir a concentração de bens culturais, serviços e trabalho apenas em determinadas regiões das cidades, privilegiando a construção de equipamentos e induzindo a criação de empregos nas periferias.
- Fiscalizar, através dos poderes públicos, a ocupação do solo urbano, de modo a garantir aos jovens espaços próprios de lazer.
- Garantir que a gestão dos equipamentos e espaços públicos destinados aos jovens seja feita pelos próprios jovens, de modo a dinamizar a relação entre o poder público e a juventude.
- Realizar estudos e implementar medidas para reduzir ao máximo – eliminar quando possível – as tarifas dos meios públicos de transporte (ônibus, metrô, trem, etc.) para os jovens, como forma de garantir acesso aos locais de estudo, lazer e práticas culturais ou esportivas.
- Introduzir nos programas de moradia e nos estudos de planejamento urbano a construção de unidades destinadas à habitação coletiva de jovens que estudam ou trabalham em áreas muito distantes da residência familiar.

## **4.19 – Desenvolvimento social**

A eficácia das políticas públicas de juventude pressupõe sua integração com o conjunto das políticas sociais específicas de inclusão, com caráter de proteção e promoção social. Torna-se, portanto, muito importante a presença ativa dos jovens nos esforços atuais para desenvolver políticas públicas de combate à fome, à pobreza e à exclusão que sejam – fundamental e simultaneamente – políticas de desenvolvimento.

Ações voltadas para a redução das desigualdades sociais e para o desenvolvimento sustentável muitas vezes encontram resistências enraizadas na memória e na experiência social. Como é sabido, as heranças históricas clientelistas, assistencialistas e autoritárias ainda estão presentes no cenário institucional, onde se inscrevem a formulação e a implementação de políticas públicas no Brasil, afetando sobretudo o campo das políticas sociais.

Por outro lado, registram-se também processos de mobilização e participação para a sedimentação de novas práticas. Na última década, programas, projetos e ações de escopo governamental e, sobretudo, não-governamental (ONGs, fundações empresariais, organizações internacionais) motivaram determinadas parcelas da juventude a intervir na dinâmica da vida local. Grupos juvenis ligados a instituições religiosas ou civis também atuaram para suprir as necessidades básicas de setores de maior vulnerabilidade social.

O aprendizado e o engajamento de jovens cidadãos, de grupos e instituições juvenis em programas e ações locais é um caminho promissor para construir um novo elo entre a ação imediata e o processo de desenvolvimento social, bem como para ampliar a participação social no que diz respeito à coisa pública.

### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

- Reafirmar o papel indutor do Estado nas áreas de assistência, promoção e desenvolvimento social.
- Considerar as especificidades da condição juvenil, a experiência acumulada por entidades de apoio e organizações juvenis para estabelecer e regulamentar novas parcerias público-privadas. Regras, contrapartidas, e relacionamento público transparentes contribuirão para a constituição de uma verdadeira esfera republicana na condução das políticas de juventude. A idéia é enfatizar a negociação democrática e não a pulverização de interesses derivadas do jogo político-eleitoral ou da troca de influências.
- Mapear práticas de ação social já experimentadas por grupos de jovens ou por instituições voltadas ao público jovem, conferindo-lhes reconhecimento e legitimidade em processos de cooperação, e visando novas parcerias para atuar no âmbito das políticas públicas de juventude.
- Incentivar a participação de grupos e organizações de jovens nos comitês locais do Programa Fome Zero (Talher, Mesa etc)
- Potencializar a convergência e interação das ações na esfera das localidades com o objetivo de ampliar escalas, propor novos parâmetros de continuidade, avaliação e replicação.
- Criar um banco de dados, de consulta pública, permanentemente atualizado, dos projetos desenvolvidos por diferentes ministérios e setores que tenham recortes no público juvenil. A reunião de dados dispersos e setorialmente produzidos é fundamental, possibilitando o confronto e a avaliação da informação produzida.
- Incentivar maior integração de projetos governamentais (como Agente Jovem,

Serviço Civil Voluntário etc), reforçando suas ações em direção ao desenvolvimento local através de experiências que os levem a interagir com os serviços públicos.

- Incentivar novas institucionalidades, associativismos emergentes, promoção de capacidades individuais e coletivas, descoberta de vocações que possam contribuir para novas e sustentáveis alternativas de desenvolvimento. No contexto dos projetos e programas, incentivar a formação de grupos diversos autônomos, de acordo com peculiaridades e potencialidades culturais.
- Incentivar a organização associativa de instâncias supra-locais – associações, consórcios, comitês –, para promover o desenvolvimento regional.
- Criar mecanismos que incentivem diferentes segmentos juvenis (universitários de distintas carreiras, artistas, lideranças comunitárias) a propor, qualificar, ampliar e reproduzir experiências e conteúdos para um projeto e um processo de desenvolvimento sustentável para o país. A idéia é favorecer a tomada de consciência dos jovens sobre os problemas comuns a toda a humanidade, e incentivar o engajamento em ações concretas nas comunidades.
- Difundir metodologias e relatos de experiências que reforcem o potencial da ação dos jovens em benefício do bem comum. Isso pode ser feito por meio de concursos, campanhas e programações permanentes nos meios de comunicação de massa e na mídia comunitária. É importante que os jovens se envolvam diretamente na busca de símbolos e de uma nova linguagem facilitadora da multiplicação de iniciativas e impulsionadora de uma nova mentalidade participativa.
- Articular uma rede envolvendo órgãos governamentais, organizações do ter-

ceiro setor, agências internacionais e fundações privadas para o resgate de experiências de participação de jovens em projetos e ações de promoção e desenvolvimento social: mutirões remunerados em áreas de risco, ações de recuperação ambiental e sanitária, campanhas localizadas para reverter o aumento da violência, cuidado de crianças ou idosos, garis comunitários etc.

## 4.20 – Previdência Social

O sistema brasileiro de proteção social ainda está pautado pela sociedade salarial, sobre o qual foi fundado. Isso significa que, no Brasil, a previdência social se configura como um seguro social contributivo, com um sistema de solidariedade social entre gerações. Os trabalhadores ativos (no mercado de trabalho) financiam o pagamento dos benefícios para os trabalhadores inativos (aposentadorias e pensões).

Tal fato vem se configurando num sistema dual de proteção social, à semelhança de outros países da América Latina, em que parte é financiada com recursos advindos das contribuições previdenciárias, e parte com recursos orçamentários (dirigidos aos segmentos específicos da sociedade – idosos acima de 65 anos e portadores de deficiência física, entre outros –, que, por motivos diversos não contribuíram para a previdência social).

Dessa forma, para pensar a inclusão social dos jovens no sistema de previdência social, é preciso levar em conta vários fatores. A difícil inserção no mercado de trabalho (formal ou informal), cada vez mais postergada, quando não impossível, é um deles. A idade com que os jovens entram no mercado de trabalho tende a ser cada vez maior, sobretudo nos segmentos de alta renda, que têm um peso relativamente maior na receita, dado o regime das alíquotas previdenciárias.

A recente reforma da previdência social desvinculou inserção efetiva no mercado de trabalho das contribuições previdenciárias. A flexibilidade desse mercado, sua alta taxa de rotatividade e os crescentes intervalos de tempo na situação de desemprego contam contra as novas gerações. Certamente elas terão de enfrentar sucessivas situações em que a obrigatoriedade da contribuição (para cumprir o tempo de contribuição) não coincidirá com a presença de emprego ou fonte de renda, o que deverá postergar o acesso a aposentadorias.

Outro fator diz respeito ao crescente estrangulamento que vem ocorrendo na relação entre ativos e inativos no sistema previdenciário, hoje na razão muito próxima de 1 para 1. Se isso certamente questiona o sistema vigente, com muito mais razão interroga a garantia dos jovens ao acesso a esses direitos de caráter contributivo.

A inclusão da juventude no sistema de previdência social põe em evidência a necessidade de pensar novos padrões de solidariedade social para o conjunto dos segmentos sociais, seja por faixa etária, condição socioeconômica, gênero e raça. Cabe enfatizar a necessidade de mecanismos de proteção social para os jovens, que articulem direitos contributivos e direitos universais, com um traço acentuadamente redistributivista.

Isso significa formular um conjunto de políticas sociais – inclusive de transferência de renda – que efetivamente promova a inclusão social dos jovens na sua condição de cidadãos, através da implementação de políticas públicas que lhes sirvam de instrumento de emancipação, seja com relação ao Estado, ou como forma de promover sua capacidade de ação enquanto sujeitos sociais.

Cabe questionar até que ponto, por mais que se acumulem programas tendo como público alvo a juventude, realmente o Estado, enquanto tal, estaria preparado para enfrentar o “novo” que os jovens sempre trazem num duplo sentido: são portadores de futuro, mas de um futuro até o momento desconhecido pelas formas tradicionais de regulação e ação do Estado.

Em conseqüência, até que ponto o Estado está capacitado e é permeável ao reconhecimento da diversidade das nossas juventudes e de seus potenciais, e, sobretudo, até que ponto pode reverter a nossa tradição histórica na área social de enfrentar as questões sociais não pelas suas origens de natureza estrutural, mas pelas suas conseqüências, o que certamente coloca limites ao potencial de transformação das próprias políticas sociais.

## 4.21 – Turismo

O turismo destaca-se como uma das atividades da economia moderna que apresenta forte potencial de geração de divisas, empregos e renda. De acordo com os dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo representa cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, movimenta US\$ 495 bilhões ao ano, responde por aproximadamente 10% do investimento mundial, e é responsável por um em cada nove empregos gerados no mundo.

Até hoje, o Brasil não conseguiu desenvolver uma estratégia nacional de turismo à altura de seu fabuloso potencial nessa área, marcado por extraordinárias vantagens comparativas: clima, atrações naturais, 8 mil quilômetros de orla no Atlântico, milhares de praias, rios navegáveis, ecossistemas peculiares presentes na Amazônia, no Pantanal, nos pampas e no cerrado. Reúne acidentes geográficos de elevado interesse e belas cidades portadoras de importante patrimônio histórico.

Nossa diversidade cultural, riqueza das manifestações artísticas populares, culinária, pujança musical e vários outros atributos se somam à natureza física. Há também grandes espaços para fortalecimento do chamado turismo de negócios.

Os resultados colhidos pela indústria de turismo no Brasil equivalem a apenas 4% do PIB nacional – menos que a metade, portanto, da média internacional –, situando o país num

modesto 29º lugar no ranking mundial. Ainda assim, gera 6,1% dos empregos totais.

Neste momento especial da história brasileira, em que se reúnem condições propícias à introdução de profundas mudanças estruturais em nosso sistema socioeconômico, no sentido de uma retomada do crescimento assentada na redistribuição da renda e na geração de emprego, o turismo é uma alternativa de importância estratégica que se abre a ilimitadas possibilidades de interação com a política nacional de juventude proposta neste documento.

Quando se observa o emprego formal de 2002 num ramo como o das agências de viagem, constata-se que 48% dos empregados possuem menos de 30 anos de idade. A RAIS (Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho) de 2002 indica que, no setor hoteleiro, trabalhavam 77 mil pessoas até 29 anos (num total de 204 mil). Na mesma faixa etária, 348 mil trabalhavam no ramo de restaurantes, num total de 670 mil.

Esses números bastam para convencer que, do encontro entre turismo e juventude pode nascer uma bateria de iniciativas, programas e ações capazes de, por um lado, duplicar ou triplicar em poucos anos o potencial turístico ainda inexplorado no Brasil, com reflexos no PIB e no balanço cambial, e, por outro lado, equacionar expressiva parcela das carências de emprego, ocupações ou empreendimentos associativos de jovens.

### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

- Multiplicar as escolas de nível universitário e os centros de profissionalização de nível médio voltados à área do turismo e criar cursos técnicos de turismo em cada região.
- Ampliar e reforçar os programas em andamento no Ministério do Turismo com interface na questão juventude (Jovem Aprendiz do Turismo, Viajando pelo Brasil, O Turismo é Meu Negócio, Jovens Embaixadores do Brasil etc.).

- Estimular o empreendedorismo juvenil na área do turismo a partir de fomento exercido pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e pelo restante do Sistema S, com ênfase no eco-turismo, nas atividades ligadas aos chamados esportes radicais, no desenvolvimento do potencial turístico de pequenas comunidades locais, na organização do turismo de pequenos grupos etc.
- Criar programas destinados a aproveitar as férias escolares como período de atividade remunerada de estudantes como guias, animadores culturais, monitores de esportes etc.
- Combater o turismo sexual e todas as espécies de exploração de trabalho infantil nessa área.
- Estimular, inclusive com a concessão de incentivos, a realização de eventos de negócios em nosso país, tais como congressos, seminários, fóruns etc, como estratégia não apenas para desenvolver o turismo, como também para gerar empregos para pessoas com menos de 30 anos de idade.

## 4.22 – Defesa

Ao final de 20 anos de reconstrução democrática, as Forças Armadas brasileiras merecem e precisam ser reconhecidas como instrumento importante para a realização das tarefas históricas atuais do país, voltadas à inclusão social, à redistribuição da renda, à consolidação do Estado Democrático de Direito e à garantia de desenvolvimento nacional numa rota de soberania.

As Forças Armadas possuem um efetivo em torno de 350.000 militares. A cada ano, aproximadamente um milhão de jovens com cerca de 18 anos de idade se apresentam para prestar o Serviço Militar Inicial, sendo que somente 70.000 desse contingente eram aproveitados até 2003.

No período que permanecem nos quartéis, os recrutas realizam atividades diárias envolvendo, além da instrução militar (período básico, período de qualificação e período de adestramento), educação física, acompanhamento médico e dentário e programação de aulas sobre os poderes constituintes, símbolos nacionais, regras de disciplina e hierarquia, e questões de cidadania. Recebem alimentação balanceada, o que representa um forte atrativo em muitas regiões de nosso país.

Muitos têm a possibilidade de se qualificarem em profissões que, além de necessárias às Forças Armadas, podem ser aproveitadas no mundo amplo do trabalho: condutores de veículos, copeiro e auxiliar de cozinheiro; auxiliar em enfermagem; auxiliar de mecânico; auxiliar de lanterneiro e pintor de viaturas automóveis; carpinteiro, marceneiro, bombeiro hidráulico, eletricista, digitador e outras.

Os estabelecimentos de ensino da Marinha, do Exército e da Aeronáutica admitem anualmente cerca de 19.000 jovens, que serão formados oficiais, sargentos e cabos, constituindo os respectivos quadros permanentes das Forças.

Esses números e dados já permitem perceber que uma política nacional de juventude deve compreender a área ministerial da Defesa como um dos eixos estratégicos para o desenvolvimento dos programas de ocupação, inserção e qualificação dos jovens brasileiros.

Notícias recentes informam sobre o lançamento de um grande projeto federal intitulado Soldado Cidadão e sobre a retomada da Operação Rondon, que tem clara interface com a área da educação, sobretudo em seu segmento universitário.

### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

- Propor às Forças Armadas, valorizando seu percurso de democratização e constitucionalização, que assumam um posto de destaque na proposição, implementação e consolidação das políticas de inserção

juvenil propugnadas neste documento.

- Implantar e ampliar, ano a ano, programas como o Soldado Cidadão, garantindo profissionalização e qualificação a todos os jovens incorporados no serviço militar obrigatório.
- Fortalecer e ampliar iniciativas como as que permitem às populações adjacentes utilizar os equipamentos esportivos, educacionais e de saúde das unidades militares.
- Oferecer e ampliar alternativas de trabalho e escolarização também ao segmento juvenil feminino.
- Redesenhar amplamente as características, a operacionalidade e os objetivos estratégicos de qualquer programa referenciado no Projeto Rondon, com vistas a valorizar seus aspectos positivos (integração nacional, entrosamento de jovens urbanos com condições socioeconômicas adversas, atendimentos emergenciais), sem repetir aspectos verticalistas e autoritários presentes naquela primeira experiência.
- Considerar a possibilidade de renomear esse programa com nomes que atualizem o ideário de integração, estudando também a hipótese de adotar denominações regionais pluralistas.
- Garantir que essa retomada envolva também os desenvolvimentos já introduzidos naquele programa, como as extensões universitárias e os campi avançados.
- Estudar possíveis mecanismos de vinculação entre o serviço militar obrigatório e o programa abrangente de escolarização, renda e trabalho social já sugerido (carro-chefe), de forma a flexibilizá-lo como espécie de serviço civil voluntário e alternativo.

## 4.23 – Jovens com deficiência

São várias e diversificadas as demandas das pessoas com deficiência, que hoje representam quase 15% da população do país (IBGE,2000). Segundo a pesquisa Retratos da Deficiência no Brasil (Fundação Getúlio Vargas e Fundação Banco do Brasil, 2003), metade da população tem algum tipo de deficiência visual, seguidos por deficiência motora e deficiência auditiva, com 176 mil pessoas surdas. O quarto lugar está com a deficiência mental. Questões relativas à acessibilidade e igualdade de oportunidades, e por conseguinte à democratização da diversidade humana, estão nas pautas diárias das entidades de e para pessoas com deficiência.

Ser jovem e ser deficiente apresenta-se, portanto, como uma dupla segregação, já que reúne duas dimensões hoje excluídas das políticas públicas em nosso país. As questões relativas à inclusão do jovem com deficiência exigem tratamento cuidadoso e diferenciado.

### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

- Garantir que o segmento jovem com deficiência seja sempre considerado nos contextos de caracterização da diversidade das juventudes brasileiras.
- Identificar as demandas específicas dos vários grupos que compreendem os jovens com deficiência.
- Trabalhar para que toda escola, do ensino fundamental ao superior, tenha equipamentos e pessoal capacitado para receber, sem qualquer outra distinção, alunos com qualquer tipo de deficiência.
- Assegurar condições necessárias para que o jovem com deficiência possa participar de eventos e encontros de discussões do seu interesse: intérpretes de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais),

material impresso em braille, acessibilidade física, entre outras.

- Reconhecer o acúmulo de discussões que as entidades de/para pessoas com deficiência trazem consigo no processo histórico e nas lutas, garantindo às mesmas participação na execução das políticas públicas.
- Integrar as políticas públicas voltadas para os jovens com deficiência, entre as diversas secretarias e ministérios.
- Respeitar o jovem surdo na sua diferença lingüística, compreendendo-o como sujeito de apropriação visual do mundo e não de apropriação auditiva.
- Inserir na grade curricular do ensino fundamental e médio, e nos cursos das áreas humanas e de saúde do ensino superior, a disciplina LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais (segunda língua oficial do Brasil, conforme Lei nº10.436/2002).
- Caminhar para que todas as instituições de ensino fundamental, médio e superior tenham intérpretes de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, material impresso em braille, acessibilidade física para jovens com deficiência motora, dentre outras adaptações que se façam necessárias, independente do número de estudantes.
- Criar Diretorias Regionais de Educação Especial em todos os Estados.
- Dar continuidade ao Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos ou outro equivalente, em que sejam garantidas a capacitação continuada para intérpretes e instrutores ou professores surdos de LIBRAS.
- Desvincular o atendimento clínico do atendimento pedagógico para jovens

surdos (designação abrangente, hoje adotada para abarcar os que antes eram chamados, inadequadamente, de surdo-mudos ou simplesmente mudos).

- Oferecer a modalidade seriada no ensino fundamental e médio, para turmas de jovens surdos, respeitando o seu direito de optar por salas especiais ou do ensino comum.
- Criar uma política de inclusão digital, com hardware e software adaptados aos jovens com deficiência.
- Criar uma política de educação profissional considerando a diversidade e especificidade de cada segmento dos jovens com deficiência, voltada à geração de renda e/ou inserção no mercado do trabalho.
- Incentivar a inserção dos jovens com deficiência no mercado de trabalho, atendendo, assim, à Lei nº 8.213/1991, que se refere às cotas para empresas que possuam número superior a 200 funcionários com percentuais que variam entre 3% a 5% do quadro funcional para pessoas com deficiência.
- Criar políticas de capacitação de profissionais para atuar no setor de esporte e lazer para jovens com deficiência.
- Investir em equipamentos públicos multifuncionais, que integrem esporte, lazer e cultura, para os jovens com deficiência no mesmo espaço que os jovens não-deficientes, para maior socialização entre eles.
- Integrar, reformular e adaptar, quando necessário, os Jogos da Juventude do Ministério dos Esportes, das Secretarias Estaduais e Municipais para o atendimento inclusivo aos segmentos de jovens com deficiência.





# 5 Sociedade civil

Já foi bastante reiterado neste documento o papel fundamental que cabe à sociedade civil brasileira na implementação de uma política nacional de juventude. Sem o engajamento de todas as forças vivas da nação, não será possível realizar as metas – ambiciosas, mas atingíveis – aqui sugeridas.

Foi reiterado, também, que os movimentos de juventude presentes nessa sociedade civil devem ser vistos como protagonistas de toda a formulação, implementação e ampliação dos programas e ações que materializam a referida política, em interação com os poderes do Estado.

Cabe fazer, agora, menção detalhada a determinadas áreas ou instituições que se destacam como atores essenciais em qualquer mobilização dirigida ao equacionamento de nossas graves desigualdades sociais, bem como orientadas no sentido do fortalecimento das instituições democráticas brasileiras.

Entre as mais conhecidas, merecem referência, em seus respectivos campos e atribuições, entidades de estatura nacional como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outras instituições que tiveram papel importante na reconstrução democrática. Todas elas, bem como centenas de organismos de representação de classe, movimentos sociais, centros de estudo e redes de atuação no terceiro setor estão convocados a conhecer a presente proposição direcionada à juventude, dialogando com ela.

Espera-se que este documento suscite discussão e interesse, estimulando novas iniciativas direcionadas à juventude – se possível, em consonância com a filosofia geral aqui explicitada.

Pela forte interseção com a vida e as mobilizações dos jovens, sete segmentos específicos da sociedade civil merecem, a seguir, uma abordagem mais pausada, em busca de uma compreensão mais profunda da temática juvenil e das responsabilidades e possíveis iniciativas que competem aos diferentes atores.

## 5.1 – ONGs - Organizações Não-Governamentais

O campo das ONGs é muito diversificado, incluindo associações com diferentes histórias, propósitos, perfis e trajetórias. Algumas carregam décadas de experiência, tendo, muitas vezes, a luta contra a ditadura como marco de sua origem. Outras nascem no período da redemocratização e buscam inserir temáticas específicas nas discussões sobre direitos. Outras, ainda, nascem nos anos 90, estimuladas pela possibilidade de parcerias com o poder público na execução de certas políticas. Algumas têm sua identidade marcada por um tema específico; outras, pelo território em que se inserem.

A origem de seus recursos financeiros é bastante diversificada: agências de cooperação internacional, institutos e fundações empresariais (nacionais e estrangeiras),

prestação de serviços, contribuição de sócios, venda de produtos. Enquanto algumas combinam essa diversidade, outras dependem exclusivamente de convênios com o poder público.

A juventude se torna um tema de ONGs em meados da década de 90, quando se percebe que a sociedade tinha quase nada a oferecer para as pessoas com mais de 18 anos. Dentro da diversidade de ação das ONGs, já exposta, algumas instituições começam a trabalhar com a juventude a partir do reconhecimento da sua especificidade e da invisibilidade de suas questões para a sociedade em geral, inclusive o poder público. Essas ONGs buscam, então, apoiar a organização e o fortalecimento de atores juvenis, sobretudo aqueles ainda não constituídos na cena pública.

É também nos anos 90 que aparecem diversos institutos e fundações empresariais pautando a atenção à juventude. Essas instituições buscam divulgar seus conceitos e diretrizes e marcam fortemente o trabalho das ONGs junto aos jovens. É nesse processo que se dissemina, por exemplo, o termo protagonismo juvenil, definindo um tipo de relação entre educadores e jovens, mas que é apropriado de diferentes formas pelas ONGs.

Nesse tempo, as ONGs acumularam experiências no trabalho junto a jovens, identificando características, questões e demandas até então pouco visíveis. Mais ágeis do que as estruturas do poder público, perceberam a importância e puderam experimentar, por exemplo, trabalhar com linguagens diversificadas, ressaltando a dimensão da comunicação e da cultura para os jovens, além da grande capacidade propositiva que os jovens manifestam nesse campo.

As ONGs possuem, no entanto, diferentes concepções sobre o caráter dessa participação e imprimem diferentes direções aos trabalhos que realizam junto aos jovens. Às vezes, o fomento à participação se dá na forma de incentivo ao voluntariado juvenil. Outras vezes, oferece-se aos jovens uma formação para que possam participar do enfrentamento de certas questões pré-definidas (jovens multiplicadores ou agentes do desenvolvimento local).

A formação dos jovens para realizar diagnósticos de questões de seu interesse e, a partir daí, atuar na elaboração e implementação de projetos, é outro caminho que vem sendo cada vez mais trilhado pelas ONGs. Existem também ações que procuram viabilizar e fortalecer a participação política dos jovens, oferecendo-lhes informações, conhecimentos e/ou recursos materiais.

Mais recentemente, diversos grupos juvenis – alguns, inclusive, originados do trabalho de ONGs – viram na sua institucionalização a saída para as principais dificuldades que enfrentam na viabilização de suas idéias, implementação de seus projetos e/ou interferência nos rumos dos trabalhos. Assim, temos hoje um novo tipo de organização que são as ONGs de jovens, partilhando simultaneamente as identidades de organização juvenil e de ONG.

Como se vê, é grande a diversidade das ONGs, bem como é grande a diversidade de conceitos e abordagens por elas propostos. No entanto, as diferenças e/ou divergências são pouco visíveis, uma vez que praticamente inexiste um debate público em torno dessas questões.

Na sua atuação junto aos jovens, dois importantes problemas vêm se colocando: de um lado, a descontinuidade do trabalho, uma vez que o recurso disponibilizado pelo financiador é quase sempre restrito a curtos períodos de tempo; de outro, as organizações que buscam fortalecer a participação social e política autônoma dos jovens encontram poucos financiadores dispostos a apoiar esse tipo de trabalho.

Algumas ONGs assumem o papel de atores da sociedade civil, envolvendo-se em ações de pressão para que o Estado exerça sua responsabilidade na garantia e efetivação de direitos; outras, muitas vezes dependendo exclusivamente dos recursos públicos para seu funcionamento, não mantêm essa mesma autonomia e restringem-se à prestação de serviços. No entanto, entre esses dois pontos extremados existem inúmeras ações de ONGs que, no diálogo com o poder público, contribuem e influenciam na formulação de políticas públicas.

Na perspectiva de oferecer boas experiências para impactar políticas públicas, algumas ONGs sistematizam e publicam seus aprendizados e ações, podendo inclusive prestar assessoria ao poder público na formação de seus quadros. No entanto, quando elas são oferecidas na forma de pacote, costumam enfrentar resistências dos profissionais que não participaram da elaboração da proposta. Buscando superar essa relação conflituosa, algumas interessantes parcerias têm sido construídas entre poder público e ONGs, nas quais ambos se envolvem em todas as fases do projeto, da elaboração da proposta à sua avaliação, mantendo o papel social de cada ator.

As ONGs têm sido, também, parceiras do poder público no estabelecimento do diálogo com os jovens, especialmente nos casos em que os governos tomam a iniciativa de constituir espaços específicos com esse fim – fóruns, conferências, redes, etc – no âmbito federal, estadual e municipal.

Com o desenvolvimento do ainda incipiente campo das políticas públicas de juventude, algumas ONGs já começam a estruturar meios de acompanhamento e monitoramento dessas políticas, de forma a oferecer informação mais qualificada para os atores envolvidos.

Assim, no campo das ONGs encontram-se experiências e conhecimentos que podem ser de grande contribuição para a constituição de políticas públicas que promovam direitos aos jovens.

### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

Como atores da sociedade civil, as ONGs podem contribuir de diversas maneiras para o desenho e implementação de políticas públicas de juventude:

- questionando publicamente a concepção de que os jovens são focos de problema e, em contraposição, afirmando-os como sujeitos de direitos;
- oferecendo aos jovens informações e conhecimentos, bem como recursos ma-

teriais e infra-estrutura que contribuam para o fortalecimento desses cidadãos no desenvolvimento de seus projetos;

- ampliando a capacidade de diálogo e influência junto à sociedade e ao poder público, além de fomentar a articulação em rede;
- realizando, se possível em parceria com o poder público desde o início, projetos de caráter experimental que possam ser aproveitados ou reeditados como política pública;
- sistematizando e divulgando suas experiências;
- participando de fóruns de diálogo com o poder público;
- atuando em redes e movimentos que pautem debates públicos;
- prestando assessoria ao poder público nos temas que fazem parte do universo de interesses e atuação dos jovens;
- estabelecendo parcerias com governos na concepção, implementação e avaliação de políticas específicas;
- monitorando e controlando socialmente o poder público;
- apoiando a criação e o fortalecimento de espaços de diálogo entre o poder público e os jovens;
- atuando na formação dos quadros técnicos e dos gestores das políticas;
- propondo, participando e fortalecendo espaços de diálogo tanto das organizações que atuam junto a jovens, como entre essas e o poder público;
- mantendo e efetivando em suas ações um compromisso com maior republicanação do Estado brasileiro;
- no caso de parcerias, exigindo do poder público transparência a fim de zelar pela aplicação criteriosa dos recursos públicos.

## 5.2 – Sindicatos de trabalhadores

A luta dos sindicatos brasileiros pela reconquista da democracia e pela ampliação dos espaços de participação cidadã teve poucas experiências comparáveis em importância no mundo.

Os sindicatos desempenharam papel decisivo no desafio ao regime militar, mobilizando centenas de milhares de trabalhadores em manifestações, greves e jornadas militantes. Deram seqüência e consequência a esse ciclo histórico engajando-se resolutamente, nos anos seguintes, em mobilizações políticas que contribuíram para a conquista da normalidade democrática de que o Brasil dispõe hoje.

Em anos mais recentes, já articulados e unificados em centrais sindicais, desenvolveram campanhas e mobilizações que superaram o âmbito corporativo, para se inscrever na pauta das jornadas nacionais em favor da inclusão social. Exemplos: arrecadação de alimentos durante a Campanha do Betinho, programas de alfabetização de jovens e adultos, iniciativas voltadas para crianças em condição de rua (Projeto Travessia, dos Bancários de São Paulo), mobilizações de combate ao racismo, campanhas de combate à Aids e várias outras.

Por isso, é justo atribuir aos sindicatos de trabalhadores uma parcela fundamental da responsabilidade pelo êxito da política nacional de juventude aqui proposta. Com seu engajamento pleno, estarão multiplicados os espaços e o potencial de sucesso dessa nova jornada estratégica de mobilização da cidadania.

Mas é necessário reconhecer as fragilidades atuais. São raros os sindicatos, mesmo na Central Única dos Trabalhadores (CUT), onde funciona regularmente um departamento ou setor juvenil. Os temas específicos que despertam interesse entre os jovens muitas vezes estão ausentes das pautas das campanhas salariais. Os boletins e informativos raramente adotam linguagem atraente para os jovens. Em muitas entidades, simplesmente inexistem as atividades culturais, esportivas e festivas que costumem

interessar aos jovens ainda não engajados na militância sindical, como shows e festivais de música, grupos teatrais, projeção de filmes, rodas de capoeira, campeonatos, torneios, acampamentos, atividades de lazer etc.

Em resumo, o cenário atual ainda é marcado por um certo conflito ou, pelo menos, por um distanciamento intergeracional nítido: muitos militantes e dirigentes mais antigos não priorizam a participação juvenil, adotam linguagem impermeável aos jovens, desconfiam de suas atitudes e, às vezes, expressam julgamentos carregando os mesmos preconceitos de que já foram alvo quando jovens: irresponsabilidade, irregularidade, superficialidade, individualismo etc. Nos congressos e grandes eventos sindicais, é nítida a queda percentual da participação dos jovens, numa comparação com as mobilizações – e fotografias – dos anos 70 e 80.

Propõe-se, para superar esse ambiente, introduzir nas práticas sindicais o mesmo princípio de transversalidade sugerido para as políticas públicas de juventude. As questões da juventude devem ser interligadas aos temas de gênero, raça e orientação sexual, e abordadas em todas as ações direcionadas a metas e conquistas de interesse da categoria profissional como um todo.

Além disso, é fundamental que as renovações de diretoria respeitem, como regra, a necessidade de incorporar lideranças das novas gerações, guardando proporção com a constante renovação etária que se passa na própria base profissional.

### Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude

- Criar ou reforçar em cada entidade sindical e nas diferentes centrais o departamento ou setor especificamente responsável pela questão juventude.
- Incorporar as bandeiras específicas dos jovens de cada categoria profissional em todas as campanhas salariais e negociações de acordos sobre os chamados direitos sociais.

- Destacar, nas mobilizações já em curso pela geração de emprego, as demandas especiais oriundas do segmento juvenil da população brasileira.
- Pressionar cada empresa a estimular seus jovens funcionários no prosseguimento da escolarização, com subsídios para pagamento dos cursos e flexibilização dos horários e jornadas.
- Assumir papel aglutinador nas respectivas bases territoriais em articulações e consórcios que tenham relação com programas como o Primeiro Emprego ou com a implantação do novo programa abrangente sugerido neste documento.
- Reforçar as mobilizações em defesa da aplicação e aprimoramento da legislação referente aos estágios profissionais, bem como aos sistemas legais de aprendizagem, nos termos defendidos pela Fundação Abrinq.
- Realizar com regularidade atividades de ordem cultural, esportiva e recreativa que se preocupem em despertar a participação dos jovens para a vida sindical, produzindo materiais específicos para esse segmento, como camisetas, bonés, folders etc.
- Reforçar em cada categoria e nas centrais sindicais a luta pela erradicação do trabalho infantil.
- Criar informativos, sites e boletins dirigidos especificamente aos jovens da categoria, ou colunas regulares nos jornais sindicais, adotando visual e linguagem adequados.
- Organizar ciclos de formação sindical específicos para os jovens, bem como campanhas de sindicalização dirigidas a esse segmento da categoria, preparando pesquisas e organizando bancos de dados para subsidiar um trabalho sindical de qualidade frente à questão.

## 5.3 – Empresas privadas

Para discutir a relação entre juventude e empresa, o Projeto Juventude propiciou o encontro de duas falas: a do jovem empresário que deseja ligar a estratégia corporativa da sua empresa aos conceitos de responsabilidade social; e a das empresas-juniores, ferramentas de extensão universitária que proporcionam ao estudante a aplicação prática de conhecimentos teóricos relativos à sua área de formação profissional específica.

O tema surgiu como desdobramento da percepção de que há um público jovem relacionado ao empreendimento nos setores comercial, industrial ou de serviços que não se enquadra no contexto da economia solidária, do cooperativismo ou do associativismo.

A responsabilidade social empresarial é entendida por esses atores juvenis como algo essencialmente diferente da idéia de filantropia, limitada às ações externas e assistenciais de determinada empresa. Por outro lado, a corresponsabilidade pelo desenvolvimento social e humano da localidade, do país e do mundo é estrutural no conceito de responsabilidade social.

Segundo definição do Instituto Ethos, “a empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e consegue incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas aos acionistas ou proprietários”.

Experiências de estágio são vistas pelas empresas-juniores como uma forma de cotejo entre o conteúdo que se aprende na sala de aula e a realidade. Como os processos são dinâmicos no mercado, o estudante que tem essas oportunidades tende a encarar a graduação com espírito crítico, sendo também capaz de, numa relação de mão dupla com as empresas e havendo um grau de confiança e autonomia da

parte delas, oxigenar as estruturas e as relações corporativas. O estágio e sua regulamentação tornam-se, assim, elemento importante no debate em torno das políticas públicas de juventude.

Como primeira preocupação dos jovens, aparece a necessidade de mudar certa visão, corrente entre as empresas, do estagiário como mão-de-obra barata, construindo-se uma outra, em que o estágio seja um momento importante como primeiro contato entre o profissional e a empresa.

Para o treinamento e encaminhamento de jovens ao mercado de trabalho, destacou-se a parceria entre organizações da sociedade civil como o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), empresas e os poderes públicos. Por intermédio da instituição citada, 251 mil jovens recebem bolsa-auxílio para cursos profissionalizantes ou atividades em programas de alfabetização de adultos, dentre outras.

Ainda nesse ponto, o cumprimento efetivo da Lei 10.097, ou “Lei do Aprendiz”, com sua divulgação nas empresas e universidades e a fiscalização por parte dos governos já traria avanços na relação entre educação e trabalho. Em conjunto com disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e do Estatuto da Criança e do Adolescente, essa lei constitui um patamar razoável para a garantia de acesso em condições adequadas do jovem à experiência de aprendizagem dentro das empresas, com prioridade aos conteúdos educativos.

Os estudantes universitários que preferem constituir seu próprio empreendimento, em vez de seguir carreira como executivos numa empresa, encontram dificuldades como a escassez de linhas de financiamento especialmente destinadas ao empreendedor jovem e a falta de redes de apoio técnico, logístico e de assessoramento.

Está colocado, ainda, o desafio de superar a idéia de que as empresas estão separadas do mundo político por um balcão de negócios, na acepção negativa da expressão. A participação política e social em sentido amplo, assim como o engajamento na busca

de soluções para as questões cruciais da atualidade (violência, desemprego, degradação ambiental etc.), é o melhor caminho para o surgimento de novos padrões de relação entre os setores público e privado.

Alguns exemplos de adesão de jovens empreendedores às recentes redes locais de organizações juvenis mostram que há sinergia entre as juventudes para afirmação de uma pauta jovem na agenda política nacional. Espera-se do poder público e das instituições reconhecidas da sociedade civil a atenção devida a essa pauta, através da discussão de seus pontos específicos – como a necessidade de apoio ao empreendimento jovem – e do desdobramento de ações concretas, muitas das quais já propostas pelos jovens.

#### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

- Aperfeiçoar o marco legal do estágio profissional, de modo a garantir direitos e oportunidades ao jovem para a capacitação para o trabalho.
- Promover, através de políticas públicas, a qualificação dos jovens para a inclusão no mundo produtivo, garantindo a erradicação do analfabetismo, a recuperação de escolaridade, a formação educacional e profissional de qualidade e a capacitação permanente.
- Elaborar políticas públicas que facilitem a geração de renda e incentivem a abertura de novos postos de trabalho no setor privado, público e comunitário tais como: primeiro emprego, estágio cidadão etc.
- Inserir os jovens através de políticas que incentivem a participação, o protagonismo juvenil, a solidariedade, o envolvimento com temas da comunidade local e a organização coletiva.
- Multiplicar e valorizar as experiências de empresas-juniões.

## 5.4 – Partidos Políticos

O desafio de elevar as questões juvenis à categoria de política de Estado exige um alto nível de diálogo e de co-responsabilidades entre os diversos atores jovens e não-jovens envolvidos na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas.

Nesse processo, os partidos políticos, através do esclarecimento de suas concepções de sociedade e de suas propostas para ela, são de fundamental importância. Partindo dessas premissas, o Projeto Juventude convidou as direções das juventudes partidárias, sem distinção de posicionamento no espectro político ou ideológico, a apresentarem suas formulações acumuladas sobre políticas de juventude.

Participaram da discussão as direções das juventudes do PCdoB, PDT, PMDB, PP, PSB, PSDB, PT e PV, além da JMR8 (Juventude do Movimento Revolucionário 8 de Outubro), SDE (Social Democracia Estudantil) e UJS (União da Juventude Socialista).

Foi surpreendente o elevado grau de acordo entre as diversas propostas apresentadas. Parte delas já aparece em outros capítulos deste documento, relacionados com educação, trabalho e saúde, por exemplo. Apareceu com muita força a idéia de que a questão juventude pode ser colocada acima das divergências políticas de ordem conjuntural (relação entre situação e oposição em cada nível federado).

Surgiu a idéia de se constituir um espaço político comum, ou um conselho das juventudes partidárias, onde se possa exercitar o diálogo permanente para construção de consensos que, consolidados, podem ser encaminhados pelos próprios jovens para a discussão com o conjunto de cada partido, inclusive com as bancadas parlamentares que exercerão o voto no exame legislativo de cada proposta.

Os jovens que optaram por participar da vida política ingressando em algum partido político enfrentam o estigma de que “a política é suja”; “é um lugar de gente desonesta”.

Superar esse preconceito tem se mostrado um dos maiores desafios dessas juventudes. Sua participação ativa nas instâncias partidárias com poder de decisão é o que, na opinião deles próprios, pode oxigenar a política dessas organizações, não apenas no sentido da renovação dos quadros, mas com a real incorporação das demandas juvenis às orientações e resoluções dos partidos.

Trata-se, pois, da necessidade de estabelecer um diálogo entre gerações que permita, em cada caso, o encontro entre a filosofia que determina as ações cotidianas de cada partido e as novas linguagens, comportamentos e formas de manifestação das suas juventudes. Como todo diálogo, requer inflexões de todos, sobretudo daqueles que ainda concebem esse setor como mera seção formadora de futuros quadros políticos.

Em muitas administrações municipais e estaduais já existem organismos de juventude. Os desenhos, porém – assessoria, secretaria, coordenadoria –, e a alocação deles dentro dos governos difere de município para município, ou de Estado para Estado, inclusive em administrações do mesmo partido.

Destacaram-se experiências de equipamentos públicos dirigidos exclusiva ou prioritariamente à população jovem, como os Centros de Referência da Juventude (CRJs) ou os parques da juventude. O compromisso assumido pelas juventudes dos partidos, em consonância com valores democráticos, foi o de não transformar tais espaços em aparelhos da política partidária.

Quanto ao desenho institucional de uma política nacional de juventude, o consenso aponta para a criação de um órgão do governo federal destinado a elaborar, executar e coordenar as ações governamentais relativas ao tema. Há quem defenda a criação de um ministério, uma secretaria especial ou até um instituto nacional de juventude. A participação da sociedade civil aparece sempre na forma de um conselho nacional de juventude, mas não se apresentou uma proposta acabada para a composição de tal conselho.

### Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude

- Institucionalizar a Conferência Nacional de Juventude, para que seja realizada periodicamente, sob responsabilidade da Câmara Federal, tendo como objetivo a avaliação dos programas e a oportunidade de se ouvir os jovens acerca de suas propostas de políticas públicas.
- Constituir um Conselho Político das Juventudes Partidárias.
- Criar um organismo federal para elaborar, coordenar e executar um plano nacional de políticas de juventude.
- Criar o Conselho Nacional de Políticas Públicas de Juventude.
- Consolidar espaços de participação da juventude nos municípios, nos Estados e em nível nacional.

## 5.5 – Universidade, ciência e tecnologia

A concepção de universidade e a política nacional de ciência e tecnologia de uma nação espelham seu projeto de desenvolvimento. A produção científica e tecnológica e o sistema de ensino superior devem estar inseridos na realidade e no processo de transformações em curso no Brasil. O desafio atual é construir um novo paradigma científico e tecnológico concatenado com as exigências de um plano de desenvolvimento que promova participação, redução das desigualdades e amplie as oportunidades de geração de renda.

Pensar em um novo projeto de universidade requer a recuperação e valorização da educação superior pública e gratuita, reafirmando-a como elemento estratégico para a sociedade brasileira. As atividades de pesquisa científica e inovação tecnológica são fundamentais para a agregação de valor a produtos e processos, e

têm reflexos diretos na economia, interferindo no mercado de trabalho, o que, por sua vez, afeta diretamente os jovens da geração atual.

O Brasil dispõe de 70 mil profissionais especializados envolvidos em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Economias semelhantes têm quatro vezes mais. Em nosso país, a expansão recente do ensino superior se fez principalmente no campo privado. Mas são os centros de pesquisa e as universidades públicas os principais responsáveis pela produção científica. Esse enfraquecimento compromete amplamente as possibilidades de inserção social dos jovens.

É preciso que a política nacional de ciência e tecnologia, os centros de pesquisa e as universidades brasileiras sejam tratados como assunto de Estado, que transcende períodos de governo. É absolutamente decisivo seu papel na construção de uma pioneira política nacional de juventude. Quase a totalidade dos corpos discentes é constituída de jovens, o que ocorre também com uma fatia já importante dos funcionários, técnicos e mesmo parcelas do setor docente. Sobretudo no campo do diagnóstico das questões pertinentes à juventude e do desenvolvimento de metodologias e propostas de ação no sentido de equacioná-las, esses dois setores ocupam um posto fundamental.

### Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude

- Efetivar a meta do governo atual de investir 2% do PIB em Ciência e Tecnologia até o final do atual mandato, com ampliação do número e do valor das bolsas de formação.
- Garantir condições de trabalho para a realização das pesquisas coordenadas pelos docentes universitários e para socialização de novas gerações através da iniciação científica, orientação de mestrado e doutorado.
- Expandir o ensino superior público (70% das matrículas são do ensino privado),



objetivando dobrar – com qualidade preservada e ensino presencial – o número de vagas nas instituições de ensino superior público até 2007.

- Expandir o ensino superior público noturno.
- Ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior com cotas para negros e reserva de vagas para estudantes oriundos da escola pública.
- Elaborar uma política de assistência estudantil como elemento indispensável para a permanência com qualidade e formação completa dos universitários (alimentação, saúde, moradia, transporte, acesso a equipamentos de informática).
- Elaborar um Plano Nacional de Extensão Universitária que aumente a capacidade de interface da universidade com a sociedade, de intercâmbios de saberes e capacidades entre jovens de diferentes universidades, regiões, escolaridades e renda.
- Incentivar a pesquisa articulada com a extensão universitária para promover projetos pedagógicos e práticas educativas renovadoras que motivem os alunos e estejam de acordo com a realidade.
- Envolver professores e estudantes universitários na erradicação do analfabetismo na juventude (1,2 milhões de jovens, 70% deles na região Nordeste).
- Ampliar os canais de participação de diferentes setores jovens nas universidades. Abrir a universidade, por meio de diferentes modalidades de acesso, às várias juventudes. Além dos cursos regulares, experiências de cursos de extensão têm ampliado o acesso aos patrimônios do conhecimento, assim como já existem experiências que facultam espaços e equipamentos das universidades para outros setores e movimentos juvenis.
- Desenvolver, com a coordenação das universidades públicas, um curso nacio-

nal de formação de jovens “educadores sociais” com o objetivo de responder, de maneira qualificada, às demandas de capacitação referentes a uma nova ocupação social consolidada na década de 90 (para trabalhar nos acampamentos e assentamentos rurais, em oficinas de hip hop, com meninos e meninas de rua, egressos da Febem, jovens que cumprem penas alternativas, em comunidades e em diferentes projetos culturais, de afirmação étnica ou de gênero etc).

## 5.6 – Igrejas e religiões

A religião, ao lado de outros recortes – de classe, de gênero, de raça ou cor, de local de moradia, de opção sexual, de estilo ou gosto musical – pode ser vista como um dos aspectos que compõem a grande diversidade da juventude brasileira.

Segundo o Censo 2000 do IBGE, 73,6% dos jovens de 15 a 24 anos se declaram católicos. Os evangélicos da mesma faixa etária seriam 14,2%, sendo 3,9% de denominações tradicionais e 10,2% de denominações pentecostais. Somavam 3,3% os jovens que declaram ter outras religiões, entre as quais as afro-brasileiras, o espiritismo kardecista e, minoritariamente, o budismo.

Esses números não diferenciam muito os jovens dos brasileiros de outras faixas etárias. Ao contrário, demonstram que os jovens acompanham mudanças recentes que tornam o campo religioso brasileiro mais diversificado e plural, o que tem implicado em diminuição crescente dos que se declaram católicos.

Já os jovens que se declaram “sem religião” (9,3%) se afastam um pouco mais da soma relativa a outras faixas etárias (7,4%). No Censo, não havia uma segunda pergunta sobre religião que permitisse aferir quantos desses jovens tinham crenças em forças espirituais, ainda que não possuíssem vínculos com

instituições religiosas, e quantos destes jovens se consideravam ateus ou agnósticos.

Três anos depois, a pesquisa realizada pelo Projeto Juventude confirmou e acentuou as tendências identificadas pelo Censo de 2000. Cerca de 65% dos jovens entrevistados em todo o país se declaram católicos, 20% se declaram evangélicos, sendo 15% pentecostais e 5% não pentecostais (e aqui houve ainda outros 2% de outras igrejas cristãs). Os espíritas e os jovens que se declaram adeptos das religiões afro-brasileiras somaram 3%. Nessa mesma pesquisa, 10% dos jovens declararam “acreditar em Deus, mas não ter religião” enquanto apenas 1% se refere a ateus e agnósticos.

Estas informações têm sido divulgadas pela mídia e, muitas vezes, despertam preocupações entre lideranças de movimentos juvenis organizados, pesquisadores e formadores de opinião. Tais preocupações revelam um pressuposto de que o crescimento das igrejas evangélicas pentecostais, o aumento de jovens carismáticos católicos, a visibilidade das crenças e práticas classificadas como “nova era” (mapa astral, búzios, tarô etc) refletem a falta de perspectiva do jovem de hoje e representam obstáculos para a participação social.

No entanto, no esforço de elaboração de políticas públicas para a juventude, existem outros ângulos a considerar: a) as religiões são fontes doadoras de sentido para a vida e o fato de tantos jovens brasileiros (quase 90%) estarem vinculados a instituições religiosas e outros tantos (quase 10%) acreditarem em Deus, mesmo sem estar ligados a uma religião específica, revela uma dimensão preponderante do imaginário e da visão do mundo dos jovens de hoje; b) as instituições religiosas produzem grupos e espaços para jovens onde são construídos lugares de agregação social, identidades e formam grupos que são contabilizados na composição do cenário da sociedade civil; c) fazendo parte destes grupos, motivados por valores e pertencimentos religiosos, jovens de diferentes gerações têm atuado no espaço público e fornecido militantes para sindicatos, associações, movimentos e partidos políticos;

d) finalmente, expressando vínculos institucionais ou apenas crenças mais difusas, nos últimos anos a linguagem religiosa se faz presente em muitas expressões juvenis na área de arte e cultura.

Na dimensão da militância político-religiosa, destacam-se hoje, nos espaços da Igreja Católica, a Pastoral da Juventude, grupos de jovens ligados a outras pastorais, a rede MINCA e o Movimento Mística e Revolução (MIRE). No mundo evangélico, destacam-se grupos como a Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB), assim como os grupos de jovens luteranos, metodistas, batistas, presbiterianos, das Assembléias de Deus, entre outros. Mas há também registros de jovens de religiões afro, jovens carismáticos, pentecostais e outros identificados com cosmologias orientais ou esotéricas que se dispõem a participar de grêmios escolares, ações comunitárias, campanhas pelo meio ambiente, pela paz etc.

#### **Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude**

- Incentivar a divulgação de conteúdos sobre a história das religiões, o papel das religiões na sociedade brasileira e sobre a liberdade e o respeito à diferença religiosa como requisito da democracia política.
- Trabalhar para que o ensino religioso na escola pública, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, seja realizado a partir de uma perspectiva ecumênica, de educação para valores, reafirmando a importância da tolerância, do respeito mútuo e do diálogo inter-religioso.
- Abrir espaços nos encontros de juventude para reflexões e celebrações macroecumênicas, buscando facilitar o diálogo entre jovens das religiões afro-brasileiras, espíritas, evangélicas e católicas, entre outras. Não se trata de esconder ou minimizar as diferenças e as disputas no campo religioso, mas de explorar

valores comuns que possam influenciar positivamente a prática social.

- Considerar a presença de jovens de diferentes religiões (no país, nos Estados, nas cidades, nas comunidades) como um dos vetores da diversidade da juventude brasileira. Em certos contextos, e para certos temas, esse recorte pode enriquecer o debate e aumentar a representatividade de colegiados, conselhos e conferências. Há experiências bem sucedidas em conferências de cidades e fóruns comunitários (nas favelas e periferias) que contaram com as entidades religiosas, igrejas e jovens de diferentes religiões entre as instituições locais reunidas.
- Considerar o recorte religioso e a presença de jovens de diferentes religiões em situações de grande vulnerabilidade social ou em espaços de reclusão ou liberdade restrita (abrigos, cadeias, etc) visando à criação de programas de solidariedade social que minimizem o impacto do narcotráfico e do tráfico de armas.

## 5.7 - Mídia e comunicação

A pesquisa quantitativa nacional do Projeto Juventude enfatizou através de números o que já saltava aos olhos: a TV é a principal forma de lazer e de informação de boa parte da população jovem brasileira. Sem acesso a livros, revistas, cinema, teatro, internet e outros produtos da indústria cultural, e sem usufruir de uma boa escola – preocupações que devem ser consideradas nesse e em outros contextos – os jovens têm na televisão a mediação com o mundo próximo e distante. Por isso, e sem deixar de lado a preocupação com o acesso a outras formas de informação, é fundamental assegurar que a TV tenha maior qualidade.

Há questões referentes à mídia que afetam mais diretamente os jovens, como a maneira estereotipada com que são retratados. Os jovens negros, principalmente, são quase sempre

mostrados em situações desfavoráveis. Por outro lado, a juventude rural, os jovens indígenas e vários outros grupos praticamente não têm espaço. Nesse sentido, propostas de incentivo à produção de conteúdo nas diversas mídias – rádio, TV, jornais, revistas, Internet etc – pelos próprios jovens são bastante importantes. Também é preciso chamar a atenção para a abordagem irresponsável que alguns veículos adotam para questões como sexualidade e consumo.

Outras propostas de políticas públicas para a mídia e a juventude podem não estar diretamente ligadas aos jovens, mas certamente lhes dizem respeito. Um exemplo disso é a discussão das normas para concessões de rádio e TV. É evidente que o fato de poucos grupos terem a hegemonia sobre os meios de comunicação de massa acaba dificultando o acesso dos jovens a diferentes perspectivas – assim como dificulta a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

### Recomendações e propostas discutidas durante o Projeto Juventude

#### Educação para a mídia

- A escola deve preparar os alunos para serem bons críticos da mídia. Além de serem utilizados como instrumentos pedagógicos em sala de aula, a TV, revistas, jornais etc devem também ser objeto de estudo.
- A escola deve incluir em seu currículo a produção de programas de TV, rádio, revistas e páginas de internet.

#### Regulamentação

- Além das recomendações de horário que já existem, é preciso estabelecer, a partir de amplo debate com especialistas e com a sociedade civil, novos limites para a exibição de programas (e chamadas de programas) conforme o impacto que podem ter junto ao público jovem.
- Estabelecer sanções claras e progressivas.

vas para os veículos que tiverem condutas irresponsáveis, inclusive no que se refere à publicidade (de penalidades financeiras à suspensão da programação ou mesmo cassação da concessão).

- Criar conselhos e fóruns de consulta à sociedade, que tenham o poder de fiscalizar e opinar sobre a programação da TV. Eles seriam constituídos, conforme legislação específica, por representantes da sociedade civil, universidades, movimentos sociais e instituições relacionadas ao tema.
- O processo de licenciamento das emissoras comunitárias de rádio e TV, bastante ligadas aos jovens, precisa ser mais ágil e transparente, com critérios claros e coerentes, e prazos razoáveis.
- Estabelecer claramente a diferença entre “rádio pirata” e rádio comunitária: enquanto a primeira invade a frequência de uma rádio comercial ou ocupa um espectro do dial muito maior do que é permitido, a outra representa e presta serviços para a comunidade.
- Reservar espaços na TV aberta, seja ela comercial ou pública, para a veiculação da produção independente e jovem – de produtoras comerciais, comunidades, movimentos sociais e universidades.
- Regulamentar a programação das TVs universitárias de modo a garantir que elas sirvam como canal de comunicação, expressão e laboratório para alunos e professores, e não apenas como veículos controlados por reitores e diretores.
- Promover a regionalização da programação das grandes redes nacionais de TV, para permitir que a diversidade da cultura brasileira e, conseqüentemente, da cultura jovem brasileira, seja devidamente representada, além de propiciar a descentralização do mercado, criando empregos e oportunidades no Brasil todo.

- Garantir que todos os veículos de comunicação possuam um serviço de atendimento ao consumidor, com canais de reclamação divulgados clara e regularmente na própria programação, com obrigações previstas em lei quanto ao registro, tabulação e retorno das críticas e sugestões. Garantir também a existência de um ouvidor e um ombudsman.

#### Universalização dos acessos

- Viabilizar o acesso de um número maior de pessoas e, conseqüentemente, de jovens à TV fechada, com o objetivo de reduzir a diferença de oportunidades de informação de qualidade e entretenimento entre as classes de maior e menor poder aquisitivo.
- Fazer com que as TVs comerciais e públicas forneçam, mediante solicitação, cópias de seus programas para escolas públicas e bibliotecas.
- Modernizar as bibliotecas públicas, comunitárias ou ligadas a escolas e instituições, com a instalação de telecentros (computadores para acesso à internet, com auxílio de monitores), videotecas e a manutenção de um acervo atualizado de periódicos (jornais e revistas nacionais e estrangeiros).
- Instalar mais equipamentos públicos de acesso facilitado à internet (telecentros) no Brasil inteiro, em centros comunitários, clubes, parques, vias de acesso como o metrô etc, e prever que boa parte deles fique aberta até depois da meia-noite.
- Facilitar o acesso a computadores por meio de financiamentos, isenções, subsídios e incentivo à fabricação de equipamentos no Brasil. Difundir o software livre e o acesso por banda larga.

# 6

# Institucionalidade

## 6.1 – Organismos gestores do Executivo

A proposta de instauração de uma política nacional de juventude no âmbito federal, como já enfatizado, lança também aos governos estaduais e prefeituras municipais o desafio de se prepararem para conceber instâncias gestoras que dêem conta da tarefa de coordenar as políticas específicas de juventude.

Muitos Estados e municípios já possuem órgãos de governo que tratam especificamente do tema juventude. Alguns estão abrigados nas secretarias de esporte, lazer, educação ou em instâncias direcionadas à participação popular. Outros governos optaram por ligar suas coordenadorias ou assessorias de juventude diretamente aos gabinetes dos chefes do Executivo.

É certo que cada governo estabelece seus próprios princípios de organização institucional; porém, os debates e estudos do Projeto Juventude apontaram amplo consenso sobre a necessidade de políticas intersetoriais voltadas à questão do jovem, o que por sua vez requer órgãos articuladores específicos, vinculados o mais diretamente possível à autoridade do chefe de governo.

Nas pequenas e médias cidades – em que a existência de secretarias específicas por vezes onera demasiadamente o orçamento municipal – é importante que, mesmo locados em um órgão não-específico, os programas destinados à juventude adquiram o caráter de políticas transversais, em que as distintas áreas administrativas interajam e estabeleçam cooperação.

Nas grandes cidades e nos Estados, sugere-se planejar ações que capilarizem a formulação e execução das políticas públicas de juventude. Experiências bem sucedidas em alguns municípios e Estados brasileiros incluíram na descentralização administrativa a designação de agentes juvenis para o diálogo com grupos de jovens da área, aproximando-os do poder público.

Processo semelhante também ocorre em muitas cidades brasileiras com experiências de Orçamento Participativo (OP). Seja em um segmento específico para a juventude, seja buscando trazer os jovens à participação nas plenárias gerais, os OPs têm se consolidado como espaços de significativa interlocução entre o Estado e os atores políticos juvenis.

Para dar resposta urgente às necessidades dos jovens, os governos precisam consolidar instâncias de deliberação conjunta de políticas, destinando a elas os recursos orçamentários cabíveis. Isso deve ser feito levando sempre em consideração as características regionais de Estados e municípios, bem como a escala das ações públicas.

## 6.2 – Instâncias no Legislativo

A constituição de comissões parlamentares de juventude vem suprir, em parte, lacunas existentes nas legislações municipais, estaduais e federal, que tendem ainda a perceber os jovens vinculados principalmente às políticas de educação e trabalho, sem considerar a ampla diversidade da condição juvenil.

Surgidas nos Legislativos brasileiros a partir de 2001, as comissões de juventude vêm se consolidando como espaço de interlocução dos jovens com o poder público, com a mediação de vereadores e deputados. Pelo fato de a diversidade de organizações juvenis ser muito grande – o que dificulta a existência de fóruns comuns de discussão e reivindicação política – as comissões de juventude passam a ser também locais de encontro e articulação dos grupos e entidades.

Essa presença mais forte nos parlamentos tem contribuído para o surgimento de projetos de lei conectados com a realidade da juventude brasileira e com a diversidade de questões vividas em seu cotidiano. Amplia-se, desse modo, a visão dos parlamentares quanto à condição juvenil, o que enriquece o desenvolvimento da função legislativa no país.

As comissões de juventude contribuem na aproximação entre os jovens e as instâncias da política partidária, ajudando também a questionar a sisudez da maioria das casas legislativas. Nesse sentido, é importante fortalecer as comissões parlamentares de juventude e buscar torná-las espaços permanentes de participação juvenil.

## 6.3 – Legislação em debate

### 6.3.1 – Plano Nacional de Juventude

A iniciativa da Câmara dos Deputados em constituir uma Comissão Especial, em 2003, destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude indica a sensibilidade do Parlamento brasileiro para com a questão. A Comissão se propôs formular um plano nacional de juventude e buscou, para tanto, construir amplo processo de consulta à juventude em todos os Estados brasileiros.

O relatório preliminar da Comissão aponta caminhos para a elaboração de uma política nacional de juventude com base em audiências públicas realizadas com jovens, especialistas,

membros de ONGs e representantes de governos. Esse relatório preliminar foi o texto-base para a organização das Conferências Estaduais de Juventude, promovidas pela Comissão. As propostas tratam de educação, cultura, trabalho, cidadania e outros temas, e foram aprimoradas na Conferência Nacional de Juventude, realizada em Brasília no mês de junho de 2004.

A importância central de um plano nacional de juventude reside na possibilidade de se fixar um horizonte decenal para desenvolvimento da política nacional, de modo que esta não sofra interrupção quando houver alternância das forças políticas no poder, natural no processo democrático.

Interessa, em qualquer hipótese, que seja formulado um planejamento geral das políticas de juventude, fixando metas de médio e longo prazos e estabelecendo mecanismos permanentes de avaliação da sua eficácia. Devem ser indicados também os parâmetros de políticas estaduais e municipais de juventude, no sentido de se organizar, no menor prazo possível, uma verdadeira política nacional de juventude para todo o país.

### 6.3.2 – Legislação específica para a juventude

Há divergências entre os movimentos juvenis, ONGs, juventudes partidárias e militantes ligados à causa dos jovens acerca da necessidade de um estatuto ou de uma carta de direitos da juventude. Se, por um lado, há os que defendem uma legislação específica para tratar da condição juvenil no Brasil, em correspondência com as conquistas já asseguradas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), servindo-lhe de complemento e continuidade, por outro lado existe também o argumento de que poderá ser prematura uma elaboração do Legislativo que assuma desde já um desenho estatutário.

A criação do ECA foi fruto do acúmulo de pelo menos uma década de mobilização da sociedade civil organizada em torno da questão da criança e do adolescente. Embora o tema juventude tenha adquirido força na agenda da

sociedade brasileira, especialmente nos últimos meses, não parece haver atualmente nenhum fórum público que possa abrigar a construção de um estatuto da juventude refletindo uma ampla vontade política nacional. Mesmo promissor, o processo de constituição de fóruns desse tipo ainda é incipiente.

Os poderes legislativos do país, entretanto, ensaiam iniciativas para a criação de legislação específica de juventude que fortaleça os direitos dos jovens à proteção social e estimulem sua participação. Seja qual for o entendimento dos parlamentares, entendemos que os avanços legislativos devem ser acompanhados de amplos consensos que permitam sintonia entre o país legal e o país real. Trata-se de articular propostas viáveis que ajudem a sociedade brasileira a superar o costumeiro descompasso entre discurso e prática. Decisões apressadas podem comprometer a riqueza do processo em curso.

### 6.3.3 – Conselhos de juventude

É necessário institucionalizar canais de interlocução entre os jovens no debate para formulação de políticas públicas. Nesse sentido, as Conferências de Juventude, promovidas neste ano nos Estados brasileiros pela Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados, foram uma iniciativa relevante na constituição de um diálogo mais próximo entre o poder público e os jovens.

A existência de um fórum de participação permanente, que fortaleça a relação entre a sociedade civil e o governo, deve ser estudada e debatida com urgência. A criação de um conselho nacional de juventude, composto através de mecanismos a serem estabelecidos por meio de um diálogo com as próprias entidades e organizações juvenis, deve ter por objetivo propor, avaliar e fiscalizar a execução das políticas públicas de juventude.

Com isso, especialmente no que se refere às parcerias das organizações não-governamentais com os governos, torna-se possível superar o cenário atual em que à sociedade civil é destinada a mera execução dos projetos.

Abre-se uma nova relação, apoiada na co-responsabilidade entre sociedade civil e governo na própria elaboração das políticas públicas.

### 6.3.4 – Maioridade penal

O debate sobre a maneira de lidar com adolescentes infratores tem se empobrecido em torno da crença de que a redução da maioria penal, permitindo que adolescentes recebam condenação por atos criminosos, inibirá o seu envolvimento em delitos.

Nas discussões travadas no âmbito do Projeto Juventude, estabeleceu-se um consenso bastante forte na direção contrária. Embora se acredite que a análise e revisão constante da legislação também contribua para seu aperfeiçoamento, exige-se uma postura responsável quanto a essa questão. Não serão simples mudanças na lei que resolverão milagrosamente problemas complexos como o do envolvimento de adolescentes com o crime.

Reduzir a maioria penal não é uma bandeira compatível com o espírito geral e com a fundamentação conceitual sobre a juventude que inspira o presente documento. A questão deve ser focada na efetivação dos ditames do ECA, na totalidade do conjunto de direitos e na efetiva aplicação das medidas sócio-educativas ali propostas, dentro dos princípios e da integralidade pensada pelo Estatuto, e em consonância com os pressupostos do Estado de Direito.

Não se pode falar da ineficiência de uma legislação que nunca foi colocada em prática plenamente. A aplicação efetiva do ECA deve se converter em prioridade na agenda das políticas públicas para jovens abaixo dos 18 anos. Cabe fortalecer os conselhos de defesa dos adolescentes e dar visibilidade às boas práticas existentes – com bons resultados colhidos – de aplicação adequada de medidas sócio-educativas. Dessa forma, será viável fortalecer e aperfeiçoar o ECA, esclarecendo a população sobre a ineficiência da redução da maioria penal como inibidor das práticas criminosas entre os adolescentes.

## 6.4 – Inserção internacional

### 6.4.1 – Agências da Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem incorporado em suas missões a questão da juventude através de diversas agências como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), incluindo-se formalmente nesse leque instituições como o Banco Mundial.

Dessa forma, a ONU desenvolve um amplo arco de ações como pesquisas e composição de diagnósticos, organização de encontros e seminários, estruturação de programas, desenvolvimento de campanhas e ações de estímulo para que os países, através de seus governos, assim tratados em defesa dos jovens e os incluam como tema na definição de suas políticas.

Depois que a ONU instituiu o ano de 1985 como Ano Internacional da Juventude, o tema se fortaleceu na América Latina, inclusive para o desenvolvimento do debate a respeito de políticas de juventude e instrumentos institucionais necessários para sua efetivação.

Nestes últimos vinte anos, inúmeros eventos, conferências, encontros de cúpula e fóruns internacionais se realizaram para debater e definir diretrizes, metas e referências legais relativas à defesa da juventude, como a Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude, em 1998.

As agências das Nações Unidas buscam incorporar a participação de jovens nos debates e definições de suas declarações, apoiando a realização de encontros específicos e estimulando a presença de delegações juvenis em alguns de seus eventos gerais. Nesse sentido é que se tem desenvolvido o Fórum Mundial da Juventude do sistema das Nações Unidas.

O primeiro deles foi realizado em Braga, Portugal, em 1998 e agora caminha-se para sua quinta edição. Na mesma linha de avanços, realizaram-se em 2004 uma conferência africana da juventude, em Dacar, Senegal, para discutir as metas de desenvolvimento do milênio, e outra em Hiroshima, Japão, com a mesma finalidade e abrangência asiática.

O Brasil vem participando timidamente desses encontros internacionais, uma vez que não existe, ainda, uma instância específica para tal área no governo federal. Jovens brasileiros estiveram presentes nas delegações e fóruns mundiais, mas com pouca capacidade de representação e retorno dos debates ali realizados, uma vez que não se fizeram reuniões preparatórias nem a maioria das organizações juvenis do país se envolveu no processo.

### 6.4.2 – Federações internacionais, articulações, plataformas e redes

A articulação entre jovens em escala internacional e a realização de encontros regionais e mundiais têm longa história, que se processa em fóruns estudantis, culturais, políticos e de solidariedade.

Encontros como os festivais de estudantes e os festivais da juventude reúnem, periodicamente, desde meados do século passado, milhares de jovens de todos os países para intercâmbio cultural, debate e articulação política.

Mais recentemente, os Acampamentos da Juventude do Fórum Social Mundial têm se constituído como imensos congressos em que se encontram milhares de jovens, envolvendo tipos muito variados de organização, atuação e filiação política ou ideológica.

Existe também uma série muito diversificada de organizações e federações internacionais de jovens, como a Organização Continental Latino-Americana e Caribenha dos Estudantes (OCLAE), a Associação Cristã de Moços (ACM) e muitas outras, que visam interferir no debate de ações para jovens e/ou de políticas de juventude.



Algumas delas desenvolvem ações de caráter setorial e reivindicativo; outras, ações de solidariedade; outras ainda, de caráter político. Nessa última modalidade, existem organizações internacionais como a Internacional da Juventude Socialista (YUSI), a Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD) e a articulação entre juventudes comunistas.

Desenvolveram-se também fóruns e instâncias internacionais permanentes de organizações juvenis para buscar o fortalecimento de representações nacionais e constituir plataformas comuns de diretrizes e ações. Podem ser de âmbito regional ou continental, na forma de conselhos como o European Youth Council (Conselho Europeu de Juventude) ou plataformas como o Fórum Latino-Americano de Juventudes (FLAJ).

Mais recentemente, criaram-se novas redes, que buscam interligar diferentes tipos de associações e organizações juvenis, assim como indivíduos jovens, para a disseminação de informações, organização e desenvolvimento de campanhas e ações usando principalmente a internet como ferramenta. Essas redes buscam contribuir para o fortalecimento mútuo e a participação nos fóruns de debates internacionais, como os que são promovidos pela ONU.

Organizações juvenis brasileiras têm participado de algumas entidades internacionais (como a OCLAE), internacionais partidárias, de redes; têm enviado delegações para os festivais e conferências e têm vivido intensamente a experiência dos Acampamentos, uma vez que as primeiras edições do Fórum Social Mundial se realizaram no Brasil. Mas não participam dos organismos permanentes regionais e continentais, como a FLAJ, por não contarem com conselhos ou plataformas nacionais.

É importante registrar, a respeito desse amplo leque de formas e concepções de articulação internacional, que a diversidade – elemento estruturante da condição juvenil – não se restringe ao cenário brasileiro, como é óbvio. Se a diversidade e a pluralidade são assumidas como dimensões intrínsecas – e positivas – da juventude, conclui-se pela necessidade de recomendar aos jovens brasileiros um esforço para identificar todas essas siglas e instrumentos transnacionais, como forma de enriquecer o campo de conhecimentos, organizar intercâmbios e fortalecer as mobilizações e conquistas da juventude em todos os cenários.



# 7 O que foi o Projeto Juventude

A articulação de um extenso diálogo nacional para estimular a troca de conhecimentos e experiências entre variados segmentos que se vinculam à temática juventude foi o elemento central da metodologia adotada no programa ora concluído.

Não é a primeira vez que se realiza em nosso país um estudo amplo sobre a questão. Há muito tempo, no espaço da universidade e dos vários organismos relacionados com jovens, centenas de estudos, pesquisas e livros vêm avolumando um acervo que já é bastante consistente.

Faltava, no entanto, promover um programa inovador de trabalho, que aproximasse e interligasse instrumentos de estudo e atores que, em regra geral, pouco se conhecem, pouco se encontram, pouco interagem. E o que é mais grave: muitas vezes se dão as costas, quando é preciso somar energias para atingir objetivos que são comuns a todos.

Além disso, faltava também um empenho mais concentrado na delimitação de margens entre os temas juventude e infância, por mais evidentes e necessários que sejam os vínculos existentes entre ambos.

A questão da infância e da adolescência já havia conquistado um espaço nítido no panorama brasileiro, a partir de meritórios trabalhos desenvolvidos no âmbito da sociedade civil e pelo debate público que culminou com a conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tratava-se de garantir ao tema juventude uma expressão correspondente, sem ignorar a importância primordial das políticas de proteção à infância e à adolescência, que em regra abrangem até a idade máxima de 18 anos.

Assim, o Projeto Juventude foi estruturado como conjugação entre alguns eixos paralelos e simultâneos de trabalho, representando, cada um deles, um programa delimitado de acumulação de informações, análises e propostas. O presente documento buscou sistematizar as conclusões básicas que podem ser extraídas como convergência entre esses distintos cursos de elaboração.

Como coordenação geral de todo esse programa, reuniu-se no Instituto Cidadania, a cada três semanas, desde junho de 2003, uma plenária que teve entre 30 e 50 participantes, entre jovens e não-jovens dedicados a essa área de trabalho. O rico leque de entidades, movimentos, instituições públicas e ONGs representado nessas 18 pequenas assembléias está registrado na página de créditos deste caderno, a ser lida com atenção.

A pluralidade de enfoques e as colidentes apreciações de ordem política ou conceitual manifestadas sobre as questões da juventude, longe de se converterem em impasse bloqueador do Projeto, valeram como sua grande riqueza.

O reconhecimento do interlocutor como alguém que pensa diferente, mas está movido por crenças, convicções ou éticas legítimas – base da convivência democrática – funcionou como regra para viabilizar a construção de consensos, contornando divergências que são importantes e que certamente seguirão existindo.

Na medida em que tais plenárias, mesmo ricas em diversidade, estavam longe de representar toda a amplitude do arco de instituições e movimentos voltados à juventude, buscou-

se equacionar essa limitação convidando representantes de vários outros organismos a virem expor suas propostas e análises nessas reuniões.

Um pequeno grupo executivo do Projeto Juventude foi a campo para complementar o circuito de interlocuções e para solicitar oficialmente a colaboração de especialistas e instituições importantes como a Unesco, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Unicef, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e diversas ONGs reconhecidas por seu trabalho na área.

Nas distintas etapas do programa, houve preocupação em respeitar a premissa metodológica de que cabe aos próprios jovens um papel protagonista na condução de toda discussão para definir as políticas públicas, e mesmo as iniciativas não-governamentais voltadas para as demandas da condição juvenil. Tudo em consonância com o slogan várias vezes reiterado ao longo dos seminários e debates: “nada a nosso respeito sem nossa participação”. O que não significa, é claro, acolher visões maniqueístas que mistificam os jovens como se fossem seres imunes a contradições e fragilidades. Nem considerar todos os não-jovens, preconceituosamente, como nada tendo a dizer sobre o assunto.

O trabalho desenvolvido em cada um dos eixos referidos é resumido a seguir.

## 7.1 – Seminários, oficinas e encontros temáticos

Foram organizados, sempre em parceria com atores e poderes públicos locais, dez seminários em diferentes Estados, 20 oficinas ou eventos de discussão temática, e um seminário internacional com participantes de 17 países. Pelo menos 3.000 pessoas, jovens em sua maioria, tiveram a oportunidade de participar diretamente desses encontros, contribuindo nos debates, trazendo experiências, oferecendo idéias e propostas.

Os seminários reuniram em média 100 pessoas. Jovens ligados a distintas áreas de participação, autoridades do Executivo federal, estadual e municipal, especialistas, parlamentares e membros de entidades locais relacionadas com a questão foram expositores nesses encontros, em painéis ou mesas de debate. Como regra geral, as autoridades presentes correspondiam a posicionamentos distintos no espectro partidário, para que governo e oposição, em cada contexto, fossem convidados a explicitar suas divergências e buscar campos de consenso em torno do desafio comum presente no tema juventude.

Trabalho, educação, cultura e participação foram uma espécie de fio condutor dos assuntos abordados em todos os eventos. Em cada localidade, painéis aprofundaram temas apontados pelos parceiros locais como prioridades emergentes no contexto da região: esportes, questão de gênero, meio ambiente, violência, juventude no meio rural, empreendedorismo, saúde, educação para o trabalho, papel dos gestores públicos de juventude etc.

O Seminário Internacional, promovido em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), reuniu 300 jovens de todo o Brasil para debater as análises e proposições de representantes de 16 outros países – África do Sul, Alemanha, Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Itália, México, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai –, entre especialistas e membros de ONGs, centros de estudos, associações, redes e plataformas de juventude.

Dos vários temas focalizados no Seminário Internacional com vistas a reunir subsídios para a formulação de novas políticas públicas de juventude em nosso país, cabe destacar a panorâmica avaliação trazida pelos visitantes sobre a diversidade de organismos gestores existentes nas diferentes realidades nacionais. Com oscilações no equilíbrio entre aspectos favoráveis e desfavoráveis, foram relatadas experiências de países onde existe um ministério voltado à questão, onde existem secretarias,

coordenadorias e institutos com atribuições equivalentes, e mesmo onde não existe nenhum organismo nacional centralizador, não obstante serem desenvolvidas importantes políticas de juventude em âmbito local ou regional.

As oficinas e os encontros temáticos responderam à necessidade de aprofundar a discussão de aspectos específicos em que os debates realizados nos seminários não haviam sido conclusivos. As oficinas temáticas consistiram em reuniões de menor duração, com equipes mais restritas de jovens e especialistas diretamente relacionados com os temas de cada sessão.

A dinâmica predominante foi localizar, com objetividade, as principais controvérsias em torno de cada tema e sistematizar as formulações e propostas a serem incorporadas neste documento de conclusão.

Fugindo ao formato padrão, alguns desses 20 encontros constituíram momentos diferenciados de mobilização e debate entre jovens, mas que também serviram ao processo de acumulação de informações e análises pretendido pelos seminários e oficinas.

Cabe registrar, como exemplos, a Marato-

na da Juventude, realizada em parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que teve a participação do ministro da Cultura, Gilberto Gil e reuniu cerca de 1000 jovens; o *workshop* de três dias, sobre Juventude e Trabalho, promovido em Santos em parceria com a Fundação Friedrich Ebert e com a ONG Ação Educativa; o painel sobre estratégias de ação para a juventude, promovido em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reunindo 600 jovens durante o Fórum Social Brasileiro, em Belo Horizonte (MG); e o encontro temático sobre juventude e desigualdades raciais, realizado em Diadema, em parceria com a prefeitura local, com a presença da ministra Matilde Ribeiro.

Merecem referência, ainda, a realização de um painel de discussão com a direção ampliada da UNE, em São Paulo, em 6 de março de 2004, focalizando o tema juventude e universidade, bem como a organização de um estande no Fórum Mundial de Educação realizado em São Paulo, de 1º a 4 de abril de 2004, onde o Projeto Juventude foi apresentado a mais de 800 visitantes.

SEMINÁRIOS		
LOCAL	DATA	PARCERIA/APOIO
1. Recife (PE)	14 de novembro de 2003	Prefeitura de Recife
2. Goiânia (GO)	22 e 23 de janeiro de 2004	Prefeitura de Goiânia
3. Rio de Janeiro (RJ)	29 e 30 de janeiro de 2004	Ibase, Iser/Assessoria, Comissão de Direitos Humanos da Alerj, Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF
4. Chapecó (SC)	5 e 6 de fevereiro de 2004	Prefeitura de Chapecó
5. Teresina (PI)	11 e 12 de fevereiro de 2004	Governo do Estado do Piauí
6. Brasília (DF)	18 de fevereiro de 2004	Sebrae
7. Porto Alegre (RS)	4 e 5 de março de 2004	Prefeitura de Porto Alegre
8. Belo Horizonte (MG)	12 e 13 de março de 2004	Prefeitura de Belo Horizonte
9. Belém (PA)	20 e 21 de março de 2004	Prefeitura de Belém
10. Vitória (ES)	25 e 26 de março de 2004	Governo do Estado do Espírito Santo e Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo
11. Seminário Internacional em São Paulo (SP)	15 a 17 de abril de 2004	PNUD

OFICINAS			
TEMA	LOCAL	DATA	PARCERIA/APOIO
1. Paineis no Fórum Social Brasileiro	Belo Horizonte	7 de novembro de 2003	UNE, CUT e MST
2. Maratona da Juventude no ABC	São Bernardo do Campo	14 de novembro de 2003	Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
3. Encontro "Mulheres jovens: demandas para as políticas públicas"	Rio de Janeiro	25 de novembro de 2003	Fundação Friedrich Ebert Stiftung/Ildes
4. Encontro temático "Juventude e desigualdades raciais"	Diadema	6 de dezembro de 2003	Prefeitura de Diadema
5. Oficina "Juventudes, mundo do trabalho e o Primeiro Emprego"	Santos	10 a 12 de dezembro de 2003	Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert Stiftung/Ildes
6. Oficina temática: Cultura	Instituto Cidadania	12 de abril de 2004	—
7. Oficina temática: Sexualidade	Instituto Cidadania	12 de abril de 2004	—
8. Oficina temática: Mídia	Instituto Cidadania	23 de abril de 2004	—
9. Oficina temática: Esporte	Instituto Cidadania	26 de abril de 2004	—
10. Oficina temática: Saúde	Instituto Cidadania	27 de abril de 2004	—
11. Oficina temática: Juventudes partidárias	Congresso Nacional	5 de maio de 2004	—
12. Oficina temática: Trabalho	Instituto Cidadania	10 de maio de 2004	—
13. Oficina temática: ONGs	Instituto Cidadania	12 de maio de 2004	—
14. Oficina temática: Mulheres jovens	Instituto Cidadania	13 de maio de 2004	—
15. Oficina temática: Drogas	Instituto Cidadania	14 de maio de 2004	—
16. Oficina temática: Espaço urbano	Instituto Cidadania	18 de maio de 2004	—
17. Oficina temática: Ensino médio	Instituto Cidadania	20 de maio de 2004	—
18. Oficina temática: Juventude e empresas	Faculdades Trevisan - São Paulo	20 de maio de 2004	Faculdades Trevisan
19. Oficina temática: Juventude e a questão racial	Instituto Cidadania	20 de maio de 2004	—
20. Oficina temática: Violência, segurança e jovens em conflito com a lei	Instituto Cidadania	24 de maio de 2004	—

## 7.2 – Site

O espaço de internet acessado pelo endereço eletrônico [www.projetojuventude.org.br](http://www.projetojuventude.org.br) foi um instrumento valioso de divulgação pública de todas as atividades desenvolvidas. A cada dia se renovaram nessa página notícias envolvendo os passos dados em cada um dos eixos de trabalho, textos de referência, dados e pesquisas sobre o tema.

O site foi também um espaço de discussão (fórum, chat e oficinas virtuais) e de

pesquisa não-sistemática (enquetes) sobre questões conjunturais de importância para os jovens, como trabalho, sistemas de cotas, passe livre, drogas, desenho institucional dos organismos gestores, prioridades das políticas públicas de juventude etc.

Em sua fase consolidada, o site chegou a ser visitado por 10.000 pessoas num único mês, alargando significativamente o contingente de jovens incorporados à dinâmica de debate e de construção de propostas consensuais.

## 7.3 – Mapeamento e rastreamento

Outro importante eixo de desenvolvimento do Projeto Juventude foi o trabalho de busca e coleta de um expressivo acervo documental que possa estar disponível para todos os interessados em aprofundar seu conhecimento ou especialização na área.

Estabelecendo conexões (*links*) com alguns dos mais conhecidos centros de estudo ou de atividades relacionados com a questão dos jovens no Brasil, esse trabalho reuniu mais de 1000 documentos sobre juventude, entre livros, artigos, teses de pós-graduação, revistas, textos legais e relatórios que, em grande parcela, podem ser localizados em arquivo eletrônico no próprio site do Projeto Juventude.

## 7.4 – Pesquisa quantitativa nacional

O Projeto Juventude firmou parceria com o Sebrae Nacional e com o Instituto de Hospitalidade para promover a mais abrangente e extensa pesquisa quantitativa sobre os jovens já realizada no Brasil.

Esse trabalho foi realizado sob a responsabilidade técnica da Criterium Assessoria em Pesquisas e apoiou-se, como ponto de partida, na pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 1999 nas nove regiões metropolitanas brasileiras, marco anterior mais significativo nesse campo.

A pesquisa envolveu 3501 entrevistas em todas as regiões do país, incluindo capitais, cidades de médio e pequeno porte, e áreas rurais. O questionário foi definido a partir de várias discussões e consultas à plenária do Projeto Juventude, totalizando 158 perguntas destinadas a investigar a realidade dos jovens em aspectos como trabalho, educação, renda, condições sociais e hábitos, e também para recolher opiniões, crenças, esperanças, expectativas e valores relativos à percepção predominante sobre o que é ser jovem e quais os aspectos positivos e negativos sentidos por quem vive tal condição.

Os resultados dessa pesquisa, organizados em mais de 600 tabelas, cujos dados podem ser desdobrados, por cruzamento, até atingir número três vezes superior, começaram a ser divulgados nacionalmente a partir de abril de 2004, reforçando a veiculação de matérias, análises, entrevistas e programas sobre o assunto nos grandes meios de comunicação de massa.

## 7.5 – Pesquisa qualitativa

Foram organizados 12 grupos focais no mês de maio de 2004, sendo quatro em São Paulo, quatro em Porto Alegre e quatro em Recife, para colher opiniões que se fazem necessárias para uma interpretação mais segura do volumoso conjunto de respostas propiciadas na pesquisa quantitativa nacional.

O roteiro dos grupos dessa pesquisa qualitativa priorizou o detalhamento das percepções juvenis quanto às questões do trabalho, da educação, da cultura e lazer, culminando com indagações sobre suas expectativas frente às políticas públicas direcionadas aos jovens.

## 7.6 - Pesquisa participante

Com o objetivo de ampliar as possibilidades de participação juvenil no processo de produção e sistematização de conhecimento sobre a juventude brasileira, o Projeto Juventude incentivou jovens de todo o país a recolher, voluntariamente e com metodologia adequada, histórias de vida e participação social ou política de outros jovens.

Um roteiro básico de questões e orientações para as entrevistas foi adotado, de forma a tornar as narrativas comparáveis entre si. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

A idéia foi recobrir diferentes perfis nos mais variados espaços de convivência, como movimentos sociais, igrejas, rádios comunitárias, escolas, fábricas, grupos culturais, grupos esportivos, partidos, sindicatos e vários outros em todas as regiões do país. A coleta ultrapassou a casa das 140 entrevistas, registrando a riqueza e a diversidade da juventude brasileira.

## 7.7 – Organização de três livros

O Projeto Juventude concebeu ainda a organização de três livros para serem comercializados regularmente nas livrarias do país, editados pela Editora Fundação Perseu Abramo.

O primeiro deles, Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação, reúne 13 ensaios encomendados a reconhecidos estudiosos de campos disciplinares variados: economia, sociologia, antropologia, psicanálise, educação, filosofia e ciência política.

A obra oferece um painel pluralista dos aspectos singulares, da diversidade e também dos liames que compõem a contraditória identidade juvenil. Vale como rica fonte para quem está interessado em ir além dos mitos e do senso comum que costumam recobrir a visão sobre os jovens: riscos e perigos; necessidade de preencher o tempo dos jovens como precaução; ociosidade; desinteresse; irresponsabilidade; o estigma preconceituoso da alienação e a pecha de auto-centrados.

O segundo livro, Retratos da Juventude Brasileira – análises de uma pesquisa nacional, é uma coletânea de 14 estudos que se concentram em interpretar e escavar detalhadamente os múltiplos resultados da pesquisa quantitativa nacional promovida no Projeto Juventude. Buscou evitar uma lacuna presente na maioria das pesquisas mais extensivas realizadas no

Brasil: forte desnível entre a profusão dos dados estatísticos colhidos no trabalho de campo, envolvendo altos custos, e a exigüidade das análises especializadas extraindo do material bruto pistas e conclusões pertinentes.

Para tanto, outro leque de estudiosos foi chamado a se debruçar sobre as áridas tabelas da pesquisa quantitativa, discutindo seus resultados, comparando-os com registros anteriores, procurando detectar tendências e extrair as possíveis conclusões em cada uma das áreas de abordagem: trabalho, educação, renda, questão racial, gênero, saúde, hábitos, cultura, vida familiar, sexualidade, religiosidade, participação e várias outras.

O terceiro livro, Trajetórias Juvenis – narrativas de participação, corresponde ao eixo pesquisa participante do Projeto Juventude. Conforme já foi explicado, estimulou-se os próprios jovens, das várias regiões do Brasil e vinculados a distintas áreas de atuação a recolherem uma descrição – metodologicamente orientada – sobre a trajetória de cada um, suas origens, sua vida familiar, experiência de trabalho e escolar, que tipo de participação desenvolve, como se sente nisso, aonde pretende chegar. O livro busca registrar e refletir sobre essa fascinante diversidade, bem como sobre os expressivos aspectos de identificação sempre presentes.

Completo-se, assim, um triângulo de elaboração intelectual sobre o tema juventude. O primeiro livro gerou um caleidoscópio de ensaios gerais – abertos e amplos – sobre questões mais universais na realidade do jovem. O segundo buscou extrair conclusões dinâmicas e ler os principais desafios implícitos no monumental conjunto de dados numéricos colhidos na pesquisa quantitativa. O terceiro assegurou um pilar que não poderia faltar num processo consistente de produção de conhecimento científico sobre os jovens: a voz, a narrativa, a visão dos próprios sujeitos históricos dessa condição social específica e transitória.

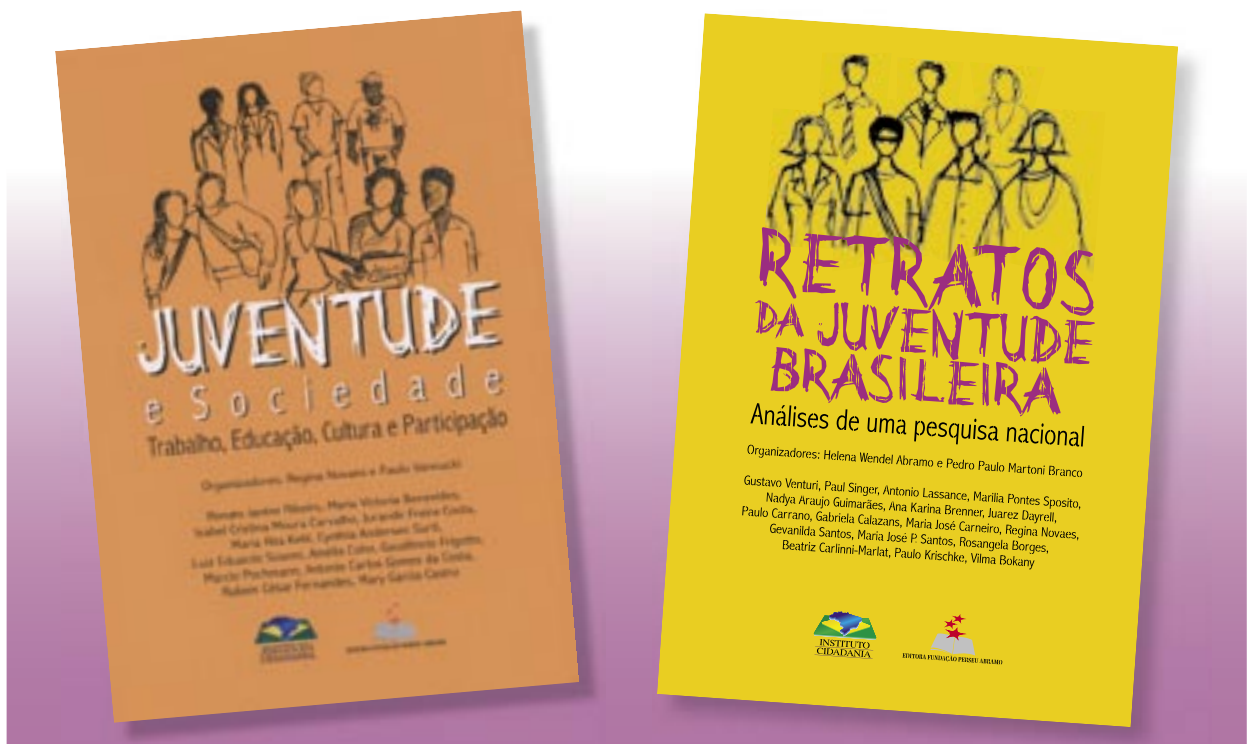


## 7.8 – Publicações

O produto final de todo o programa de trabalho do Projeto Juventude está constituído por 12 publicações, incluído este documento de conclusão, que correspondem a uma rica fonte de informações e dados para estudos sobre o tema. São elas:

1. Volume apresentando os dados da pesquisa quantitativa nacional, bem como o relatório dos grupos de pesquisa qualitativa.
2. Volume com o registro editado dos 10 seminários realizados nos Estados.
3. Volume com o registro traduzido e editado do Seminário Internacional realizado em São Paulo.
4. Volume com o registro editado das 20 oficinas e encontros temáticos.
5. Volume com o registro editado das 18 plenárias de coordenação.
6. Volume registrando o conteúdo veiculado pelo site do Projeto.
7. Volume com o índice do acervo de documentos localizados no trabalho de mapeamento e rastreamento.
8. Volume com registro integral das narrativas colhidas como pesquisa participante.
9. Livro Juventude e Sociedade – trabalho, educação, cultura e participação.
10. Livro Retratos da Juventude Brasileira – análises de uma pesquisa nacional.
11. Livro Trajetórias Juvenis – narrativas de participação.
12. Documento de Conclusão do Projeto Juventude, que teve uma versão inicial para receber complementações e ajustes, em junho de 2004, e o presente texto consolidado, concluído em dezembro do mesmo ano.

## LIVROS JÁ PUBLICADOS





# 8

# Créditos

## Expositores

**Ministro Gilberto Gil**

Ministro da Cultura

**Ministro Luiz Dulci**

Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil

**Ministra Matilde Ribeiro**

Ministra da Secretaria Especial Políticas de Promoção da Igualdade Racial

**Ministro Patrus Ananias**

Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**Governador Wellington Dias**

Governador do Estado do Piauí

**Prefeito Fernando Pimentel**

Prefeito de Belo Horizonte

**Prefeito João Avamileno**

Prefeito de Santo André (SP)

**Prefeito João Paulo Lima e Silva**

Prefeito de Recife

**Prefeito João Verle**

Prefeito de Porto Alegre

**Prefeito José de Filippi Júnior**

Prefeito de Diadema (SP)

**Prefeita Luciana Santos**

Prefeita de Olinda

**Prefeita Maria Inês Soares Freire**

Prefeita de Ribeirão Pires

**Prefeita Marta Suplicy**

Prefeita de São Paulo

**Prefeito Pedro Uczai**

Prefeito de Chapecô

**Prefeito Pedro Wilson**

Prefeito de Goiânia

**Deputada Flora Izabel**

Deputada Estadual pelo PT(PI)

**Deputada Miriam Yanet Martín González**

Deputada e Membro da UJC (Cuba)

**Deputado Alessandro Molon**

Deputado Estadual (RJ) e Presidente da Comissão de Juventude da ALERJ

**Deputado Carlos Minc**

Deputado Estadual (RJ) e Membro da Comissão Contra a Impunidade da ALERJ

**Deputado Cláudio Vereza**

Presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo

**Deputado Cláudio Vignatti**

Deputado Federal (SC) e Membro da Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados

**Deputado Reginaldo Lopes**

Deputado Federal (BH) e Presidente da Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados

**Deputado Tarcísio Zimmermann**

Deputado Federal (SC)

**Adam Fletcher**

The Freechild Project (Estados Unidos)

**Adriana Carvalho**

Secretária de Juventude da Prefeitura de Santo André

**Adriano Oliveira**

Ex-Vice-Presidente da UNE

**Albert Company i Bolós**

Conselho Nacional da Juventude da Catalunha – CNJC (Espanha)

**Alexandre Youssef**

Coordenadora da Juventude da Prefeitura de São Paulo

**Allan Amaral Mesentier**

AMES - Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro

**Amélia Cohn**

Coordenadora da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**Ana Clara Ribeiro**

Membro do Corpo Docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR (RJ)

**Ana Clécia Mesquita de Lima**

Cooperativa Artefato (SP)

**Ana Karina Brenner**

Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF

**Ana Paula de Carli**

Acampamento Intercontinental da Juventude - Brasil

**André Gomyde**

Secretário de Juventude da Prefeitura de Vitória

**André Mombach**

Acampamento Intercontinental da Juventude - Brasil

**Andréia Bessa**

Coordenadora de Juventude da Prefeitura de Campinas

**Antoninho Marmo Trevisan**

Presidente do Grupo Trevisan

**Antonio Carlos Gomes da Costa**

Membro do Conselho da Cátedra Alessandro Baratta da Universidade da Cooperação Internacional em São José da Costa Rica e Professor e Consultor na área educacional / Modus Faciendi

**Antônio José Medeiros**

Secretário Estadual de Educação e Cultura do Piauí

**Anunciação de Almeida**

Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras - FETAG

**Ariel de Castro Alves**

Conselheiro do Movimento Nacional de Direitos Humanos

**Arilson Favareto**

Sociólogo e Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela USP

**Ariovaldo Umbelino de Oliveira**

Professor Titular do Departamento de Geografia da FFLCH-USP

**Armand F. Pereira**

Diretor da Organização Internacional do Trabalho - OIT no Brasil

**Arnaldo Godoy**

Vereador e ex-Secretário de Cultura de Belo Horizonte

**Atratino Cortes Coutinho Neto**

Sub-Secretário Estadual de Infância e Juventude do Rio de Janeiro

**Bernardo Maçano**

Professor da Universidade Estadual Paulista - UNESP

**Beto Cury**

Sub-Secretário de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República

**Bridget Majola**

Rede Global de Ação Juvenil (África do Sul)

**Cândido Grzybowski**

Diretor do Ibase

**Carlos Alberto dos Santos**

Gerente da Unidade de Financiamento e Capitalização do Sebrae Nacional

**Carlos Bressan**

Diretor Técnico do Sebrae - ES

**Carlos Lopes**

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD/Brasil

**Carlos Odas**

Projeto Juventude

**Carlúcio Castanha**

Prefeitura de Recife (PE)

**Carmem S. de Oliveira**

Ex-Presidente da FEBEM do RS e Professora / UNISINOS-RS

**Chetna Desai**

Coordenadora do Acampamento da Juventude do Fórum Social de Mumbai (Índia)

**Cláudia Freitag**

Marcha Mundial de Mulheres

**Conceição Bessa Ruão**

Vice-Presidente do Instituto Português da Juventude (Portugal)

**Cristiano de Oliveira Holstein**

Geralcoop (RS)

**Dalva Macedo**

Professora doutora da UFPI

**Daniel Gutemberg R. da Silva**

ACJ-Associação de Capacitação de Jovens

**Daniela de Melo Custódio**

Geledés - Instituto da Mulher Negra

**Danilo César M. da S. Cruz**

Presidente da UMES - Porto Alegre (RS)

**Danilo de Miranda**

Presidente do SESC São Paulo

**Diego Monroe Kurtz**

Vereador em Alvorada (RS)

**Diogo Castro**

Coletivo Nacional de Juventude do MST

**Divaneide Basílio**

Redes de Jovens do Nordeste / Natal

**Edvaldo Cícero Gama Lima**

Tapajoara - Assoc. Comunidades das Reservas Extrativistas Tapajós-Arapiuns

**Eliza Bartolozzi Ferreira**

Sub-Secretária da Educação Básica e Profissional do Estado do Espírito Santo

**Ercília Maria Braga de Olinda**

Coordenadora da Célula de Assuntos da Juventude do Ceará

**Ernesto Rodríguez**

Consultor da UNESCO (Uruguai)

**Eugênio Bucci**

Presidente da Radiobrás

**Eugina Correia**

Instituto Juventude Contemporânea do Ceará

**Evandro Sena**

Projeto Redes e Juventude (PE)

**Evangelista Alves de Almeida**

PJR-Pastoral da Juventude Rural

**Everton dos Santos Rodrigues**

Núcleo de Políticas Públicas de Juventude de Porto Alegre / Movimento de Software Livre

**Fábio Anderson Rodrigues Pena**

Coordenador de Educação, Comunicação e Juventude - Projeto Saúde e Alegria - Pará

**Fernanda Papa**

Coordenadora de Programas da Fundação Friedrich Ebert Stiftung / Ildes

**Fernando Lannes**

Observatório de Favelas

**Flávio Jorge**

Diretor da Fundação Perseu Abramo e do Instituto Cidadania

**Francisco Gomes Abreu**

Secretário de Estado da Cidadania de Goiás

**Francisco Luiz de Sá Araújo**

Protagonismo Juvenil / Diretor da Acontur - Associação de Condutores de Turismo de Taracatu - PE

**Francisco Rodrigo Josino Amaral**

EQUIP - Escola de Formação Quilombo dos Palmares

**Francisco Silva (Bido)**

Universidade Popular - UNIPOP

**Fransérgio Goulart**

Rede Jovens em Movimento

**Gabriela Junqueira Calazans**

Programa Estadual de DST/AIDS - CRT DST/AIDS do Governo de São Paulo

**Gaudêncio Frigotto**

Professor da UERJ e Professor Titular associado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF

**Gedeilson Costa Santos**

Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (ES)

**Getúlio Marques Ferreira**

Diretor de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

**Giácomo Filibeck**

Fórum Europeu da Juventude (Itália)

**Gil Custódio**

Associação de Hip-Hop Juventude Periférica

**Gildete Rosa da S. Morandi**

Pedagoga e Professora nos Assentamentos do MST

**Gracilene Freitas de Paiva**

Vereadora em Feijó (AC)

**Gustavo Petta**

Presidente da UNE

**Gustavo Venturi**

Núcleo de Pesquisa da Fundação Perseu Abramo / Criterium

**Haroldo Teixeira**

Secretário do Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará

**Helena Abramo**

Consultora Especial do Projeto Juventude do Instituto Cidadania

**Heloisa Maciel**

Secretária Municipal de Assistência Social de Niterói (RJ)

**Hermano Vianna**

Antropólogo

**Hernán Pedraza**

FLAJ - Federação Latino Americana de Jovens (Argentina)

**Humberto de Jesus**

Secretário Nacional de Juventude do PT

**Idson Tavares da Silva**

Núcleo Cultural do Colégio Guadalajara / Caxias (RJ)

**Isadora Pisoni**

Vice-Presidente da UBES

**Isnar Borges**

PJR-Pastoral da Juventude Rural

**Itamar Silva**

Ibase

**Jacqueline Serra Freire**

Professora da Universidade Federal do Pará

**Jairo Teixeira**

Coordenador do Núcleo da Juventude/SDHSU Prefeitura de Porto Alegre (RS)

**Jamerson Almeida**

Diretor-presidente do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães da Prefeitura de Recife (PE)

**Janaina Magalhães**

Representante da Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania (PI)

**Janice Tirelli Ponte de Sousa**

Professora da UFSC

**Jaqueline Temb **Conselheira Setorial Indígena -  
Conselho da Cidade de Belém (PA)**Jean-Charles Lagr e**Associa o Européia de  
Sociologia (França)**João Bosco Senra**Secretário de Recursos Hídricos do  
Ministério do Meio Ambiente**João Paulo Rodrigues**

Coordena o Nacional do MST

**Jocienny Silva Gomes**ACONERUQUI - Associa o das  
Comunidades Negras, Rurais  
Quilombolas do Maranhão**Joel Fonseca Costa**

Vice-Prefeito de Diadema (SP)

**Jorge Wertheim**

Representante da UNESCO no Brasil

**José Al cio Martins da Silva**

Secretário de Esporte do Estado do Acre

**José Lopes Feij o**Presidente do Sindicato dos  
Metalúrgicos do ABC**José Marcelo Zacchi**

Consultor - Viva Rio / Banco Mundial

**José Perez Islas**

Instituto Mexicano de Juventude (México)

**José Roberto Gnecco**Secretaria de Esportes da  
Prefeitura de São Paulo**Josemar Francisco de Gorette**

Representante do SENAI - ES

**Juarez Dayrell**Professor da Faculdade de  
Educa o da UFMG / Observatório  
de Juventude da UFMG**Juca Kfourir**

Jornalista e Comentarista Esportivo

**Julia Zanetti**Coordenadora de Projeto Social da  
CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora**Juliana da Silva Soares**Orçamento Participativo  
Jovem / Niterói (RJ)**Julio Moreira**

Grupo Arco- ris

**Jurandir Santos de Novaes**Secretária de Gestão e Planejamento  
da Prefeitura de Belém (PA)**Lamartine Silva**Movimento Hip-Hop Organizado  
do Brasil - MHHOB**Lars Graef**Secretário de Juventude, Esporte  
e Lazer do Estado de São Paulo**Laurita Schneider**Coordenadora do Curso de  
Pedagogia da Terra da UFES**Leni Medeiros**

Comissão de Direitos Humanos / ALERJ

**Leonardo Cunha Brito**

Secretário de Juventude do Acre

**Lilian Celiberti**Foro Cone Sur de Mujeres  
Políticas (Uruguai)**Lindomar Litto Leal Costa**

Conselho Setorial da Juventude de Belém

**Lívia De Tommasi**

Redes e Juventude

**Lúcia Isabel da C. Silva**

Doutoranda em Psicologia pela UFPA

**Luciana Gon ales**

Médica Psiquiatra

**Luciana Guimarães**

Diretora de Projetos Instituto Sou da Paz

**Luciene Medeiros**Secretária Municipal de Educa o  
e Cultura de Belém (PA)**Lucineide Rodrigues Chaves Silva**

Pastoral da Juventude

**Luiz Gonzaga Bertelli**

CIEE - Centro de Integra o Empresa-Escola

**Luiz Flávio Sapori**Secretário Adjunto de Defesa Social  
do Estado de Minas Gerais**Luiz Marinho**

Presidente Nacional da CUT

**Maicon M. Vasconcelos da Silva**Coordenador da Juventude Metalúrgica  
do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC**Malizi Fontoura Gonçalves**

Grupo Feminista Anast cias / Hip Hop

**Malu Vianna**

Movimento Negro/Hip-Hop

**Marcelo Gomes Ribeiro**Assessor de Juventude da  
Prefeitura de Goiânia (GO)**Marcelo Pereira de Almeida  
Ferreira (Russo)**Coordena o-Geral de Apoio,  
Capacita o e Eventos Esportivos  
do Ministério do Esporte**Marcelo Siqueira Pickersgill**Consultor da Secretaria de  
Reordenamento Agrário do Ministério  
de Desenvolvimento Agrário**M rcia Florêncio**

Coordenadora Social do Afroreggae

**Marcia Paim**

CEAFRO - Universidade Federal da Bahia

**Márcio Pochmann**Secretário do Desenvolvimento, Trabalho  
e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo**Marco Antonio Ernandes  
(Marquinhos)**Presidente da Câmara  
Municipal de Diadema**Maria Carla Corrochano**

A o Educativa

**Maria Rita Kehl**

Psicanalista

**Marília Sp sito**Professora da Faculdade  
de Educa o da USP**Marina Farkas Bitelman**Assessora da Agência de  
Desenvolvimento Social/CUT-SP**Mary Castro**Socióloga e Coordenadora de  
Pesquisas da UNESCO no Brasil**Maryelli Ludmylla Rodrigues  
da Silva**

Vida por Vida / Juntos Somos Mais (AL)

**Maurício Dutra**Presidente do Conselho Municipal  
da Juventude de Belo Horizonte**Maurício PC**

Banda Divisão de Apoio

**Michael Freitas Mohallem**Coordenador de Juventude  
da Prefeitura de São Paulo**Miguel Abad**Agência de Coopera o  
Internacional - GTZ (Paraguai)**Miriam Abramovay**

Universidade Católica de Brasília (Brasil)

**Moisés Barboza**Presidente do Conselho Estadual de  
Políticas Públicas de Juventude**Moises Oliveira**

Associa o Metropolitana de Grafiteiros

**Nabil Bonduki**Professor da FAU-Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo da USP  
e Vereador em São Paulo**Nerliane Fiori Murloch**Representante da CONTAG  
- Coordenadora da Comissão  
de Jovens da Fetaep**Orlando Silva**Secretário Nacional de Esporte  
Educativo do Ministério do Esporte

**Oscar Dávila**

Centro de Investigación y Difusión Poblacional de Achupallas Viña del Mar (Chile)

**Patrícia Lânes**

Pesquisadora

**Paul Singer**

Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho

**Paulo Carrano**

Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Coordenador do Observatório Jovem do Rio de Janeiro

**Paulo Okamoto**

Diretor de Administração e Finanças do Sebrae Nacional

**Paulo Petri**

Presidente da Comissão do Jovem Advogado da OAB-RS

**Paulo Vannuchi**

Coordenador Executivo do Instituto Cidadania

**Pedro Lessa**

Coordenador Regional da Unesco (RJ)

**Pedro Paulo Martoni Branco**

Diretor Adm. e Financeiro do Instituto Cidadania

**Peter Lauritzen**

Conselho do Diretório Europeu para a Juventude e o Esporte (Alemanha)

**Plínio Simas**

Direção Estadual do MPA - Movimento de Pequenos Agricultores

**Pricilla Camargo Diniz**

Núcleo de Juventude da Prefeitura de Uberlândia (MG)

**Regina Novaes**

Consultora Especial do Projeto Juventude do Instituto Cidadania

**Rejane Penna Rodrigues**

Secretaria de Esportes da Prefeitura de Porto Alegre

**Renata Menezes**

Iser/Assessoria

**Ricardo Abreu (Alemão)**

Conselho Diretor do Instituto Maurício Grabois

**Rodrigo Ratkus Abel**

Assessor da Secretaria Geral da Presidência da República

**Rodrigo Soares**

AMES - Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro

**Ronald Sarges**

Conselheiro do Setorial dos Homossexuais e vice-presidente do MHB - Movimento de Homossexuais de Belém

**Roseane Freitas**

Grupo Mulher Maravilha

**Rubem Cesar Fernandes**

Antropólogo, Professor da UFRJ e Coordenador do Viva Rio

**Sânia Maria Campos**

Coordenadora do Programa para Jovens da Secretaria Municipal de Assistência Social de BH - PUC/MG

**Selma Rocha**

Fundação Perseu Abramo

**Sérgio Balardini**

FLACSO - Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (Argentina)

**Severine Macedo**

Coordenadora de Juventude - Fetraf - Sul/CUT

**Silvaney Rubens Alves de Souza**

Educador / Mocambo - Movimento Afro-Descendente do Pará

**Silvano Gianni**

Diretor Presidente do Sebrae Nacional

**Simone Battestin**

Coordenadora da Comissão Nacional de Juventude - CONTAG

**Simone Brito**

SOS Corpo

**Maria do Socorro Silva (Socorrinha)**

Coordenação de Juventude da Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania-SASC (PI)

**Solange Rodrigues**

Assessora/ Pesquisadora do Iser/Assessoria

**Sonia Francine (Soninha)**

Apresentadora de TV e Comentarista Esportiva

**Tereza Queiroz**

Universidade Federal da Paraíba

**Tiago Delácio**

Coordenador de Juventude da Prefeitura de Olinda

**Ticiania Studart Albuquerque**

Coletivo de Mulheres do PT Nacional

**Umbelina Maria Barbosa**

Secretária do Trabalho de Teresina

**Vera Lúcia Santos**

Promotora da Infância e da Juventude do Piauí

**Vera Motta**

Secretária de Assuntos Jurídicos do Partido Verde (SP)

**Vera Nacif**

Secretária do Trabalho e Ação Social do Estado do Espírito Santo

**Verônica dos Santos**

Movimento pela Paz na Periferia - MP3

**Vitor de Wolf**

Orçamento Participativo Jovem / Niterói (RJ)

**Wagner de Melo Romão**

Projeto Juventude

**Yuri Chillán**

Secretário Geral da Organização Internacional da Juventude (Espanha)

**Zenaide Collet**

MMA-Movimento de Mulheres Agricultoras / SC

# Participaram da redação do documento de conclusão

**Caio Magri**  
Instituto Ethos

**Carlos Odas**  
Projeto Juventude

**Cleusa Pavan**  
Escola Paulista de Medicina,  
Instituto Sedes Sapientiae

**Daniel Benevides**  
Jornalista, Projeto Juventude

**Daniela Custódio**  
Geledés, Instituto da Mulher Negra

**Danilo Moreira**  
Centro de Memória da Juventude,  
União da Juventude Socialista

**Diogo Castro**  
MST

**Fabiana Costa**  
2ª Vice-Presidente da UNE, União  
da Juventude Socialista

**Fábio Deboni**  
Ministério do Meio Ambiente

**Fernanda Papa**  
Fundação Friedrich Ebert/ILDES, Grupo  
de Articulação de Jovens Mulheres

**Gabriel Medina**  
Assessor da Vereadora Tita Dias (SP)

**Gabriela Junqueira Calazans**  
Programa estadual de DST/  
AIDS - CRT DST/AIDS

**Helena Abramo**  
Consultora Especial do Projeto  
Juventude do Instituto Cidadania

**Isabel Cristina de M. Carvalho**  
Professora da Pós-Graduação  
em Educação na ULBRA

**Jaime Sautchuk**  
Assessor de imprensa do  
Ministério dos Esportes

**Joice C. de Carvalho Camargo**  
Documentalista do Projeto Juventude

**José Marcelo Zacchi**  
Consultor Viva Rio / Banco Mundial

**Juarez Dayrell**  
Observatório de Juventude da UFMG

**Lívia De Tommasi**  
Redes e Juventudes

**Luciana Guimarães**  
Instituto Sou da Paz

**Luciana Mandelli**  
Coletivo Nacional de Juventude do PT

**Luciano Resende**  
Presidente das ANPG

**Marcelo Gavião**  
presidente da UBES

**Marcelo Pereira de Almeida  
Ferreira (Russo)**  
Coordenação-Geral de Apoio,  
Capacitação e Eventos Esportivos  
do Ministério do Esporte

**Maria Adrião**  
Assistente de pesquisa e educadora da  
ECOS - Comunicação em Sexualidade

**Maria Carla Corrochano**  
Ação Educativa

**Maria Cristina Alves Pereira**  
Especialista em Saúde Pública,  
Educação em Foco (MG)

**Maria Cristina G. Vicentin**  
Professora da PUC-SP

**Maria Virginia Freitas (Magi)**  
Ação Educativa

**Marina da Silva Kahn**  
Antropóloga, Instituto  
Sócio-Ambiental (ISA)

**Monica Alterthum**  
Editora do Site do Projeto Juventude

**Paulo Carrano**  
Professor da Faculdade de Educação  
da Universidade Federal Fluminense  
(UFF) e Coordenador do Observatório  
Jovem do Rio de Janeiro

**Paulo Vannuchi**  
Coordenador Executivo do  
Instituto Cidadania

**Pedro Paulo Martoni Branco**  
Diretor Adm. e Financeiro  
do Instituto Cidadania

**Pedro Suarez**  
MST

**Raquel Souza**  
Ação Educativa

**Regina Novaes**  
Consultora Especial do Projeto  
Juventude do Instituto Cidadania

**Simone Battestin**  
Coordenadora de Juventude da Contag

**Sonia Francine (Soninha)**  
Apresentadora de TV e  
Comentarista Esportiva

**Sylvia Cavasim**  
Pesquisadora e Diretora da ECOS  
- Comunicação em Sexualidade

**Ticiana Studart Albuquerque**  
Coletivo Nacional de Juventude do PT

**Wagner de Melo Romão**  
Projeto Juventude

**Wesley Francisco**  
Coordenador do Núcleo GLBT da UNE

# Participantes das plenárias

**Adriana Carvalho**  
Assessora da Juventude da Prefeitura de Santo André (SP)

**Adriano Pires**  
Secretário de Juventude do PT-RS

**Agnaldo Santos**  
Departamento de Sociologia da USP

**Alci Marcus Ribeiro Borges**  
Governo do Estado do Piauí - Secretaria de Justiça e Direitos Humanos

**Alessandro Nogueira**  
Juventude do PT

**Alessandro Ponce de Leon**  
Ministério do Trabalho e Emprego

**Alexandre Youssef**  
Coordenadoria Especial da Juventude da Prefeitura de São Paulo

**Alice D. Gambardella**  
PUC-SP

**Álvaro Pereira**  
Centro Acadêmico XI de Agosto

**Amanda Augusto Pinto**  
Coordenadoria do Negro Prefeitura de São Paulo

**Ana Paula Moura Rodrigues**  
Ministério do Esporte

**Andréia Bessa**  
Coordenadoria Especial da Juventude da Prefeitura de Campinas (SP)

**Anísia Maria Teixeira P. da Silva**  
Coordenadora Especial de Esporte na Periferia do Piauí

**Aroaldo Oliveira da Silva**  
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

**Bárbara Siqueira**  
Câmara Municipal de Niterói - Gabinete do Vereador Rodrigo

**Beto Cury**  
Assessor do Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil

**Caio Magri**  
Instituto Ethos

**Carlos Odas**  
Projeto Juventude

**Carmen S. de Oliveira**  
Ex-presidente da FEBEM (RS) e professora da UNISINOS (RS)

**Clara Ant**  
Assessora Especial do Presidente da República e Diretora do Instituto Cidadania

**Claudio Vignatti**  
Deputado Federal (SC) e Membro da Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados

**Cleusa Pavan**  
Instituto Sedes Sapientiae e Escola Paulista de Medicina

**Cormarie Guimarães Perez**  
Diretora de Departamento de Cidadania da Prefeitura de Diadema (SP)

**Cristian Avila da Silva**  
Chefe de Gabinete do Deputado Federal Lindberg Farias

**Daniel Benevides**  
Instituto Cidadania

**Daniel Cara**  
Instituto Sou da Paz

**Daniel Penalva**  
DA e DCE-Unicap (PE)

**Daniel Vaz Freire**  
Diretor Executivo da Opção Brasil

**Daniela de Melo Custódio**  
Geledés - Instituto da Mulher Negra

**Danilo Moreira**  
Diretor do Centro de Estudos e Memória de Juventude - CEMJ

**Denise Maria Cesario**  
Fundação Abrinq

**Diogo Castro**  
MST

**Edna Mendonça Oliveira de Queiroz**  
PUC-GO / Prefeitura de Goiânia

**Edson Claudio Pistori**  
MEC - Ministério da Educação e UFU - Universidade Federal de Uberlândia

**Eduardo Valdoski**  
Secretaria Municipal de Juventude do PT (SP)

**Elizabeth S. Henna**  
Assessoria da Juventude - Prefeitura de Santo André (SP)

**Eloá Kátia Coelho**  
PUC-SP / CEJ Parque Veredas - Prefeitura de São Paulo

**Eugênio Scannavino Netto**  
Coordenador Nacional - Projeto Saúde e Alegria - Pará

**Fabiana S. Costa**  
Vice-Presidente da UNE

**Fabiano Kempfer**  
Gerente da Juventude Rural do Ministério de Desenvolvimento Agrário

**Fábio Anderson Rodrigues Pena**  
Coordenador de Educação, Comunicação e Juventude - Projeto Saúde e Alegria - Pará

**Fábio Palácio de Azevedo**  
Presidente do Centro de Estudos e Memória da Juventude e União da Juventude Socialista - UJS

**Fábio Souza**  
Assessor de Juventude do INCRA (SP)

**Fernanda C. Papa**  
FES - Fundação Friedrich Ebert Stiftung / Ildes

**Flavio Jorge Rodrigues da Silva**  
Diretor da Fundação Perseu Abramo e do Instituto Cidadania

**Francisco dos Reis Oliveira**  
Assessoria Juventude Prefeitura de Ribeirão Pires (SP)

**Gabriel Medina de Toledo**  
Assessor da Vereadora Tita Dias (SP)

**Gabriela Junqueira Calazans**  
Programa Estadual de DST/AIDS - CRT DST/AIDS / Secretaria de Saúde da Prefeitura de São Paulo

**Gustavo Lemos Petta**  
Presidente da UNE

**Gustavo Venturi**  
Núcleo de Pesquisa da Fundação Perseu Abramo / Criterium Pesquisas

**Helena Abramo**  
Comissão de Juventude da Câmara Municipal de São Paulo e Consultora Especial do Projeto Juventude do Instituto Cidadania

**Humberto de Jesus**  
Secretário Nacional de Juventude do PT

**Ivo Corrêa**  
Ministério da Cultura

**Jailton Farias**  
Assessoria da Juventude da Prefeitura de Diadema (SP)

**Jaime Cabral Filho**  
Secretaria Nacional de Formação Política do PT

**Jamerson Almeida**  
Diretor de Esporte da Prefeitura de Recife (PE)

**Janaina Maria Machado**  
Coordenadoria do Negro Prefeitura de São Paulo (SP)

**Jean Liberato**  
Diretor da Federação Estadual dos Bancários - CUT/ FETECSP (SP)



**Jefferson Sooma**

GYAN (Rede Global - Ação Juvenil)

**Joice C. de Carvalho Camargo**

Documentalista do Projeto Juventude

**Jonah Wittkamper**

Diretor Regional da GYAN (Rede Global - Ação Juvenil) na América Latina

**Jorge M. M. Silva**

Movimento Adolescentes Brasileiros - MAB

**José Aroldo A. Correia**

Diretor Cultural da UNE

**José Damião**

MIRE

**José de Filippi Júnior**

Prefeito de Diadema (SP) e diretor do Instituto Cidadania

**José Marcelo Zacchi**

Consultor Viva Rio / Banco Mundial

**José Ricardo Fonseca**

Assessoria do Deputado Federal Cláudio Vignatti

**José Roberto Guido Pereira**

Diretor Executivo da Apeoesp

**Juliana Bonassa**

MST

**Julielba Maria dos Santos**

CMP-SE / MOPS - Movimento Popular de Saúde de Sergipe

**Júlio Silva Santana**

UBES

**Kelly Cecília Teixeira**

Opção Brasil

**Kenneth Serbin**

Universidade de San Diego, Califórnia, EUA

**Laudijane Domingos da Silva**

Criança Esperança - Olinda

**Leopoldo Vieira Teixeira**

DCE - UFPA

**Lindberg Farias**

Deputado Federal (RJ)

**Livia De Tommasi**

Projeto Redes e Juventudes

**Louise Caroline Lima e Silva**

Diretora da UNE

**Luciana Guimarães**

Diretora de Projetos do Instituto Sou da Paz

**Luciana Mandelli**

Projeto Juventude

**Luciano Garcia Rezende**

União Estadual dos Estudantes / Pastoral da Juventude - SP

**Luis Fernando da Silva**

Diretor Cultural - ABEVIC - Associação Beneficente Ed. Vila Conceição

**Maicon Michel Vasconcelos da Silva**

Coordenador da Juventude Metalúrgica do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

**Marcela Freitas**

GYAN (Rede Global - Ação Juvenil)

**Marcelo Buzetto**

MST

**Marcelo Frogozo dos Santos**

Gabinete do Deputado Estadual Elvino Bohu Goss (RS)

**Marcelo Gomes Ribeiro**

Assessor de Juventude da Prefeitura de Goiânia (GO)

**Marcelo Viana**

Direção Nacional da União da Juventude Socialista - UJS / Negroatividades

**Marco Antonio da Silva (Markão)**

Rapper do Grupo de Hip-Hop DMN

**Marcos Ribeiro Mesquita**

Estudante de Psicologia da PUC-SP

**Marcos Roberto Emilio**

Coordenador do Coletivo Nacional de Juventude Trabalhadora da CUT

**Maria Beatriz Costa Carvalho**

Instituto Sedes Sapientiae

**Maria Carla Corrochano**

Ação Educativa

**Maria Cristina Alves Pereira**

Especialista em Saúde Pública, Educação em Foco (MG)

**Maria Cristina Corral**

Diretora do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

**Maria do Socorro Silva (Socorrinha)**

Coordenação de Juventude da Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania-SASC (PI)

**Maria Victoria Benevides**

Professora da USP e Diretora do Instituto Cidadania

**Maria Virgínia Freitas (Magi)**

Ação Educativa - Coordenadora do Programa Juventude

**Mariana Bento**

Assessoria da Juventude da Prefeitura de Santo André

**Mariana Fagundes Lellis Vieira**

Centro Acadêmico XI de Agosto

**Mariângela Araujo**

Assistente de Projetos e Comunicação do Instituto Cidadania

**Marília Andrade**

Elenko / KVA

**Mário Nunes**

Secretário de Participação Cidadã da Prefeitura de Ribeirão Pires (SP)

**Mauro de Freitas**

Secretário Geral Opção Brasil

**Michael Freitas Mohallem**

Coordenador de Projetos da Coordenadoria da Juventude da Prefeitura de São Paulo (SP)

**Mônica Alterthum**

Editora do Site do Projeto Juventude

**Murilo Muniz**

Mandato da Vereadora Tita Dias

**Nabil Bonduki**

Professor da FAU-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Vereador em São Paulo

**Nice Couto**

Assessoria deputado Marcelo Cândido (SP)

**Oded Grajew**

Instituto Ethos

**Oíres Assis Ribeiro**

Assessoria da Juventude da Prefeitura de Diadema (SP)

**Olavo Noletto**

Casa Civil da Presidência da República

**Olívia Martin**

GYAN (Rede Global - Ação Juvenil)

**Orlando Silva**

Secretário Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte

**Pascoal Bordignon**

CBMM e Diretor do Instituto Cidadania

**Patrícia Rocha Araújo**

Educadora - Zulu Nation Brasil

**Patrick Paraense**

Presidente do Instituto de Juventude da Amazônia

**Paula Battistoni**

Assistente de Coordenação do Instituto Cidadania

**Paulo Barone**

Analista de Pesquisas da Criterium Pesquisas

**Paulo Carrano**

Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Coordenador do Observatório Jovem do Rio de Janeiro

**Paulo Okamoto**

Diretor de Administração e Finanças do Sebrae Nacional

**Paulo Sérgio Maciel**

Assessor da Vereadora Tita Dias (SP)

**Paulo Vannuchi**

Coordenador Executivo do Instituto Cidadania

**Paulo Vinícius Santos da Silva**  
UNE

**Pedro Marcos Lopes**  
Prefeitura Municipal de Aracaju (SE)

**Pedro Paulo Martoni Branco**  
Diretor Adm. e Financeiro  
do Instituto Cidadania

**Pedro Suarez**  
MST

**Plínio Marcos T. de Oliveira**  
UNE

**Preto Ghóez (in memorian)**  
Movimento Hip Hop Organizado  
do Brasil - MHHOB

**Rafael Barbosa de Moraes**  
Vice-presidente da UNE

**Ramon Szermeta**  
Secretário Estadual da Juventude do PT-SP

**Regina Brasileiro**  
Instituto Cidadania

**Regina Reyes Novaes**  
Consultora Especial do Projeto  
Juventude do Instituto Cidadania

**Reginaldo Lopes**  
Deputado Federal (BH) e Presidente  
da Comissão de Juventude da  
Câmara dos Deputados

**Renato Melo Ribeiro**  
Coordenadoria de Participação Popular  
(CPP) da Prefeitura de São Paulo (SP)

**Renato Souza de Almeida**  
Pastoral da Juventude

**Ricardo Abreu (Alemão)**  
Secretaria da Juventude do PCdoB e  
IMG - Instituto Maurício Grabois

**Rodrigo Nunes**  
Assessoria da Juventude da  
Prefeitura de Ribeirão Pires (SP)

**Rodrigo Ratkus Abel**  
Assessor da Secretaria Geral da  
Presidência da República

**Rosamaria Rodrigues Gomes**  
Comitê da Juventude do PT - Ceará

**Samuel de A. Carvalho**  
Diretório Central dos Estudantes - UFSCar

**Sérgio Maurici Bernardo**  
Prefeitura Municipal de Blumenau

**Silvia Esteves**  
Instituto Credicard

**Simone André**  
Instituto Ayrton Senna

**Simone de Assis**  
Presidente da ONG Ação Jovem

**Sonia Francine (Soninha)**  
Apresentadora de TV e  
Comentarista Esportiva

**Sueli Chan**  
Zulu Nation Brasil

**Sylvia Antonietta Gasparini**  
Prefeitura de Diadema

**Talita Montiel D'O. Castro**  
GYAN (Rede Global - Ação Juvenil)

**Tatiana Carlotti**  
Instituto Cidadania

**Tiago Alves Ferreira**  
Diretor de Cultura da UNE

**Tiago da Silva Santos**  
CMP-SE / Mops - Movimento  
Popular de Saúde de Sergipe

**Ticiania Studart Albuquerque**  
Coletivo Nacional de Juventude do PT  
e Secretaria de Formação Política

**Tita Dias**  
Vereadora em São Paulo (SP)

**Toni C. Pereira**  
UJS - União da Juventude Socialista

**Vanessa Aparecida Barbosa Ramos**  
Membro do Setorial de Juventude  
do PT/Campinas / Secretária CML

**Vera Gorczeski**  
Assistente de Projetos do  
Instituto Cidadania

**Vivian Farias**  
Juventude Nacional do PT

**Wadson Nathaniel Ribeiro**  
UJS - União da Juventude Socialista

**Wagner de Melo Romão**  
Projeto Juventude

**Wagner Santana**  
Criterium Pesquisa

**Walberto Fonseca Junior**  
Juventude Nacional do PT

**Weber Lopes Góes**  
Núcleo Cultural Força Ativa



#### Consultoria Especial

Helena Abramo  
Regina Novaes

#### Acompanhamento pelo Instituto Cidadania

Paulo Vannuchi  
Pedro Paulo Martoni Branco

#### Equipe de trabalho

Carlos Odas  
Daniel Benevides  
Joice C. de Carvalho Camargo  
Luciana Mandelli  
Mariângela Araújo  
Mônica Alterthum  
Wagner de Melo Romão



#### Conselho Diretor

**José Alberto de Camargo**

Presidente

Paulo Vannuchi  
Coordenador Executivo

Pedro Paulo Martoni Branco  
Diretor Admin. e Financeiro

Flávio Jorge Rodrigues da Silva

João Felício

Maria Victoria Benevides

Pascoal Bordignon

#### Conselho Fiscal

Clara Ant

José de Filippi Junior

Paulo Okamoto

#### Equipe interna

Mariângela Araújo

Paula Battistoni

Regina Brasileiro

Tatiana Carlotti

Véra Gorczeski

#### Endereço

Rua Pouso Alegre, 21  
Ipiranga - São Paulo - SP  
cep 04261-030  
Telefone (11) 6915-7022  
icidania@icidania.org.br  
www.icidania.org.br